



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas,
(OR. en)**

**14764/11
ADD 30**

**Dossier inte rinstitucional:
2011/0249 (NLE)**

**WTO 329
AMLAT 84
SERVICES 96
COMER 193**

ACTOS LEGISLATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS

Assunto: Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia e o Peru

CONTRATOS PÚBLICOS

APÊNDICE 1

ENTIDADES ABRANGIDAS PELAS DISPOSIÇÕES
EM MATÉRIA DE CONTRATOS PÚBLICOS

SECÇÃO A

COLÔMBIA

SUBSECÇÃO 1

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades da administração central referidas na presente subsecção, no que diz respeito aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 130 000 Direitos de Saque Especiais (a seguir designados "DSE")

Serviços:

Limiar: 130 000 DSE

Serviços de construção

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

Ramo executivo

1. Departamento Administrativo de la Presidencia de la República
2. Ministerio del Interior y de Justicia
3. Ministerio de Relaciones Exteriores
4. Ministerio de Hacienda y Crédito Público
5. Ministerio de la Defensa Nacional (ver nota 2)
6. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (ver nota 3)
7. Ministerio de Protección Social (ver nota 4)
8. Ministerio de Minas y Energía (ver nota 5)
9. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
10. Ministerio de Educación Nacional

11. Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial
12. Ministerio de Tecnología de la Información y las Comunicaciones
13. Ministerio del Transporte (ver nota 6)
14. Ministerio de Cultura
15. Departamento Nacional de Planeación
16. Departamento Administrativo de Seguridad
17. Departamento Administrativo de la Función Pública
18. Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas
19. Departamento Administrativo Nacional de Economía Solidaria

Ramo legislativo

20. Senado de la República
21. Cámara de Representantes

Ramo judicial

22. Consejo Superior de la Judicatura
23. Fiscalía General de la Nación

Agências de controlo

24. Contraloría General de la República
25. Auditoría General de la República
26. Procuraduría General de la Nación
27. Defensoría del Pueblo

Organização eleitoral

28. Registraduría Nacional del Estado Civil (ver nota 7)

Notas da presente subsecção

1. Todos os ministérios e departamentos administrativos são abrangidos. Salvo especificação em contrário em seguida, o Título VI do presente Acordo aplica-se às *superintendencias, unidades administrativas especiales, e establecimientos públicos das entidades incluídas na lista da presente subsecção*.
2. Ministerio de Defensa Nacional: o Título VI do presente Acordo não abrange os contratos das mercadorias classificadas na secção 2 (produtos alimentares, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e couro) da Classificação Central dos Produtos 1.0 das Nações Unidas (a seguir designada "CPC, versão 1.0") celebrados pelo *Comando General de las Fuerzas Armadas, pelo Ejército Nacional, pela Armada Nacional, pela Fuerza Aérea Colombiana e pela Policía Nacional*.

3. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural: o Título VI do presente Acordo não abrange os contratos de produtos alimentares, matérias-primas/*inputs* agrícolas, e animais vivos relacionados com programas de apoio à agricultura e de assistência alimentar.
4. Ministerio de Protección Social: o Título VI do presente Acordo não abrange os contratos das mercadorias classificadas na secção 2 (produtos alimentares, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e couro) da CPC, versão 1.0, celebrados pelo *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF)* para programas de assistência social.
5. Ministerio de Minas y Energía: o Título VI do presente Acordo não abrange os contratos de materiais e tecnologia nucleares celebrados pelo *Instituto Colombiano de Geología y Minería (INGEOMINAS)*.
6. Ministerio del Transporte: Apenas o artigo 175.º, n.ºs 1 e 2, do Título VI do presente Acordo é aplicável aos contratos celebrados pela *Unidad Administrativa Especial de Aeronáutica Civil (AEROCIVIL)*, excepto para os contratos relacionados com a infra-estrutura para o sistema de aeroportos ou para o sistema de espaço aéreo nacional, que não são abrangidos pelo Título VI do Acordo.
7. Registraduría Nacional del Estado Civil: O Título VI do Acordo não abrange os contratos para a preparação e a realização de actos eleitorais.

SUBSECÇÃO 2

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SUBCENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades do nível subcentral das administrações públicas referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços de construção:

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

1. Todos os Departamentos
2. Todos os Municípios

Notas da presente subsecção

1. O Título VI do Acordo não abrange:

- a) Contratos de produtos alimentares, matérias-primas/*inputs* agrícolas, e animais vivos relacionados com programas de apoio à agricultura e de assistência alimentar; e
- b) Contratos das mercadorias classificadas na secção 2 (produtos alimentares, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e couro) da CPC, versão 1.0, para programas de assistência social.

SUBSECÇÃO 3

OUTRAS ENTIDADES ABRANGIDAS

O Título VI do Acordo aplica-se a outras entidades referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços de construção:

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

Salvo especificação em contrário, o Título VI do Acordo aplica-se apenas às entidades incluídas na lista da presente subsecção.

1. Agencia Logística de las Fuerzas Militares (ver nota 1)
2. Fondo Rotatorio de la Policía Nacional (ver nota 1)
3. Fondo Rotatorio del Departamento Administrativo de Seguridad (ver nota 1)
4. Instituto de Casas Fiscales del Ejército
5. Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales (DIAN)
6. Instituto Colombiano del Deporte (COLDEPORTES)
7. Instituto Colombiano Para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología Francisco José de Caldas (COLCIENCIAS)
8. Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior (ICFES)
9. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario (INPEC)
10. Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)

Notas da presente subsecção

O Título VI do Acordo não abrange os contratos das mercadorias classificadas na secção 2 (produtos alimentares, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e couro) da CPC, versão 1.0 celebrados pela *Agencia Logística de las Fuerzas Militares, Fondo Rotatorio de la Policía Nacional, y Fondo Rotatorio del Departamento Administrativo de Seguridad* para o *Comando General de las Fuerzas Armadas*, o *Ejército Nacional*, a *Armada Nacional*, a *Fuerza Aérea Colombiana*, e a *Policía Nacional*.

SUBSECÇÃO 4

MERCADORIAS

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de mercadorias celebrados pelas entidades incluídas nas listas das subsecções 1 a 3, sob reserva das notas das respectivas notas das subsecções 1 a 3, e das notas gerais da subsecção 7, excepto para as mercadorias necessárias à prestação de serviços de investigação e desenvolvimento.

SUBSECÇÃO 5

SERVIÇOS

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de serviços celebrados pelas entidades incluídas nas listas das subsecções 1 a 3, sob reserva das notas das respectivas notas das subsecções, das notas gerais da subsecção 7, e da nota da presente subsecção, excepto para os seguintes serviços, como elaborados na CPC, versão 1.0.

1. Serviços de investigação e desenvolvimento

Divisão 81. Serviços de investigação e desenvolvimento

Grupo 835. Outros serviços científicos e técnicos

Classe 8596. Tratamento de dados necessário à realização de actividades científicas e tecnológicas

Classe 8597. Organização de feiras comerciais e exposições necessárias para a realização de actividades científicas e tecnológicas

2. Serviços públicos

Divisão 69. Serviços de distribuição de electricidade; serviços de distribuição de gás e água por condutas

Divisão 94. Serviços de eliminação de águas residuais e resíduos, saneamento, e outros serviços de protecção ambiental (excepto 949, que é abrangido pelo Título VI do Acordo).

Serviços de telecomunicações de base (não incluindo os serviços de telecomunicações de valor acrescentado)

3. Serviços sociais

Divisão 91. Administração pública e outros serviços prestados à comunidade em geral; serviços de segurança social obrigatória

Divisão 92. Serviços de educação

Grupo 931. Serviços de saúde humana

4. Produção de programas de televisão

Subclasse 96121. Serviços de produção de filmes, vídeos e programas de televisão

Nota da presente subsecção

Quanto à concessão de serviços, em conformidade com o artigo 32.º da Lei 80 de 1993, os prestadores europeus serão objecto de um tratamento tão favorável como o dos prestadores nacionais, incluindo no que respeita a condições, requisitos, procedimentos e regras de selecção. Esclareça-se que nenhuma outra obrigação do Título VI do Acordo é aplicável às concessões de serviços.

SUBSECÇÃO 6

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

A. Serviços de construção

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de serviços de construção celebrados pelas entidades incluídas na lista das subsecções 1 a 3, sob reserva das notas das respectivas subsecções, das notas gerais da subsecção 7, e da nota da presente subsecção.

Nota da presente subsecção

Sem prejuízo de qualquer outra disposição do Título VI do Acordo, uma entidade adjudicante da Colômbia, num contrato de serviços de construção, manutenção, ou reabilitação de estradas e auto-estradas, pode aplicar uma condição no que respeita à contratação de pessoal local em áreas rurais, a fim de promover o emprego e melhorar as condições de vida nessas áreas.

B. Concessão de obras

Os contratos de concessão de obras, quando adjudicados por entidades adjudicantes das subsecções 1 e 2, e desde que o seu valor seja igual ou superior a 5 000 000 DSE, estão sujeitos ao princípio do tratamento nacional estabelecido no artigo 175.º, n.ºs 1 e 2 do Acordo e aos artigos 173.º, 174.º, 179.º, 190.º e 294.º do presente Acordo.

SUBSECÇÃO 7

NOTAS GERAIS

Salvo especificação em contrário, as seguintes notas gerais aplicam-se, sem excepção, ao Título VI do Acordo, incluindo a todas as subsecções da presente secção.

1. O Título VI do Acordo não se aplica a:

- a) Contratos de mercadorias ou serviços, celebrados por uma entidade colombiana, de uma mercadoria ou de um serviço obtidos ou adquiridos a outra entidade colombiana;
- b) Contratos de mercadorias e serviços celebrados pelo sector da defesa no *Departamento Administrativo de Seguridad – DAS*, que estão sujeitos à obrigação do segredo;

- c) Arrendamento ou aquisição de imobiliário;
- d) Reservas de contratos cujo valor seja inferior a 130 000 DSE em nome do MIPYMES; incluindo qualquer forma de tratamento preferencial como direito exclusivo de fornecimento de uma mercadoria ou prestação de um serviço, e medidas destinadas a facilitar a transferência de tecnologia e a subcontratação;
- e) Contratos ao abrigo de programas de reintegração na vida civil após processos de paz, de apoio a pessoas que foram deslocadas devido à violência, de apoio a pessoas que vivem em zonas de conflito, e programas gerais que decorrem da resolução do conflito armado; e
- f) Contratos celebrados por missões do serviço de estrangeiros da República da Colômbia tendo exclusivamente em conta os próprios funcionamento e gestão.

2. Entidades não abrangidas

Nos termos da sua Lei n.º 1150 de 2007, a Colômbia assegura que cada uma das entidades colombianas que se segue celebra os seus contratos de forma transparente, em conformidade com considerações comerciais, sendo os fornecedores e prestadores da UE objecto de um tratamento pelo menos tão favorável quanto o dos fornecedores e prestadores nacionais e de outros fornecedores e prestadores estrangeiros, no que respeita a todos os aspectos da sua contratação, incluindo condições, requisitos, procedimentos e regras de adjudicação de contratos públicos.

1. Comisión de Regulación de Energía y Gas (CREG)
 2. Unidad de Planeación Minero Energética (UPME)
 3. Caja de Previsión Social de Comunicaciones (CAPRECOM)
 4. Caja Nacional de Previsión Social (CAJANAL)
 5. Empresa Territorial para la Salud (ETESA)
 6. Imprenta Nacional de Colombia
 7. Industria Militar (INDUMIL)
 8. Instituto de Seguros Sociales (ISS)
 9. Radio Televisión Nacional de Colombia (RTVC)
 10. Servicio Aéreo a Territorios Nacionales (SATENA)
 11. Empresa Colombiana de Petróleos, S.A. (ECOPETROL)
 12. Interconexión Eléctrica S.A. (ISA)
 13. SAGEN
-
3. Fórmula para calcular o limiar
 - a) O limiar é ajustado de dois em dois anos e cada ajustamento produz efeitos em 1 de Janeiro, com início em 1 de Janeiro de 2014.

- b) O cálculo dos valores dos limiares baseia-se na média do valor diário dos DSE, expressos em pesos colombianos, durante o período de 24 meses que termina no último dia do mês de Agosto anterior à revisão com efeitos a partir de 1 de Janeiro. O valor dos limiares assim revistos é, se necessário, arredondado até ao milhar de pesos colombianos imediatamente inferior. Esta metodologia pode ser alterada pela UE e pela Colômbia no âmbito do Comité de Comércio como descrito no artigo 12.º, n.º 4, do Acordo.

4. Autoridades colombianas para efeitos do artigo 190.º do Acordo

No caso da Colômbia, o *Tribunal Contencioso Administrativo* e o *Consejo de Estado* são autoridades imparciais para efeitos do artigo 190.º, n.º 6, do Acordo. Como estas autoridades imparciais não têm autoridade para prever as medidas provisórias referidas no artigo 190.º, n.º 7, alínea a), do Acordo, considera-se que as vias de recurso de que dispõe a *Procuraduría General de la Nación* satisfazem os requisitos previstos nesse número. A *Procuraduría General de la Nación* é uma agência independente que tem autoridade para suspender concursos e adjudicações de contratos no decurso de qualquer processo disciplinar intentado contra agentes das administrações públicas responsáveis por um contrato.

SECÇÃO B

UNIÃO EUROPEIA

SUBSECÇÃO 1

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades da administração central referidas na presente subsecção, no que diz respeito aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Especificadas na subsecção 4

Limiar: DSE 130 000

Serviços:

Especificados na subsecção 5

Limiar: DSE 130 000

Serviços de construção:

Especificados na subsecção 6

Limiar: DSE 5 000 000

Entidades adjudicantes:

1. Todas as entidades da administração central dos Estados-Membros da UE (ver lista indicativa que se segue)
2. Entidades da UE:
 - Conselho da União Europeia
 - Comissão Europeia

Nota da presente subsecção

A noção de "Autoridades contratantes dos Estados-Membros da UE" cobre igualmente qualquer entidade tutelada de qualquer autoridade contratante de um Estado-Membro da UE, desde que não possua personalidade jurídica distinta.

LISTAS INDICATIVAS DE AUTORIDADES CONTRATANTES QUE SÃO AUTORIDADES
GOVERNAMENTAIS CENTRAIS, COMO DEFINIDAS PELA DIRECTIVA DA UE SOBRE
CONTRATOS PÚBLICOS

Bélgica

1. Services publics fédéraux (Ministérios):	1. Federale Overheidsdiensten (Ministérios):
SPF Chancellerie du Premier Ministre	FOD Kanselarij van de Eerste Minister
SPF Personnel et Organisation	FOD Kanselarij Personeel en Organisatie
SPF Budget et Contrôle de la Gestion	FOD Budget en Beheerscontrole
SPF Technologie de l'Information et de la Communication (Fedict)	FOD Informatie- en Communicatietechnologie (Fedict)
SPF Affaires étrangères, Commerce extérieur et Coopération au Développement	FOD Buitenlandse Zaken, Buitenlandse Handel en Ontwikkelingssamenwerking
SPF Intérieur	FOD Binnenlandse Zaken
SPF Finances	FOD Financiën
SPF Mobilité et Transports	FOD Mobiliteit en Vervoer
SPF Emploi, Travail et Concertation sociale	FOD Werkgelegenheid, Arbeid en sociaal overleg
SPF Sécurité Sociale et Institutions publiques de Sécurité Sociale;	FOD Sociale Zekerheid en Openbare Instellingen van sociale Zekerheid
SPF Santé publique, Sécurité de la Chaîne alimentaire et Environnement	FOD Volksgezondheid, Veiligheid van de Voedselketen en Leefmilieu
SPF Justice	FOD Justitie

SPF Economie, PME, Classes moyennes et Energie	FOD Economie, KMO, Middenstand en Energie
Ministère de la Défense	Ministerie van Landsverdediging
Service public de programmation Intégration sociale, Lutte contre la pauvreté et Economie sociale	Programmatorische Overheidsdienst Maatschappelijke Integratie, Armoedsbestrijding en sociale Economie
Service public fédéral de Programmation Développement durable	Programmatorische federale Overheidsdienst Duurzame Ontwikkeling
Service public fédéral de Programmation Politique scientifique	Programmatorische federale Overheidsdienst Wetenschapsbeleid
2. Régie des Bâtiments:	2. Regie der Gebouwen:
Office national de Sécurité sociale	Rijksdienst voor sociale Zekerheid
Institut national d'Assurance sociales pour travailleurs indépendants	Rijksinstituut voor de sociale Verzekeringen der Zelfstandigen
Institut national d'Assurance Maladie-Invalidité	Rijksinstituut voor Ziekte- en Invaliditeitsverzekering
Office national des Pensions	Rijksdienst voor Pensioenen
Caisse auxiliaire d'Assurance Maladie-Invalidité	Hulpkas voor Ziekte-en Invaliditeitsverzekering
Fond des Maladies professionnelles	Fonds voor Beroepsziekten
Office national de l'Emploi	Rijksdienst voor Arbeidsvoorziening

Bulgária

Администрация на Народното събрание

Администрация на Президента

Администрация на Министерския съвет

Конституционен съд

Българска народна банка

Министерство на външните работи

Министерство на вътрешните работи

Министерство на държавната администрация и административната реформа

Министерство на извънредните ситуации

Министерство на земеделието и храните

Министерство на здравеопазването

Министерство на икономиката и енергетиката

Министерство на културата

Министерство на образованието и науката

Министерство на околната среда и водите

Министерство на отбраната

Министерство на правосъдието

Министерство на регионалното развитие и благоустройството

Министерство на транспорта

Министерство на труда и социалната политика

Министерство на финансите

Organismos públicos, comissões estatais, órgãos executivos e outras entidades públicas criadas nos termos de uma lei ou de um decreto do Conselho de Ministros, exercendo uma função relacionada com o exercício do poder executivo:

Агенция за ядрено регулиране

Висшата атестационна комисия

Държавна комисия за енергийно и водно регулиране

Държавна комисия по сигурността на информацията

Комисия за защита на конкуренцията

Комисия за защита на личните данни

Комисия за защита от дискриминация

Комисия за регулиране на съобщенията

Комисия за финансов надзор

Патентно ведомство на Република България

Сметна палата на Република България

Агенция за приватизация

Агенция за следприватизационен контрол

Български институт по метрология

Държавна агенция „Архиви“

Държавна агенция "Държавен резерв и военновременни запаси"

Държавна агенция "Национална сигурност"

Държавна агенция за бежанците

Държавна агенция за българите в чужбина

Държавна агенция за закрила на детето

Държавна агенция за информационни технологии и съобщения

Държавна агенция за метрологичен и технически надзор

Държавна агенция за младежта и спорта
Държавна агенция по горите
Държавна агенция по туризма
Държавна комисия по стоковите борси и тържища
Институт по публична администрация и европейска интеграция
Национален статистически институт
Национална агенция за оценяване и акредитация
Националната агенция за професионално образование и обучение
Национална комисия за борба с трафика на хора
Агенция "Митници"
Агенция за държавна и финансова инспекция
Агенция за държавни вземания
Агенция за социално подпомагане
Агенция за хората с увреждания
Агенция по вписванията
Агенция по геодезия, картография и кадастър
Агенция по енергийна ефективност
Агенция по заетостта
Агенция по обществени поръчки
Българска агенция за инвестиции
Главна дирекция "Гражданска въздухоплавателна администрация"
Дирекция "Материално-техническо осигуряване и социално обслужване" на Министерство на вътрешните работи
Дирекция "Оперативно издирване" на Министерство на вътрешните работи
Дирекция "Финансово-ресурсно осигуряване" на Министерство на вътрешните работи

Дирекция за национален строителен контрол
Държавна комисия по хазарта
Изпълнителна агенция "Автомобилна администрация"
Изпълнителна агенция "Борба с градушките"
Изпълнителна агенция "Българска служба за акредитация"
Изпълнителна агенция "Военни клубове и информация"
Изпълнителна агенция "Главна инспекция по труда"
Изпълнителна агенция "Държавна собственост на Министерството на отбраната"
Изпълнителна агенция "Железопътна администрация"
Изпълнителна агенция "Изпитвания и контролни измервания на въоръжение, техника и имущества"
Изпълнителна агенция "Морска администрация"
Изпълнителна агенция "Национален филмов център"
Изпълнителна агенция "Пристанищна администрация"
Изпълнителна агенция "Проучване и поддържане на река Дунав"
Изпълнителна агенция "Социални дейности на Министерството на отбраната"
Изпълнителна агенция за икономически анализи и прогнози
Изпълнителна агенция за насърчаване на малките и средни предприятия
Изпълнителна агенция по лекарствата
Изпълнителна агенция по лозата и виното
Изпълнителна агенция по околна среда
Изпълнителна агенция по почвените ресурси
Изпълнителна агенция по рибарство и аквакултури
Изпълнителна агенция по селекция и репродукция в животновъдството
Изпълнителна агенция по сортоизпитване, апробация и семеконтрол

Изпълнителна агенция по трансплантация
Изпълнителна агенция по хидромелиорации
Комисията за защита на потребителите
Контролно-техническата инспекция
Национален център за информация и документация
Национален център по радиобиология и радиационна защита
Национална агенция за приходите
Национална ветеринарномедицинска служба
Национална служба "Полиция"
Национална служба "Пожарна безопасност и защита на населението"
Национална служба за растителна защита
Национална служба за съвети в земеделието
Национална служба по зърното и фуражите
Служба "Военна информация"
Служба "Военна полиция"
Фонд "Републиканска пътна инфраструктура"
Авиоотряд 28

República Checa

Ministerstvo dopravy
Ministerstvo financí
Ministerstvo kultury
Ministerstvo obrany
Ministerstvo pro místní rozvoj
Ministerstvo práce a sociálních věcí

Ministerstvo průmyslu a obchodu
Ministerstvo spravedlnosti
Ministerstvo školství, mládeže a tělovýchovy
Ministerstvo vnitra
Ministerstvo zahraničních věcí
Ministerstvo zdravotnictví
Ministerstvo zemědělství
Ministerstvo životního prostředí
Poslanecká sněmovna PČR
Senát PČR
Kancelář prezidenta
Český statistický úřad
Český úřad zeměměřičský a katastrální
Úřad průmyslového vlastnictví
Úřad pro ochranu osobních údajů
Bezpečnostní informační služba
Národní bezpečnostní úřad
Česká akademie věd
Vězeňská služba
Český báňský úřad
Úřad pro ochranu hospodářské soutěže
Správa státních hmotných rezerv
Státní úřad pro jadernou bezpečnost
Česká národní banka
Energetický regulační úřad
Úřad vlády České republiky

Ústavní soud
Nejvyšší soud
Nejvyšší správní soud
Nejvyšší státní zastupitelství
Nejvyšší kontrolní úřad
Kancelář Veřejného ochránce práv
Grantová agentura České republiky
Státní úřad inspekce práce
Český telekomunikační úřad

Dinamarca

Folketinget
Rigsrevisionen
Statsministeriet
Udenrigsministeriet
Beskæftigelsesministeriet
5 styrelser og institutioner (5 agências e instituições)
Domstolsstyrelsen
Finansministeriet
5 styrelser og institutioner (5 agências e instituições)
Forsvarsministeriet
5 styrelser og institutioner (5 agências e instituições)
Ministeriet for Sundhed og Forebyggelse

Adskillige styrelser og institutioner, herunder Statens Serum Institut (várias agências e instituições, incluindo o *Statens Serum Institut*)

Justitsministeriet

Rigspolichefen, anklagemyndigheden samt 1 direktorat og et antal styrelser (Comissário da Polícia, Ministério Público, uma direcção e várias agências)

Kirkeministeriet

10 stiftsøvrigheder (10 autoridades diocesanas)

Kulturministeriet — Ministério da Cultura

4 styrelser samt et antal statsinstitutioner (4 departamentos e várias instituições)

Miljøministeriet

5 styrelser (5 agências)

Ministeriet for Flygtninge, Invandrere og Integration

1 styrelse (1 agência)

Ministeriet for Fødevarer, Landbrug og Fiskeri

4 direktorater og institutioner (4 direcções e instituições)

Ministeriet for Videnskab, Teknologi og Udvikling

Adskillige styrelser og institutioner, Forskningscenter Risø og Statens uddannelsesbygninger (várias agências e instituições, incluindo o Laboratório Nacional *Risø* e os estabelecimentos nacionais de investigação e formação)

Skatteministeriet

1 styrelse og institutioner (1 agência e várias instituições)

Velfærdsministeriet

3 styrelser og institutioner (3 agências e várias instituições)

Transportministeriet

7 styrelser og institutioner, herunder Øresundsbrosortiet (7 agências e instituições, incluindo o *Øresundsbrosortiet*)

Undervisningsministeriet

3 styrelser, 4 undervisningsinstitutioner og 5 andre institutioner (3 agências, 4 estabelecimentos de ensino, 5 outras instituições)

Økonomi- og Erhvervsministeriet

Adskilligestyrelser og institutioner (várias agências e instituições)

Klima- og Energiministeriet;

3 styrelse og institutioner (3 agências e instituições)

Alemanha

Auswärtiges Amt

Bundeskanzleramt

Bundesministerium für Arbeit und Soziales

Bundesministerium für Bildung und Forschung

Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz

Bundesministerium der Finanzen

Bundesministerium des Innern (apenas bens civis)

Bundesministerium für Gesundheit

Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend

Bundesministerium der Justiz
Bundesministerium für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung
Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie
Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung
Bundesministerium der Verteidigung (material não militar)
Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit

Estónia

Vabariigi Presidendi Kantselei
Eesti Vabariigi Riigikogu
Eesti Vabariigi Riigikohus
Riigikontroll
Õiguskantsler
Riigikantselei
Rahvusarhiiv
Haridus– ja Teadusministeerium
Justiitsministeerium
Kaitseministeerium
Keskkonnaministeerium
Kultuuriministeerium
Majandus– ja Kommunikatsiooniministeerium
Põllumajandusministeerium
Rahandusministeerium

Siseministeerium
Sotsiaalministeerium
Välisministeerium
Keeleinspeksioon
Riigiprokuratuur
Teabeamet
Maa-amet
Keskkonnainspeksioon
Metsakaitse- ja Metsauuenduskeskus
Muinsuskaitseamet
Patendiamet
Tarbijakaitseamet
Riigihangete Amet
Taimetoodangu Inspeksioon
Põllumajanduse Registrite ja Informatsiooni Amet
Veterinaar- ja Toiduamet
Konkurentsiamet
Maksu –ja Tolliamet
Statistikaamet
Kaitsepolitseiamet
Kodakondsus- ja Migratsiooniamet
Piirivalveamet
Politseiamet
Eesti Kohtuekspertiisi Instituut

Keskkriminaalpolitsei
Päästeamet
Andmekaitse Inspektsioon
Ravimiamet
Sotsiaalkindlustusamet
Tööturumet
Tervishoiuamet
Tervisekaitseinspektsioon
Tööinspektsioon
Lennuamet
Maanteeamet
Veeteede Amet
Julgestuspolitsei
Kaitseressursside Amet
Kaitseväge Logistikakeskus
Tehnilise Järelevalve Amet

Irlanda

President's Establishment
Houses of the Oireachtas — [Parlamento]
Department of the Taoiseach — [Primeiro-Ministro]
Central Statistics Office
Department of Finance

Office of the Comptroller and Auditor General
Office of the Revenue Commissioners
Office of Public Works
State Laboratory
Office of the Attorney General
Office of the Director of Public Prosecutions
Valuation Office
Office of the Commission for Public Service Appointments
Public Appointments Service
Office of the Ombudsman
Chief State Solicitor's Office
Department of Justice, Equality and Law Reform
Courts Service
Prisons Service
Office of the Commissioners of Charitable Donations and Bequests
Department of the Environment, Heritage and Local Government
Department of Education and Science
Department of Communications, Energy and Natural Resources
Department of Agriculture, Fisheries and Food
Department of Transport
Department of Health and Children
Department of Enterprise, Trade and Employment
Department of Arts, Sports and Tourism

Department of Defence

Department of Foreign Affairs

Department of Social and Family Affairs

Department of Community, Rural and Gaeltacht Affairs — [regiões de expressão gaélica]

Arts Council

National Gallery

Grécia

Υπουργείο Εσωτερικών

Υπουργείο Εξωτερικών

Υπουργείο Οικονομίας και Οικονομικών

Υπουργείο Ανάπτυξης

Υπουργείο Δικαιοσύνης

Υπουργείο Εθνικής Παιδείας και Θρησκευμάτων

Υπουργείο Πολιτισμού

Υπουργείο Υγείας και Κοινωνικής Αλληλεγγύης

Υπουργείο Περιβάλλοντος, Χωροταξίας και Δημοσίων Έργων

Υπουργείο Απασχόλησης και Κοινωνικής Προστασίας

Υπουργείο Μεταφορών και Επικοινωνιών

Υπουργείο Αγροτικής Ανάπτυξης και Τροφίμων

Υπουργείο Εμπορικής Ναυτιλίας, Αιγαίου και Νησιωτικής Πολιτικής

Υπουργείο Μακεδονίας– Θράκης

Γενική Γραμματεία Επικοινωνίας

Γενική Γραμματεία Ενημέρωσης
Γενική Γραμματεία Νέας Γενιάς
Γενική Γραμματεία Ισότητας
Γενική Γραμματεία Κοινωνικών Ασφαλίσεων
Γενική Γραμματεία Απόδημου Ελληνισμού
Γενική Γραμματεία Βιομηχανίας
Γενική Γραμματεία Έρευνας και Τεχνολογίας
Γενική Γραμματεία Αθλητισμού
Γενική Γραμματεία Δημοσίων Έργων
Γενική Γραμματεία Εθνικής Στατιστικής Υπηρεσίας Ελλάδος
Εθνικό Συμβούλιο Κοινωνικής Φροντίδας
Οργανισμός Εργατικής Κατοικίας
Εθνικό Τυπογραφείο
Γενικό Χημείο του Κράτους
Ταμείο Εθνικής Οδοποιίας
Εθνικό Καποδιστριακό Πανεπιστήμιο Αθηνών
Αριστοτέλειο Πανεπιστήμιο Θεσσαλονίκης
Δημοκρίτειο Πανεπιστήμιο Θράκης
Πανεπιστήμιο Αιγαίου
Πανεπιστήμιο Ιωαννίνων
Πανεπιστήμιο Πατρών
Πανεπιστήμιο Μακεδονίας
Πολυτεχνείο Κρήτης
Σιβιτανίδειος Δημόσια Σχολή Τεχνών και Επαγγελμάτων

Αιγινήτειο Νοσοκομείο
Αρεταίειο Νοσοκομείο
Εθνικό Κέντρο Δημόσιας Διοίκησης
Οργανισμός Διαχείρισης Δημοσίου Υλικού
Οργανισμός Γεωργικών Ασφαλίσεων
Οργανισμός Σχολικών Κτιρίων
Γενικό Επιτελείο Στρατού
Γενικό Επιτελείο Ναυτικού
Γενικό Επιτελείο Αεροπορίας
Ελληνική Επιτροπή Ατομικής Ενέργειας
Γενική Γραμματεία Εκπαίδευσης Ενηλίκων
Υπουργείο Εθνικής Άμυνας
Γενική Γραμματεία Εμπορίου

Espanha

Presidencia de Gobierno
Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
Ministerio de Justicia
Ministerio de Defensa
Ministerio de Economía y Hacienda
Ministerio del Interior
Ministerio de Fomento
Ministerio de Educación, Política Social y Deportes
Ministerio de Industria, Turismo y Comercio

Ministerio de Trabajo e Inmigración
Ministerio de la Presidencia
Ministerio de Administraciones Públicas
Ministerio de Cultura
Ministerio de Sanidad y Consumo
Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino
Ministerio de Vivienda
Ministerio de Ciencia e Innovación
Ministerio de Igualdad

França

Ministérios:

Services du Premier ministre
Ministère chargé de la santé, de la jeunesse et des sports
Ministère chargé de l'intérieur, de l'outre-mer et des collectivités territoriales
Ministère chargé de la justice
Ministère chargé de la défense
Ministère chargé des affaires étrangères et européennes
Ministère chargé de l'éducation nationale
Ministère chargé de l'économie, des finances et de l'emploi
Secrétariat d'Etat aux transports
Secrétariat d'Etat aux entreprises et au commerce extérieur
Ministère chargé du travail, des relations sociales et de la solidarité
Ministère chargé de la culture et de la communication

Ministère chargé du budget, des comptes publics et de la fonction publique
Ministère chargé de l'agriculture et de la pêche
Ministère chargé de l'enseignement supérieur et de la recherche
Ministère chargé de l'écologie, du développement et de l'aménagement durables
Secrétariat d'Etat à la fonction publique
Ministère chargé du logement et de la ville
Secrétariat d'Etat à la coopération et à la francophonie
Secrétariat d'Etat à l'outre-mer
Secrétariat d'Etat à la jeunesse, des sports et de la vie associative
Secrétariat d'Etat aux anciens combattants
Ministère chargé de l'immigration, de l'intégration, de l'identité nationale et du co-développement
Secrétariat d'Etat en charge de la prospective et de l'évaluation des politiques publiques
Secrétariat d'Etat aux affaires européennes
Secrétariat d'Etat aux affaires étrangères et aux droits de l'homme
Secrétariat d'Etat à la consommation et au tourisme
Secrétariat d'Etat à la politique de la ville
Secrétariat d'Etat à la solidarité
Secrétariat d'Etat en charge de l'industrie et de la consommation
Secrétariat d'Etat en charge de l'emploi
Secrétariat d'Etat en charge du commerce, de l'artisanat, des PME, du tourisme et des services
Secrétariat d'Etat en charge de l'écologie
Secrétariat d'Etat en charge du développement de la région-capitale
Secrétariat d'Etat en charge de l'aménagement du territoire

Instituições, autoridades e jurisdições independentes:

Présidence de la République

Assemblée Nationale

Sénat

Conseil constitutionnel

Conseil économique et social

Conseil supérieur de la magistrature

Agence française contre le dopage

Autorité de contrôle des assurances et des mutuelles

Autorité de contrôle des nuisances sonores aéroportuaires

Autorité de régulation des communications électroniques et des postes

Autorité de sûreté nucléaire

Autorité indépendante des marchés financiers

Comité national d'évaluation des établissements publics à caractère scientifique, culturel et professionnel

Commission d'accès aux documents administratifs

Commission consultative du secret de la défense nationale

Commission nationale des comptes de campagne et des financements politiques

Commission nationale de contrôle des interceptions de sécurité

Commission nationale de déontologie de la sécurité

Commission nationale du débat public

Commission nationale de l'informatique et des libertés

Commission des participations et des transferts

Commission de régulation de l'énergie
Commission de la sécurité des consommateurs
Commission des sondages
Commission de la transparence financière de la vie politique
Conseil de la concurrence
Conseil des ventes volontaires de meubles aux enchères publiques
Conseil supérieur de l'audiovisuel
Défenseur des enfants
Haute autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité
Haute autorité de santé
Médiateur de la République
Cour de justice de la République
Tribunal des Conflits
Conseil d'Etat
Cours administratives d'appel
Tribunaux administratifs
Cour des Comptes
Chambres régionales des Comptes
Cours et tribunaux de l'ordre judiciaire (Cour de Cassation, Cours d'Appel, Tribunaux d'instance et Tribunaux de grande instance)
Estabelecimentos públicos nacionais:
Académie de France à Rome
Académie de marine
Académie des sciences d'outre-mer

Académie des technologies
Agence centrale des organismes de sécurité sociale (ACOSS)
Agence de biomédecine
Agence pour l'enseignement du français à l'étranger
Agence française de sécurité sanitaire des aliments
Agence française de sécurité sanitaire de l'environnement et du travail
Agence Nationale pour la cohésion sociale et l'égalité des chances
Agence nationale pour la garantie des droits des mineurs
Agences de l'eau
Agence Nationale de l'Accueil des Etrangers et des migrations
Agence nationale pour l'amélioration des conditions de travail (ANACT)
Agence nationale pour l'amélioration de l'habitat (ANAH)
Agence Nationale pour la Cohésion Sociale et l'Egalité des Chances
Agence nationale pour l'indemnisation des français d'outre-mer (ANIFOM)
Assemblée permanente des chambres d'agriculture (APCA)
Bibliothèque publique d'information
Bibliothèque nationale de France
Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg
Caisse des Dépôts et Consignations
Caisse nationale des autoroutes (CNA)
Caisse nationale militaire de sécurité sociale (CNMSS)
Caisse de garantie du logement **locatif** social
Casa de Velasquez
Centre d'enseignement zootechnique

Centre d'études de l'emploi
Centre d'études supérieures de la sécurité sociale
Centres de formation professionnelle et de promotion agricole
Centre hospitalier des Quinze-Vingts
Centre international d'études supérieures en sciences agronomiques (Montpellier Sup Agro)
Centre des liaisons européennes et internationales de sécurité sociale
Centre des Monuments Nationaux
Centre national d'art et de culture Georges Pompidou
Centre national des arts plastiques
Centre national de la cinématographie
Centre National d'Etudes et d'expérimentation du machinisme agricole, du génie rural, des eaux et des forêts (CEMAGREF)
Centre national du livre
Centre national de documentation pédagogique
Centre national des œuvres universitaires et scolaires (CNOUS)
Centre national professionnel de la propriété forestière
Centre National de la Recherche Scientifique (C.N.R.S)
Centres d'éducation populaire et de sport (CREPS)
Centres régionaux des œuvres universitaires (CROUS)
Collège de France
Conservatoire de l'espace littoral et des rivages lacustres
Conservatoire National des Arts et Métiers
Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Paris
Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Lyon

Conservatoire national supérieur d'art dramatique
Ecole centrale de Lille
Ecole centrale de Lyon
École centrale des arts et manufactures
École française d'archéologie d'Athènes
École française d'Extrême-Orient
École française de Rome
École des hautes études en sciences sociales
Ecole du Louvre
École nationale d'administration
École nationale de l'aviation civile (ENAC)
École nationale des Chartes
École nationale d'équitation
Ecole Nationale du Génie de l'Eau et de l'environnement de Strasbourg
Écoles nationales d'ingénieurs
Ecole nationale d'ingénieurs des industries des techniques agricoles et alimentaires de Nantes
Écoles nationales d'ingénieurs des travaux agricoles
École nationale de la magistrature
Écoles nationales de la marine marchande
École nationale de la santé publique (ENSP)
École nationale de ski et d'alpinisme
École nationale supérieure des arts décoratifs
École nationale supérieure des arts et techniques du théâtre
École nationale supérieure des arts et industries textiles Roubaix

Écoles nationales supérieures d'arts et métiers
École nationale supérieure des beaux-arts
École nationale supérieure de céramique industrielle
École nationale supérieure de l'électronique et de ses applications (ENSEA)
Ecole nationale supérieure du paysage de Versailles
Ecole Nationale Supérieure des Sciences de l'information et des bibliothécaires
Ecole nationale supérieure de la sécurité sociale
Écoles nationales vétérinaires
École nationale de voile
Écoles normales supérieures
École polytechnique
École technique professionnelle agricole et forestière de Meymac (Corrèze)
École de sylviculture Croigny (Aube)
École de viticulture et d'œnologie de la Tour– Blanche (Gironde)
École de viticulture — Avize (Marne)
Etablissement national d'enseignement agronomique de Dijon
Établissement national des invalides de la marine (ENIM)
Établissement national de bienfaisance Koenigswarter
Établissement public du musée et du domaine national de Versailles
Fondation Carnegie
Fondation Singer-Polignac
Haras nationaux
Hôpital national de Saint-Maurice
Institut des hautes études pour la science et la technologie

Institut français d'archéologie orientale du Caire
Institut géographique national
Institut National de l'origine et de la qualité
Institut national des hautes études de sécurité
Institut de veille sanitaire
Institut National d'enseignement supérieur et de recherche agronomique et agroalimentaire de
Rennes
Institut National d'Etudes Démographiques (I.N.E.D)
Institut National d'Horticulture
Institut National de la jeunesse et de l'éducation populaire
Institut national des jeunes aveugles — Paris
Institut national des jeunes sourds — Bordeaux
Institut national des jeunes sourds — Chambéry
Institut national des jeunes sourds — Metz
Institut national des jeunes sourds — Paris
Institut national de physique nucléaire et de physique des particules (I.N.P.N.P.P)
Institut national de la propriété industrielle
Institut National de la Recherche Agronomique (I.N.R.A)
Institut National de la Recherche Pédagogique (I.N.R.P)
Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (I.N.S.E.R.M)
Institut national d'histoire de l'art (I.N.H.A.)
Institut national de recherches archéologiques préventives
Institut National des Sciences de l'Univers

Institut National des Sports et de l'Education Physique
Institut national supérieur de formation et de recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignements inadaptés
Instituts nationaux polytechniques
Instituts nationaux des sciences appliquées
Institut national de recherche en informatique et en automatique (INRIA)
Institut national de recherche sur les transports et leur sécurité (INRETS)
Institut de Recherche pour le Développement
Instituts régionaux d'administration
Institut des Sciences et des Industries du vivant et de l'environnement (Agro Paris Tech)
Institut supérieur de mécanique de Paris
Institut Universitaires de Formation des Maîtres
Musée de l'armée
Musée Gustave-Moreau
Musée national de la marine
Musée national J.-J.-Henner
Musée du Louvre
Musée du Quai Branly
Muséum National d'Histoire Naturelle
Musée Auguste-Rodin
Observatoire de Paris
Office français de protection des réfugiés et apatrides
Office National des Anciens Combattants et des Victimes de Guerre (ONAC)

Office national de la chasse et de la faune sauvage
Office National de l'eau et des milieux aquatiques
Office national d'information sur les enseignements et les professions (ONISEP)
Office universitaire et culturel français pour l'Algérie
Ordre national de la Légion d'honneur
Palais de la découverte
Parcs nationaux
Universités
Outros organismos públicos nacionais:
Union des groupements d'achats publics (UGAP)
Agence Nationale pour l'emploi (A.N.P.E)
Caisse Nationale des Allocations Familiales (CNAF)
Caisse Nationale d'Assurance Maladie des Travailleurs Salariés (CNAMS)
Caisse Nationale d'Assurance-Vieillesse des Travailleurs Salariés (CNAVTS)

Itália

Organismos de compras:
Presidenza del Consiglio dei Ministri
Ministero degli Affari Esteri
Ministero dell'Interno
Ministero della Giustizia e Uffici giudiziari (esclusi i giudici di pace)
Ministero della Difesa
Ministero dell'Economia e delle Finanze

Ministero dello Sviluppo Economico

Ministero delle Politiche Agricole, Alimentari e Forestali

Ministero dell' Ambiente – Tutela del Territorio e del Mare

Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti

Ministero del Lavoro, della Salute e delle Politiche Sociali

Ministero dell' Istruzione, Università e Ricerca

Ministero per i Beni e le Attività culturali, comprensivo delle sue articolazioni periferiche

Outros organismos públicos nacionais:

CONSIP (Concessionaria Servizi Informatici Pubblici)

Chipre

Προεδρία και Προεδρικό Μέγαρο

Γραφείο Συντονιστή Εναρμόνισης

Υπουργικό Συμβούλιο

Βουλή των Αντιπροσώπων

Δικαστική Υπηρεσία

Νομική Υπηρεσία της Δημοκρατίας

Ελεγκτική Υπηρεσία της Δημοκρατίας

Επιτροπή Δημόσιας Υπηρεσίας

Επιτροπή Εκπαιδευτικής Υπηρεσίας

Γραφείο Επιτρόπου Διοικήσεως

Επιτροπή Προστασίας Ανταγωνισμού

Υπηρεσία Εσωτερικού Ελέγχου
Γραφείο Προγραμματισμού
Γενικό Λογιστήριο της Δημοκρατίας
Γραφείο Επιτρόπου Προστασίας Δεδομένων Προσωπικού Χαρακτήρα
Γραφείο Εφόρου Δημοσίων Ενισχύσεων
Αναθεωρητική Αρχή Προσφορών
Υπηρεσία Εποπτείας και Ανάπτυξης Συνεργατικών Εταιρειών
Αναθεωρητική Αρχή Προσφύγων
Υπουργείο Άμυνας
Υπουργείο Γεωργίας, Φυσικών Πόρων και Περιβάλλοντος
Τμήμα Γεωργίας
Κτηνιατρικές Υπηρεσίες
Τμήμα Δασών
Τμήμα Αναπτύξεως Υδάτων
Τμήμα Γεωλογικής Επισκόπησης
Μετεωρολογική Υπηρεσία
Τμήμα Αναδασμού
Υπηρεσία Μεταλλείων
Ινστιτούτο Γεωργικών Ερευνών
Τμήμα Αλιείας και Θαλάσσιων Ερευνών
Υπουργείο Δικαιοσύνης και Δημοσίας Τάξεως
Αστυνομία
Πυροσβεστική Υπηρεσία Κύπρου
Τμήμα Φυλακών
Υπουργείο Εμπορίου, Βιομηχανίας και Τουρισμού

Τμήμα Εφόρου Εταιρειών και Επίσημου Παραλήπτη
Υπουργείο Εργασίας και Κοινωνικών Ασφαλίσεων
Τμήμα Εργασίας
Τμήμα Κοινωνικών Ασφαλίσεων
Τμήμα Υπηρεσιών Κοινωνικής Ευημερίας
Κέντρο Παραγωγικότητας Κύπρου
Ανώτερο Ξενοδοχειακό Ινστιτούτο Κύπρου
Ανώτερο Τεχνολογικό Ινστιτούτο
Τμήμα Επιθεώρησης Εργασίας
Τμήμα Εργασιακών Σχέσεων
Υπουργείο Εσωτερικών
Επαρχιακές Διοικήσεις
Τμήμα Πολεοδομίας και Οικήσεως
Τμήμα Αρχείου Πληθυσμού και Μεταναστεύσεως
Τμήμα Κτηματολογίου και Χωρομετρίας
Γραφείο Τύπου και Πληροφοριών
Πολιτική Άμυνα
Υπηρεσία Μέρμινας και Αποκαταστάσεων Εκτοπισθέντων
Υπηρεσία Ασύλου
Υπουργείο Εξωτερικών
Υπουργείο Οικονομικών
Τελωνεία
Τμήμα Εσωτερικών Προσόδων
Στατιστική Υπηρεσία

Τμήμα Κρατικών Αγορών και Προμηθειών
Τμήμα Δημόσιας Διοίκησης και Προσωπικού
Κυβερνητικό Τυπογραφείο
Τμήμα Υπηρεσιών Πληροφορικής
Υπουργείο Παιδείας και Πολιτισμού
Υπουργείο Συγκοινωνιών και Έργων
Τμήμα Δημοσίων Έργων
Τμήμα Αρχαιοτήτων
Τμήμα Πολιτικής Αεροπορίας
Τμήμα Εμπορικής Ναυτιλίας
Τμήμα Οδικών Μεταφορών
Τμήμα Ηλεκτρομηχανολογικών Υπηρεσιών
Τμήμα Ηλεκτρονικών Επικοινωνιών
Υπουργείο Υγείας
Φαρμακευτικές Υπηρεσίες
Γενικό Χημείο
Ιατρικές Υπηρεσίες και Υπηρεσίες Δημόσιας Υγείας
Οδοντιατρικές Υπηρεσίες
Υπηρεσίες Ψυχικής Υγείας

Letónia

Ministérios, secretariados dos ministros encarregados de missões especiais e instituições que deles dependem:

Aizsardzības ministrija un tās padotībā esošās iestādes

Ārlietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Bērnu un ģimenes lietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Ekonomikas ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Finanšu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Iekšlietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Izglītības un zinātnes ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Kultūras ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Labklājības ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Reģionālās attīstības un pašvaldības lietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Satiksmes ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Tieslietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Veselības ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Vides ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Zemkopības ministrija un tās padotībā esošās iestādes
Īpašu uzdevumu ministra sekretariāti un to padotībā esošās iestādes
Satversmes aizsardzības birojs
Outras instituições públicas:
Augstākā tiesa
Centrālā vēlēšanu komisija
Finanšu un kapitāla tirgus komisija
Latvijas Banka
Prokuratūra un tās pārraudzībā esošās iestādes
Saeimas kanceleja un tās padotībā esošās iestādes

Satversmes tiesa

Valsts kanceleja un tās padotībā esošās iestādes

Valsts kontrole

Valsts prezidenta kanceleja

Tiesībsarga birojs

Nacionālā radio un televīzijas padome

Citas valsts iestādes, kuras nav ministriju padotībā (outras instituições públicas que não dependem dos ministérios)

Lituānija

Prezidentūros kanceliarija

Seimo kanceliarija

Instituições responsáveis perante o *Seimas* [Parlamento]:

Lietuvos mokslo taryba

Seimo kontrolierių įstaiga

Valstybės kontrolė

Specialiųjų tyrimų tarnyba

Valstybės saugumo departamentas

Konkurencijos taryba

Lietuvos gyventojų genocido ir rezistencijos tyrimo centras

Vertybinių popierių komisija

Ryšių reguliavimo tarnyba

Nacionalinė sveikatos taryba

Etninės kultūros globos taryba
Lygių galimybių kontrolieriaus tarnyba
Valstybinė kultūros paveldo komisija
Vaiko teisių apsaugos kontrolieriaus įstaiga
Valstybinė kainų ir energetikos kontrolės komisija
Valstybinė lietuvių kalbos komisija
Vyriausioji rinkimų komisija
Vyriausioji tarnybinės etikos komisija
Žurnalistų etikos inspektoriaus tarnyba
Vyriausybės kanceliarija
Institucijos atsakomybės perant o *Vyriausybės* [Governo]:
Ginklų fondas
Informacinės visuomenės plėtros komitetas
Kūno kultūros ir sporto departamentas
Lietuvos archyvų departamentas
Mokestinių ginčų komisija
Statistikos departamentas
Tautinių mažumų ir išeivijos departamentas
Valstybinė tabako ir alkoholio kontrolės tarnyba
Viešųjų pirkimų tarnyba
Narkotikų kontrolės departamentas
Valstybinė atominės energetikos saugos inspekcija
Valstybinė duomenų apsaugos inspekcija
Valstybinė lošimų priežiūros komisija

Valstybinė maisto ir veterinarijos tarnyba
Vyriausioji administracinių ginčų komisija
Draudimo priežiūros komisija
Lietuvos valstybinis mokslo ir studijų fondas
Lietuvių grįžimo į Tėvynę informacijos centras
Konstitucinis Teismas
Lietuvos bankas
Aplinkos ministerija
Instituições sob a alçada do *Aplinkos ministerija* [Ministério do Ambiente]:
Generalinė miškų urėdija
Lietuvos geologijos tarnyba
Lietuvos hidrometeorologijos tarnyba
Lietuvos standartizacijos departamentas
Nacionalinis akreditacijos biuras
Valstybinė metrologijos tarnyba
Valstybinė saugomų teritorijų tarnyba
Valstybinė teritorijų planavimo ir statybos inspekcija
Finansų ministerija
Instituições sob a alçada do *Finansų ministerija* [Ministério das Finanças]:
Muitinės departamentas
Valstybės dokumentų technologinės apsaugos tarnyba
Valstybinė mokesčių inspekcija
Finansų ministerijos mokymo centras
Krašto apsaugos ministerija

Instituições sob a alçada do *Krašto apsaugos ministerijos* [Ministério da Defesa Nacional]:

Antrasis operatyvinių tarnybų departamentas

Centralizuota finansų ir turto tarnyba

Karo prievolės administravimo tarnyba

Krašto apsaugos archyvas

Krizių valdymo centras

Mobilizacijos departamentas

Ryšių ir informacinių sistemų tarnyba

Infrastruktūros plėtros departamentas

Valstybinis pilietinio pasipriešinimo rengimo centras

Lietuvos kariuomenė

Krašto apsaugos sistemos kariniai vienetai ir tarnybos

Kultūros ministerija

Instituições sob a alçada do *Kultūros ministerijos* [Ministério da Cultura]:

Kultūros paveldo departamentas

Valstybinė kalbos inspekcija

Socialinės apsaugos ir darbo ministerija

Instituições sob a alçada do *Socialinės apsaugos ir darbo ministerijos* [Ministério da Segurança Social e do Trabalho]:

Garantinio fondo administracija

Valstybės vaiko teisių apsaugos ir įvaikinimo tarnyba

Lietuvos darbo birža

Lietuvos darbo rinkos mokymo tarnyba

Trišalės tarybos sekretoriatas

Socialinių paslaugų priežiūros departamentas

Darbo inspekcija

Valstybinio socialinio draudimo fondo valdyba

Neigalumo ir darbingumo nustatymo tarnyba

Ginčų komisija

Techninės pagalbos neigaliesiems centras

Neigaliųjų reikalų departamentas

Susisiekimo ministerija

Instituições sob a alçada do *Susisiekimo ministerijos* [Ministério dos Transportes e das Comunicações]:

Lietuvos automobilių kelių direkcija

Valstybinė geležinkelio inspekcija

Valstybinė kelių transporto inspekcija

Pasienio kontrolės punktų direkcija

Sveikatos apsaugos ministerija

Instituições sob a alçada do *Sveikatos apsaugos ministerijos* [Ministério da Saúde]:

Valstybinė akreditavimo sveikatos priežiūros veiklai tarnyba

Valstybinė ligonių kasa

Valstybinė medicininio audito inspekcija

Valstybinė vaistų kontrolės tarnyba

Valstybinė teismo psichiatrijos ir narkologijos tarnyba

Valstybinė visuomenės sveikatos priežiūros tarnyba

Farmacijos departamentas

Sveikatos apsaugos ministerijos Ekstremalių sveikatai situacijų centras

Lietuvos bioetikos komitetas

Radiacinės saugos centras

Švietimo ir mokslo ministerija

Instituições sob a alçada do *Švietimo ir mokslo ministerijos* [Ministério da Educação e da Ciência]:

Nacionalinis egzaminų centras

Studijų kokybės vertinimo centras

Teisingumo ministerija

Instituições sob a alçada do *Teisingumo ministerijos* [Ministério da Justiça]:

Kalėjų departamentas

Nacionalinė vartotojų teisių apsaugos taryba

Europos teisės departamentas

Ūkio ministerija

Įstaigos prie the Ūkio ministerijos [Ministério da Economia]:

Įmonių bankroto valdymo departamentas

Valstybinė energetikos inspekcija

Valstybinė ne maisto produktų inspekcija

Valstybinis turizmo departamentas

Užsienio reikalų ministerija

Diplomatinės atstovybės ir konsulinės įstaigos užsienyje bei atstovybės prie tarptautinių organizacijų

Vidaus reikalų ministerija

Instituições sob a alçada do *Vidaus reikalų ministerijos* [Ministério do Interior]:

Asmens dokumentų išrašymo centras

Finansinių nusikaltimų tyrimo tarnyba

Gyventojų registro tarnyba

Policijos departamentas
Priešgaisrinės apsaugos ir gelbėjimo departamentas
Turto valdymo ir ūkio departamentas
Vadovybės apsaugos departamentas
Valstybės sienos apsaugos tarnyba
Valstybės tarnybos departamentas
Informatikos ir ryšių departamentas
Migracijos departamentas
Sveikatos priežiūros tarnyba
Bendrasis pagalbos centras
Žemės ūkio ministerija
Instituições sob a alçada do *Žemės ūkio ministerijos* [Ministério da Agricultura]:
Nacionalinė mokėjimo agentūra
Nacionalinė žemės tarnyba
Valstybinė augalų apsaugos tarnyba
Valstybinė gyvulių veislininkystės priežiūros tarnyba
Valstybinė sėklų ir grūdų tarnyba
Žuvininkystės departamentas
Teismai [tribunais]:
Lietuvos Aukščiausiasis Teismas
Lietuvos apeliacinis teismas
Lietuvos vyriausiasis administracinis teismas
apygardų teismai
apygardų administraciniai teismai

apylinkių teismai

Nacionalinė teismų administracija

Generalinė prokuratūra

Outras entidades da administração pública central (institucijos [instituições], įstaigos [organismos], tarnybos [agências]):

Aplinkos apsaugos agentūra

Valstybinė aplinkos apsaugos inspekcija

Aplinkos projektų valdymo agentūra

Miško genetinių išteklių, sėklų ir sodmenų tarnyba

Miško sanitarinės apsaugos tarnyba

Valstybinė miškotvarkos tarnyba

Nacionalinis visuomenės sveikatos tyrimų centras

Lietuvos AIDS centras

Nacionalinis organų transplantacijos biuras

Valstybinis patologijos centras

Valstybinis psichikos sveikatos centras

Lietuvos sveikatos informacijos centras

Slaugos darbuotojų tobulinimosi ir specializacijos centras

Valstybinis aplinkos sveikatos centras

Respublikinis mitybos centras

Užkrečiamųjų ligų profilaktikos ir kontrolės centras

Trakų visuomenės sveikatos priežiūros ir specialistų tobulinimosi centras

Visuomenės sveikatos ugdymo centras

Muitinės kriminalinė tarnyba

Muitinės informacinių sistemų centras
Muitinės laboratorija
Muitinės mokymo centras
Valstybinis patentų biuras
Lietuvos teismo ekspertizės centras
Centrinė hipotekos įstaiga
Lietuvos metrologijos inspekcija
Civilinės aviacijos administracija
Lietuvos saugios laivybos administracija
Transporto investicijų direkcija
Valstybinė vidaus vandenų laivybos inspekcija
Pabėgėlių priėmimo centras

Luxemburgo

Ministère d'Etat
Ministère des Affaires Etrangères et de l'Immigration
Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement Rural
Ministère des Classes moyennes, du Tourisme et du Logement
Ministère de la Culture, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche
Ministère de l'Economie et du Commerce extérieur
Ministère de l'Education nationale et de la Formation professionnelle
Ministère de l'Egalité des chances
Ministère de l'Environnement

Ministère de la Famille et de l'Intégration
Ministère des Finances
Ministère de la Fonction publique et de la Réforme administrative
Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du territoire
Ministère de la Justice
Ministère de la Santé
Ministère de la Sécurité sociale
Ministère des Transports
Ministère du Travail et de l'Emploi
Ministère des Travaux publics

Hungria

Egészségügyi Minisztérium
Földművelésügyi és Vidékfejlesztési Minisztérium
Gazdasági és Közlekedési Minisztérium
Honvédelmi Minisztérium
Igazságügyi és Rendészeti Minisztérium
Környezetvédelmi és Vízügyi Minisztérium
Külügyminisztérium
Miniszterelnöki Hivatal
Oktatási és Kulturális Minisztérium
Önkormányzati és Területfejlesztési Minisztérium
Pénzügyminisztérium

Szociális és Munkaügyi Minisztérium
Központi Szolgáltatási Főigazgatóság

Malta

Uffiċċju tal-Prim Ministru (Gabinete do Primeiro-Ministro)

Ministeru għall-Familja u Solidarjeta' Soċjali (Ministério da Família e da Solidariedade Social)

Ministeru ta' l-Edukazzjoni Zghazagh u Impjieg (Ministério da Educação, Juventude e Emprego)

Ministeru tal-Finanzi (Ministério das Finanças)

Ministeru tar-Riżorsi u l-Infrastruttura (Ministério dos Recursos e Infra-estruturas)

Ministeru tat-Turiżmu u Kultura (Ministério do Turismo e da Cultura)

Ministeru tal-Ġustizzja u l-Intern (Ministério da Justiça e Assuntos Internos)

Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent (Ministério dos Assuntos Rurais e Ambiente)

Ministeru għal Għawdex (Ministério para a Ilha de Gozo)

Ministeru tas-Saħħa, l-Anzjani u Kura fil-Kommunita' (Ministério da Saúde, Terceira Idade e Cuidados de Saúde)

Ministeru ta' l-Affarijiet Barranin (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Ministeru għall-Investimenti, Industrija u Teknologija ta' Informazzjoni (Ministério do Investimento, Indústria e Tecnologia da Informação)

Ministeru għall-Kompetittivà u Komunikazzjoni (Ministério da Competitividade e das Comunicações)

Ministeru għall-Iżvilupp Urban u Toroq (Ministério do Desenvolvimento Urbano e das Estradas)

Países Baixos

Ministerie van Algemene Zaken

Bestuursdepartement

Bureau van de Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid

Rijksvoorlichtingsdienst

Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties

Bestuursdepartement

Centrale Archiefselectiedienst (CAS)

Algemene Inlichtingen- en Veiligheidsdienst (AIVD)

Agentschap Basisadministratie Persoonsgegevens en Reisdocumenten (BPR)

Agentschap Korps Landelijke Politiediensten

Ministerie van Buitenlandse Zaken

Directoraat-generaal Regiobeleid en Consulaire Zaken (DGRC)

Directoraat-generaal Politieke Zaken (DGPZ)

Directoraat-generaal Internationale Samenwerking (DGIS)

Directoraat-generaal Europese Samenwerking (DGES)

Centrum tot Bevordering van de Import uit Ontwikkelingslanden (CBI)

Centrale diensten ressorterend onder S/PlvS (Serviços de apoio dependentes do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto)

Buitenlandse Posten (ieder afzonderlijk)

Ministerie van Defensie — (Ministério da Defesa)

Bestuursdepartement

Commando Diensten Centra (CDC)

Defensie Telematica Organisatie (DTO)
Centrale directie van de Defensie Vastgoed Dienst
De afzonderlijke regionale directies van de Defensie Vastgoed Dienst
Defensie Materieel Organisatie (DMO)
Landelijk Bevoorradingsbedrijf van de Defensie Materieel Organisatie
Logistiek Centrum van de Defensie Materieel Organisatie
Marinebedrijf van de Defensie Materieel Organisatie
Defensie Pijpleiding Organisatie (DPO)
Ministerie van Economische Zaken
Bestuursdepartement
Centraal Planbureau (CPB)
SenterNovem
Staatstoezicht op de Mijnen (SodM)
Nederlandse Mededingingsautoriteit (NMa)
Economische Voorlichtingsdienst (EVD)
Agentschap Telecom
Kenniscentrum Professioneel & Innovatief Aanbesteden, Netwerk voor Overheidsopdrachtgevers
(PIANOo)
Regiebureau Inkoop Rijksoverheid
Octrooicentrum Nederland
Consumentenautoriteit
Ministerie van Financiën
Bestuursdepartement
Belastingdienst Automatiseringscentrum

Belastingdienst

de afzonderlijke Directies der Rijksbelastingen (as diferentes divisões da Administração Fiscal e Aduaneira nos Países Baixos)

Fiscale Inlichtingen- en Opsporingsdienst (incl. Economische Controle dienst (ECD))

Belastingdienst Opleidingen

Dienst der Domeinen

Ministerie van Justitie

Bestuursdepartement

Dienst Justitiële Inrichtingen

Raad voor de Kinderbescherming

Centraal Justitie Incasso Bureau

Openbaar Ministerie

Immigratie en Naturalisatiedienst

Nederlands Forensisch Instituut

Dienst Terugkeer & Vertrek

Ministerie van Landbouw, Natuur en Voedselkwaliteit

Bestuursdepartement

Dienst Regelingen (DR)

Agentschap Plantenziektenkundige Dienst (PD)

Algemene Inspectiedienst (AID)

Dienst Landelijk Gebied (DLG)

Voedsel en Waren Autoriteit (VWA)

Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschappen

Bestuursdepartement

Inspectie van het Onderwijs

Erfgoedinspectie

Centrale Financiën Instellingen

Nationaal Archief

Adviesraad voor Wetenschaps- en Technologiebeleid

Onderwijsraad

Raad voor Cultuur

Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid

Bestuursdepartement

Inspectie Werk en Inkomen

Agentschap SZW

Ministerie van Verkeer en Waterstaat

Bestuursdepartement

Directoraat-Generaal Transport en Luchtvaart

Directoraat-generaal Personenvervoer

Directoraat-generaal Water

Centrale diensten (serviços centrais)

Shared services Organisatie Verkeer en Watersaat

Koninklijke Nederlandse Meteorologisch Instituut KNMI

Rijkswaterstaat, Bestuur

De afzonderlijke regionale Diensten van Rijkswaterstaat (diversos serviços regionais da –direcção-
-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)

De afzonderlijke specialistische diensten van Rijkswaterstaat (diversos serviços especializados da
Direcção-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)

Adviesdienst Geo-Informatie en ICT
Adviesdienst Verkeer en Vervoer (AVV)
Bouwdienst
Corporate Dienst
Data ICT Dienst
Dienst Verkeer en Scheepvaart
Dienst Weg- en Waterbouwkunde (DWW)
Rijksinstituut voor Kunst en Zee (RIKZ)
Rijksinstituut voor Integraal Zoetwaterbeheer en Afvalwaterbehandeling (RIZA)
Waterdienst
Inspectie Verkeer en Waterstaat, Hoofddirectie
Port state Control
Directie Toezichtontwikkeling Communicatie en Onderzoek (TCO)
Toezichthouder Beheer Eenheid Lucht
Toezichthouder Beheer Eenheid Water
Toezichthouder Beheer Eenheid Land
Ministerie van Volkshuisvesting, Ruimtelijke Ordening en Milieubeheer
Bestuursdepartement
Directoraat-generaal Wonen, Wijken en Integratie
Directoraat-generaal Ruimte
Directoraat-generaal Milieubeheer
Rijksgebouwendienst
VROM Inspectie

Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport
Bestuursdepartement
Inspectie Gezondheidsbescherming, Waren en Veterinaire Zaken
Inspectie Gezondheidszorg
Inspectie Jeugdhulpverlening en Jeugdbescherming
Rijksinstituut voor de Volksgezondheid en Milieu (RIVM)
Sociaal en Cultureel Planbureau
Agentschap t.b.v. het College ter Beoordeling van Geneesmiddelen
Tweede Kamer der Staten-Generaal
Eerste Kamer der Staten-Generaal
Raad van State
Algemene Rekenkamer
Nationale Ombudsman
Kanselarij der Nederlandse Orden
Kabinet der Koningin
Raad voor de rechtspraak en de Rechtbanken

Áustria

Bundeskanzleramt
Bundesministerium für europäische und internationale Angelegenheiten
Bundesministerium für Finanzen
Bundesministerium für Gesundheit,

Bundesministerium für Inneres
Bundesministerium für Justiz
Bundesministerium für Landesverteidigung und Sport
Bundesministerium für Land– und Forstwirtschaft, Umwelt und Wasserwirtschaft
Bundesministerium für Arbeit, Soziales und Konsumentenschutz
Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur
Bundesministerium für Verkehr, Innovation und Technologie
Bundesministerium für Wirtschaft, Familie und Jugend
Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung
Österreichische Forschungs– und Prüfzentrum Arsenal Gesellschaft m.b.H
Bundesbeschaffung G.m.b.H
Bundesrechenzentrum G.m.b.H

Polónia

Kancelaria Prezydenta RP
Kancelaria Sejmu RP
Kancelaria Senatu RP
Kancelaria Prezesa Rady Ministrów
Sąd Najwyższy
Naczelny Sąd Administracyjny
Wojewódzkie sądy administracyjne
Sądy powszechne – rejonowe, okręgowe i apelacyjne
Trybunał Konstytucyjny

Najwyższa Izba Kontroli
Biuro Rzecznika Praw Obywatelskich
Biuro Rzecznika Praw Dziecka
Biuro Ochrony Rządu
Biuro Bezpieczeństwa Narodowego
Centralne Biuro Antykorupcyjne
Ministerstwo Pracy i Polityki Społecznej
Ministerstwo Finansów
Ministerstwo Gospodarki
Ministerstwo Rozwoju Regionalnego
Ministerstwo Kultury i Dziedzictwa Narodowego
Ministerstwo Edukacji Narodowej
Ministerstwo Obrony Narodowej
Ministerstwo Rolnictwa i Rozwoju Wsi
Ministerstwo Skarbu Państwa
Ministerstwo Sprawiedliwości
Ministerstwo Infrastruktury
Ministerstwo Nauki i Szkolnictwa Wyższego
Ministerstwo Środowiska
Ministerstwo Spraw Wewnętrznych i Administracji
Ministerstwo Spraw Zagranicznych
Ministerstwo Zdrowia
Ministerstwo Sportu i Turystyki
Urząd Komitetu Integracji Europejskiej

Urząd Patentowy Rzeczypospolitej Polskiej
Urząd Regulacji Energetyki
Urząd do Spraw Kombatantów i Osób Represjonowanych
Urząd Transportu Kolejowego
Urząd Dozoru Technicznego
Urząd Rejestracji Produktów Leczniczych, Wyrobów Medycznych i Produktów Biobójczych
Urząd do Spraw Repatriacji i Cudzoziemców
Urząd Zamówień Publicznych
Urząd Ochrony Konkurencji i Konsumentów
Urząd Lotnictwa Cywilnego
Urząd Komunikacji Elektronicznej
Wyższy Urząd Górniczy
Główny Urząd Miar
Główny Urząd Geodezji i Kartografii
Główny Urząd Nadzoru Budowlanego
Główny Urząd Statystyczny
Krajowa Rada Radiofonii i Telewizji
Generalny Inspektor Ochrony Danych Osobowych
Państwowa Komisja Wyborcza
Państwowa Inspekcja Pracy
Rządowe Centrum Legislacji
Narodowy Fundusz Zdrowia
Polska Akademia Nauk

Polskie Centrum Akredytacji
Polskie Centrum Badań i Certyfikacji
Polska Organizacja Turystyczna
Polski Komitet Normalizacyjny
Zakład Ubezpieczeń Społecznych
Komisja Nadzoru Finansowego
Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych
Kasa Rolniczego Ubezpieczenia Społecznego
Generalna Dyrekcja Dróg Krajowych i Autostrad
Państwowa Inspekcja Ochrony Roślin i Nasiennictwa
Komenda Główna Państwowej Straży Pożarnej
Komenda Główna Policji
Komenda Główna Straży Granicznej
Inspekcja Jakości Handlowej Artykułów Rolno-Spożywczych
Główny Inspektorat Ochrony Środowiska
Główny Inspektorat Transportu Drogowego
Główny Inspektorat Farmaceutyczny
Główny Inspektorat Sanitarny
Główny Inspektorat Weterynarii
Agencja Bezpieczeństwa Wewnętrznego
Agencja Wywiadu
Agencja Mienia Wojskowego
Wojskowa Agencja Mieszkaniowa

Agencja Restrukturyzacji i Modernizacji Rolnictwa

Agencja Rynku Rolnego

Agencja Nieruchomości Rolnych

Państwowa Agencja Atomistyki

Polska Agencja Żeglugi Powietrznej

Polska Agencja Rozwiązywania Problemów Alkoholowych

Agencja Rezerw Materiałowych

Narodowy Bank Polski

Narodowy Fundusz Ochrony Środowiska i Gospodarki Wodnej

Państwowy Fundusz Rehabilitacji Osób Niepełnosprawnych

Instytut Pamięci Narodowej – Komisja Ścigania Zbrodni Przeciwko Narodowi Polskiemu

Rada Ochrony Pamięci Walk i Męczeństwa

Służba Celną Rzeczypospolitej Polskiej

Państwowe Gospodarstwo Leśne "Lasy Państwowe"

Polska Agencja Rozwoju Przedsiębiorczości

Urzędy wojewódzkie

Samodzielne Publiczne Zakłady Opieki Zdrowotnej, jeśli ich organem założycielskim jest minister,
centralny organ administracji rządowej lub wojewoda

Portugal

Presidência do Conselho de Ministros

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ministério da Defesa Nacional
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério da Administração Interna
Ministério da Justiça
Ministério da Economia e da Inovação
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
Ministério da Educação
Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior
Ministério da Cultura
Ministério da Saúde
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Presidência da República
Tribunal Constitucional
Tribunal de Contas
Provedoria de Justiça

Roménia

Administrația Prezidențială
Senatul României
Camera Deputaților

Inalta Curte de Casație și Justiție
Curtea Constituțională
Consiliul Legislativ
Curtea de Conturi
Consiliul Superior al Magistraturii
Parchetul de pe lângă Inalta Curte de Casație și Justiție
Secretariatul General al Guvernului
Cancelaria primului ministru
Ministerul Afacerilor Externe
Ministerul Economiei și Finanțelor
Ministerul Justiției
Ministerul Apărării
Ministerul Interneleor și Reformei Administrative
Ministerul Muncii, Familiei și Egalității de Sanse
Ministerul pentru Intreprinderi Mici și Mijlocii, Comerț, Turism și Profesii Liberale
Ministerul Agriculturii și Dezvoltării Rurale
Ministerul Transporturilor
Ministerul Dezvoltării, Lucrărilor Publice și Locuinței
Ministerul Educației Cercetării și Tineretului
Ministerul Sănătății Publice
Ministerul Culturii și Cultelor
Ministerul Comunicațiilor și Tehnologiei Informației
Ministerul Mediului și Dezvoltării Durabile

Serviciul Român de Informații
Serviciul de Informații Externe
Serviciul de Protecție și Pază
Serviciul de Telecomunicații Speciale
Consiliul Național al Audiovizualului
Consiliul Concurenței (CC)
Direcția Națională Anticorupție
Inspectoratul General de Poliție
Autoritatea Națională pentru Reglementarea și Monitorizarea Achizițiilor Publice
Consiliul Național de Soluționare a Contestațiilor
Autoritatea Națională de Reglementare pentru Serviciile Comunitare de Utilități Publice(ANRSC)
Autoritatea Națională Sanitară Veterinară și pentru Siguranța Alimentelor
Autoritatea Națională pentru Protecția Consumatorilor
Autoritatea Navală Română
Autoritatea Feroviară Română
Autoritatea Rutieră Română
Autoritatea Națională pentru Protecția Drepturilor Copilului
Autoritatea Națională pentru Persoanele cu Handicap
Autoritatea Națională pentru Turism
Autoritatea Națională pentru Restituirea Proprietăților
Autoritatea Națională pentru Tineret
Autoritatea Națională pentru Cercetare Științifică
Autoritatea Națională pentru Reglementare în Comunicații și Tehnologia Informației

Autoritatea Națională pentru Serviciile Societății Informaționale
Autoritatea Electorală Permanentă
Agenția pentru Strategii Guvernamentale
Agenția Națională a Medicamentului
Agenția Națională pentru Sport
Agenția Națională pentru Ocuparea Forței de Muncă
Agenția Națională de Reglementare în Domeniul Energiei
Agenția Română pentru Conservarea Energiei
Agenția Națională pentru Resurse Minerale
Agenția Română pentru Investiții Străine
Agenția Națională pentru Intreprinderi Mici și Mijlocii și Cooperatie
Agenția Națională a Funcționarilor Publici
Agenția Națională de Administrare Fiscală
Agenția de Compensare pentru Achiziții de Tehnică Specială
Agenția Națională Anti-doping
Agenția Nucleară
Agenția Națională pentru Protecția Familiei
Agenția Națională pentru Egalitatea de Sanse între Bărbați și Femei
Agenția Națională pentru Protecția Mediului
Agenția națională Antidrog

Eslovénia

Predsednik Republike Slovenije

Državni zbor Republike Slovenije

Državni svet Republike Slovenije

Varuh človekovih pravic

Ustavno sodišče Republike Slovenije

Računsko sodišče Republike Slovenije

Državna revizijska komisija za revizijo postopkov oddaje javnih naročil

Slovenska akademija znanosti in umetnosti

Vladne službe

Ministrstvo za finance

Ministrstvo za notranje zadeve

Ministrstvo za zunanje zadeve

Ministrstvo za obrambo

Ministrstvo za pravosodje

Ministrstvo za gospodarstvo

Ministrstvo za kmetijstvo, gozdarstvo in prehrano

Ministrstvo za promet

Ministrstvo za okolje in, prostor

Ministrstvo za delo, družino in socialne zadeve

Ministrstvo za zdravje

Ministrstvo za javno upravo

Ministrstvo za šolstvo in šport
Ministrstvo za visoko šolstvo, znanost in tehnologijo
Ministrstvo za kulturo
Vrhovno sodišče Republike Slovenije
višja sodišča
okrožna sodišča
okrajna sodišča
Vrhovno državno tožilstvo Republike Slovenije
Okrožna državna tožilstva
Državno pravobranilstvo
Upravno sodišče Republike Slovenije
Višje delovno in socialno sodišče
delovna sodišča
Davčna uprava Republike Slovenije
Carinska uprava Republike Slovenije
Urad Republike Slovenije za preprečevanje pranja denarja
Urad Republike Slovenije za nadzor prirejanja iger na srečo
Uprava Republike Slovenije za javna plačila
Urad Republike Slovenije za nadzor proračuna
Policija
Inšpektorat Republike Slovenije za notranje zadeve
General štab Slovenske vojske
Uprava Republike Slovenije za zaščito in reševanje

Inšpektorat Republike Slovenije za obrambo
Inšpektorat Republike Slovenije za varstvo pred naravnimi in drugimi nesrečami
Uprava Republike Slovenije za izvrševanje kazenskih sankcij
Urad Republike Slovenije za varstvo konkurence
Urad Republike Slovenije za varstvo potrošnikov
Tržni inšpektorat Republike Slovenije
Urad Republike Slovenije za intelektualno lastnino
Inšpektorat Republike Slovenije za elektronske komunikacije, elektronsko podpisovanje in pošto
Inšpektorat za energetiko in rudarstvo
Agencija Republike Slovenije za kmetijske trge in razvoj podeželja
Inšpektorat Republike Slovenije za kmetijstvo, gozdarstvo in hrano
Fitosanitarna uprava Republike Slovenije
Veterinarska uprava Republike Slovenije
Uprava Republike Slovenije za pomorstvo
Direkcija Republike Slovenije za ceste
Prometni inšpektorat Republike Slovenije
Direkcija za vodenje investicij v javno železniško infrastrukturo
Agencija Republike Slovenije za okolje
Geodetska uprava Republike Slovenije
Uprava Republike Slovenije za jedrsko varstvo
Inšpektorat Republike Slovenije za okolje in prostor
Inšpektorat Republike Slovenije za delo
Zdravstveni inšpektorat

Urad Republike Slovenije za kemikalije
Uprava Republike Slovenije za varstvo pred sevanji
Urad Republike Slovenije za meroslovje
Urad za visoko šolstvo
Urad Republike Slovenije za mladino
Inšpektorat Republike Slovenije za šolstvo in šport
Arhiv Republike Slovenije
Inšpektorat Republike Slovenije za kulturo in medije
Kabinet predsednika Vlade Republike Slovenije
Generalni sekretariat Vlade Republike Slovenije
Služba vlade za zakonodajo
Služba vlade za evropske zadeve
Služba vlade za lokalno samoupravo in regionalno politiko
Urad vlade za komuniciranje
Urad za enake možnosti
Urad za verske skupnosti
Urad za narodnosti
Urad za makroekonomske analize in razvoj
Statistični urad Republike Slovenije
Slovenska obveščevalno-varnostna agencija
Protokol Republike Slovenije
Urad za varovanje tajnih podatkov

Urad za Slovence v zamejstvu in po svetu
Služba Vlade Republike Slovenije za razvoj
Informacijski pooblaščenec
Državna volilna komisija

Eslováquia

Ministérios e outras autoridades do governo central referidos na Lei n.º 575/2001 Coll. relativa à estrutura das actividades do governo e das autoridades da administração central, na versão actualmente em vigor:

Kancelária Prezidenta Slovenskej republiky
Národná rada Slovenskej republiky
Ministerstvo hospodárstva Slovenskej republiky
Ministerstvo financií Slovenskej republiky
Ministerstvo dopravy, pôšt a telekomunikácií Slovenskej republiky
Ministerstvo pôdohospodárstva Slovenskej republiky
Ministerstvo výstavby a regionálneho rozvoja Slovenskej republiky
Ministerstvo vnútra Slovenskej republiky
Ministerstvo obrany Slovenskej republiky
Ministerstvo spravodlivosti Slovenskej republiky
Ministerstvo zahraničných vecí Slovenskej republiky
Ministerstvo práce, sociálnych vecí a rodiny Slovenskej republiky

Ministerstvo životného prostredia Slovenskej republiky
Ministerstvo školstva Slovenskej republiky
Ministerstvo kultúry Slovenskej republiky
Ministerstvo zdravotníctva Slovenskej republiky
Úrad vlády Slovenskej republiky
Protimonopolný úrad Slovenskej republiky
Štatistický úrad Slovenskej republiky
Úrad geodézie, kartografie a katastra Slovenskej republiky
Úrad jadrového dozoru Slovenskej republiky
Úrad pre normalizáciu, metrologiu a skúšobníctvo Slovenskej republiky
Úrad pre verejné obstarávanie
Úrad priemyselného vlastníctva Slovenskej republiky
Správa štátnych hmotných rezerv Slovenskej republiky
Národný bezpečnostný úrad
Ústavný súd Slovenskej republiky
Najvyšší súd Slovenskej republiky
Generálna prokuratúra Slovenskej republiky
Najvyšší kontrolný úrad Slovenskej republiky
Telekomunikačný úrad Slovenskej republiky
Úrad priemyselného vlastníctva Slovenskej republiky
Úrad pre finančný trh
Úrad na ochranu osobných údajov
Kancelária verejného ochrany práv

Finlândia

Oikeuskanslerinvirasto – Justitiekanslersämbetet
Liikenne- Ja Viestintäministeriö – Kommunikationsministeriet
Ajoneuvohallintokeskus AKE – Fordonsförvaltningscentralen AKE
Ilmailuhallinto – Luftfärtsförvaltningen
Ilmatieteen laitos – Meteorologiska institutet
Merenkululaitos – Sjöfartsverket
Merentutkimuslaitos – Havsforskningsinstitutet
Ratahallintokeskus RHK – Banförvaltningscentralen RHK
Rautatievirasto – Järnvägsverket
Tiehallinto – Vägförvaltningen
Viestintävirasto – Kommunikationsverket
Maa- Ja Metsätalousministeriö – Jord- Och Skogsbruksministeriet
Elintarviketurvallisuusvirasto – Livsmedelssäkerhetsverket
Maanmittauslaitos – Lantmäteriverket
Maaseutuvirasto – Landsbygdsverket
Oikeusministeriö – Justitieministeriet
Tietosuojavaltuutetun toimisto – Dataombudsmannens byrå
Tuomioistuimet – domstolar
Korkein oikeus – Högsta domstolen
Korkein hallinto-oikeus – Högsta förvaltningsdomstolen

Hovioikeudet – hovrätter
Käräjäoikeudet – tingsrätter
Hallinto-oikeudet – förvaltningsdomstolar
Markkinaoikeus – Marknadsdomstolen
Työtuomioistuin – Arbetsdomstolen
Vakuutusoiikeus – Försäkringsdomstolen
Kuluttajariitalautakunta – Konsumenttvistenämnden
Vankeinhoitolaitos – Fångvårdsväsendet
HEUNI – Yhdistyneiden Kansakuntien yhteydessä toimiva Euroopan kriminaalipolitiikan instituutti
– HEUNI – Europeiska institutet för kriminalpolitik, verksamt i anslutning till Förenta Nationerna
Konkurssiasiamiehen toimisto – Konkursombudsmannens byrå
Kuluttajariitalautakunta – Konsumenttvistenämnden
Oikeushallinnon palvelukeskus – Justitieförvaltningens servicecentral
Oikeushallinnon tietotekniikkakeskus – Justitieförvaltningens datateknikcentral
Oikeuspoliittinen tutkimuslaitos (Optula) – Rättspolitiska forskningsinstitutet
Oikeusrekisterikeskus – Rättsregistercentralen
Onnettomuustutkimuskeskus – Centralen för undersökning av olyckor
Rikosseuraamusvirasto – Brottspåföljdsverket
Rikosseuraamusalan koulutuskeskus – Brottspåföljdsområdets utbildningscentral
Rikoksentorjuntaneuvosto Rådet för brottsförebyggande
Saamelaiskäräjät – Sametinget
Valtakunnansyyttäjänvirasto – Riksåklagarämbetet
Vankeinhoitolaitos – Fångvårdsväsendet
Opetusministeriö – Undervisningsministeriet

Opetushallitus – Utbildningsstyrelsen
Valtion elokuvatarkastamo – Statens filmgranskningsbyrå
Puolustusministeriö – Försvarsministeriet
Puolustusvoimat – Försvarsmakten
Sisäasiainministeriö – Inrikesministeriet
Väestörekisterikeskus – Befolkningsregistercentralen
Keskusrikopoliisi – Centralkriminalpolisen
Liikkuva poliisi – Rörliga polisen
Rajavartiolaitos – Gränsbevakningsväsendet
Lääninhallitukset – Länstyrelserna
Suojelupoliisi – Skyddspolisen
Poliisiammattikorkeakoulu – Polisyrkeshögskolan
Poliisin tekniikkakeskus – Polisens teknikcentral
Poliisin tietohallintokeskus – Polisens datacentral
Helsingin kihlakunnan poliisilaitos – Polisinrättningen i Helsingfors
Pelastusopisto – Räddningsverket
Hätäkeskuslaitos – Nödcentralverket
Maahanmuuttovirasto – Migrationsverket
Sisäasiainhallinnon palvelukeskus – Inrikesförvaltningens servicecentral
Sosiaali- Ja Terveysministeriö – Social- Och Hälsovårdsministeriet
Työttömyysturvan muutoksenhakulautakunta – Besvärnämnden för utkomstskyddsärenden
Sosiaaliturvan muutoksenhakulautakunta – Besvärnämnden för socialtrygghet
Lääkelaitos – Läkemedelsverket

Terveydenhuollon oikeusturvakeskus – Rättsskyddscentralen för hälsovården
Säteilyturvakeskus – Strålsäkerhetscentralen
Kansanterveyslaitos – Folkhälsainstitutet
Lääkehoidon kehittämiskeskus ROHTO – Utvecklingscentralen för läkemedelsbe-handling
Sosiaali- ja terveydenhuollon tuotevalvontakeskus – Social- och hälsovårdens produktill-
synscentral
Sosiaali- ja terveystieteen tutkimus- ja kehittämiskeskus Stakes – Forsknings- och
utvecklingscentralen för social- och hälsovården Stakes
Vakuutusvalvontavirasto – Försäkringsinspektionen
Työ- ja Elinkeinoministeriö – Arbets- Och Näringsministeriet
Kuluttajavirasto – Konsumentverket
Kilpailuvirasto – Konkurrensverket
Patentti- ja rekisterihallitus – Patent- och registerstyrelsen
Valtakunnansovittelijain toimisto – Riksförlikningsmännens byrå
Valtion turvapaikanhakijoiden vastaanottokeskukset– Statliga förläggningar för asylsökande
Energiainfovirasto – Energimarknadsverket
Geologian tutkimuskeskus – Geologiska forskningscentralen
Huoltovarmuuskeskus – Försörjningsberedskapscentralen
Kuluttajatutkimuskeskus – Konsumentforskningscentralen
Matkailun edistämiskeskus (MEK) – Centralen för turistfrämjande
Mittatekniikan keskus (MIKES) – Mätteknikcentralen
Tekes – teknologian ja innovaatioiden kehittämiskeskus –Tekes – utvecklingscentralen för
teknologi och innovationer

Turvatekniikan keskus (TUKES) – Säkerhetsteknikcentralen
Valtion teknillinen tutkimuskeskus (VTT) – Statens tekniska forskningscentral
Syrjintälautakunta – Nationella diskrimineringsnämnden
Työneuvosto – Arbetsrådet
Vähemmistövaltuutetun toimisto – Minoritetsombudsmannens byrå
Ulkoasiainministeriö – Utrikesministeriet
Valtioneuvoston Kanslia – Statsrådets Kansli
Valtiovarainministeriö – Finansministeriet
Valtiokonttori – Statskontoret
Verohallinto – Skatteförvaltningen
Tullilaitos – Tullverket
Tilastokeskus – Statistikcentralen
Valtiontaloudellinen tutkimuskeskus – Statens ekonomiska forskningscentral
Ympäristöministeriö – Miljöministeriet
Suomen ympäristökeskus – Finlands miljöcentral
Asumisen rahoitus- ja kehityskeskus – Finansierings- och utvecklingscentralen för boendet
Valtiontalouden Tarkastusvirasto – Statens Revisionsverk

Suécia

A

Affärsverket svenska kraftnät

Akademien för de fria konsterna

Alkohol- och läkemedelssortiments-nämnden

Allmänna pensionsfonden

Allmänna reklamationsnämnden

Ambassader

Ansvarsnämnd, statens

Arbetsdomstolen

Arbetsförmedlingen

Arbetsgivarverk, statens

Arbetslivsinstitutet

Arbetsmiljöverket

Arkitekturmuseet

Arrendenämnder

Arvsfondsdelegationen

Arvsfondsdelegationen

B

Banverket

Barnombudsmannen

Beredning för utvärdering av medicinsk metodik, statens

Bergsstaten

Biografbyrå, statens

Biografiskt lexikon, svenskt

Birgittaskolan

Blekinge tekniska högskola

Bokföringsnämnden

Bolagsverket

Bostadsnämnd, statens

Bostadskreditnämnd, statens

Boverket

Brottsförebyggande rådet

Brottsövermyndigheten

C

Centrala studiestödsnämnden

D

Danshögskolan

Datainspektionen

Departementen

Domstolsverket

Dramatiska institutet

E

Ekeskolan

Ekobrottsmyndigheten

Ekonomistyrningsverket

Ekonomiska rådet

Elsäkerhetsverket

Energimarknadsinspektionen

Energimyndighet, statens

EU/FoU-rådet

Exportkreditnämnden

Exportråd, Sveriges

F

Fastighetsmäklarnämnden

Fastighetsverk, statens

Fideikommissnämnden

Finansinspektionen

Finanspolitiska rådet

Finsk-svenska gränsälvskommissionen

Fiskeriverket

Flygmedicincentrum

Folkhälsoinstitut, statens

Fonden för fukt- och mögelskador

Forskningsrådet för miljö, areella näringar och samhällsbyggande, Formas

Folke Bernadotte Akademin

Forskarskattenämnden

Forskningsrådet för arbetsliv och socialvetenskap

Fortifikationsverket

Forum för levande historia

Försvarets materielverk

Försvarets radioanstalt

Försvarets underrättelsenämnd

Försvarshistoriska museer, statens

Försvarshögskolan

Försvarsmakten

Försäkringskassan

G

Gentekniknämnden

Geologiska undersökning

Geotekniska institut, statens

Giftinformationscentralen

Glesbygdsverket

Grafiska institutet och institutet för högre kommunikation– och reklamutbildning

Granskningsnämnden för radio och TV

Granskningsnämnden för försvarsuppfinningar

Gymnastik– och Idrottshögskolan

Göteborgs universitet

H

Handelsflottans kultur– och fritidsråd

Handelsflottans pensionsanstalt

Handelssekreterare

Handelskamrar, auktoriserade

Handikappombudsmannen

Handikappråd, statens

Harpsundsnämnden

Haverikommission, statens

Historiska museer, statens
Hjälpmedelsinstitutet
Hovrätterna
Hyresnämnder
Häktena
Hälsö- och sjukvårdens ansvarsnämnd
Högskolan Dalarna
Högskolan i Borås
Högskolan i Gävle
Högskolan i Halmstad
Högskolan i Kalmar
Högskolan i Karlskrona/Ronneby
Högskolan i Kristianstad
Högskolan i Skövde
Högskolan i Trollhättan/Uddevalla
Högskolan på Gotland
Högskolans avskiljandenämnd
Högskoleverket
Högsta domstolen

I

ILO kommittén

Inspektionen för arbetslöshetsförsäkringen

Inspektionen för strategiska produkter

Institut för kommunikationsanalys, statens

Institut för psykosocial medicin, statens

Institut för särskilt utbildningsstöd, statens

Institutet för arbetsmarknadspolitisk utvärdering

Institutet för rymdfysik

Institutet för tillväxtpolitiska studier

Institutionsstyrelse, statens

Insättningsgarantinämnden

Integrationsverket

Internationella programkontoret för utbildningsområdet

J

Jordbruksverk, statens

Justitiekanslern

Jämställdhetsombudsmannen

Jämställdhetsnämnden

Järnvägar, statens

Järnvägsstyrelsen

K

Kammarkollegiet

Kammarrätterna

Karlstads universitet

Karolinska Institutet

Kemikalieinspektionen

Kommerskollegium

Konjunkturinstitutet

Konkurrensverket

Konstfack

Konsthögskolan

Konstnärsnämnden

Konstråd, statens

Konsulat

Konsumentverket

Krigsvetenskapsakademin

Krigsförsäkringsnämnden

Kriminaltekniska laboratorium, statens

Kriminalvården

Krisberedskapsmyndigheten

Kristinaskolan

Kronofogdemyndigheten

Kulturråd, statens
Kungl. Biblioteket
Kungl. Konsthögskolan
Kungl. Musikhögskolan i Stockholm
Kungl. Tekniska högskolan
Kungl. Vitterhets-, historie– och antikvitetsakademien
Kungl Vetenskapsakademin
Kustbevakningen
Kvalitets– och kompetensråd, statens
Kärnavfallsfondens styrelse

L

Lagrådet
Lantbruksuniversitet, Sveriges
Lantmäteriverket
Linköpings universitet
Livrustkammaren, Skoklosters slott och Hallwylska museet
Livsmedelsverk, statens
Livsmedelsekonomiska institutet
Ljud– och bildarkiv, statens
Lokala säkerhetsnämnderna vid kärnkraftverk
Lotteriinspektionen
Luftfartsverket

Luftfärtsstyrelsen
Luleå tekniska universitet
Lunds universitet
Läkemedelsverket
Läkemedelsförmånsnämnden
Länsrätterna
Länsstyrelserna
Lärarhögskolan i Stockholm

M

Malmö högskola
Manillaskolan
Maritima muséer, statens
Marknadsdomstolen
Medlingsinstitutet
Meteorologiska och hydrologiska institut, Sveriges
Migrationsverket
Militärhögskolor
Mittuniversitetet
Moderna museet
Museer för världskultur, statens
Musikaliska Akademien

Musiksamlingar, statens
Myndigheten för handikappolitisk samordning
Myndigheten för internationella adoptionsfrågor
Myndigheten för skolutveckling
Myndigheten för kvalificerad yrkesutbildning
Myndigheten för nätverk och samarbete inom högre utbildning
Myndigheten för Sveriges nätuniversitet
Myndigheten för utländska investeringar i Sverige
Mälardalens högskola

N

Nationalmuseum
Nationellt centrum för flexibelt lärande
Naturhistoriska riksmuseet
Naturvårdsverket
Nordiska Afrikainstitutet
Notarienämnden
Nämnd för arbetstagares uppfinningar, statens
Nämnden för statligt stöd till trossamfund
Nämnden för styrelserepresentationsfrågor
Nämnden mot diskriminering
Nämnden för elektronisk förvaltning
Nämnden för RH anpassad utbildning
Nämnden för hemslöjdsfrågor

O

Oljekrisnämnden

Ombudsmannen mot diskriminering på grund av sexuell läggning

Ombudsmannen mot etnisk diskriminering

Operahögskolan i Stockholm

P

Patent- och registreringsverket

Patentbesvärsrätten

Pensionsverk, statens

Personregisternämnd statens, SPAR-nämnden

Pliktverk, Totalförsvarets

Polarforskningssekretariatet

Post- och telestyrelsen

Premiepensionsmyndigheten

Presstödsnämnden

R

Radio- och TV-verket

Rederinämnden

Regeringskansliet

Regeringsrätten
Resegarantinämnden
Registernämnden
Revisorsnämnden
Riksantikvarieämbetet
Riksarkivet
Riksbanken
Riksdagsförvaltningen
Riksdagens ombudsmän
Riksdagens revisorer
Riksgäldskontoret
Rikshemvärnsrådet
Rikspolisstyrelsen
Riksrevisionen
Rikstrafiken
Riksutställningar, Stiftelsen
Riksvärderingsnämnden
Rymdstyrelsen
Rådet för Europeiska socialfonden i Sverige
Räddningsverk, statens
Rättshjälpsmyndigheten
Rättshjälpsnämnden
Rättsmedicinalverket

S

Samarbetsnämnden för statsbidrag till trossamfund

Sameskolestyrelsen och sameskolor

Sametinget

SIS, Standardiseringen i Sverige

Sjöfartsverket

Skatterättsnämnden

Skatteverket

Skaderegleringsnämnd, statens

Skiljenämnden i vissa trygghetsfrågor

Skogsstyrelsen

Skogsvårdsstyrelserna

Skogs och lantbruksakademien

Skolverk, statens

Skolväsendets överklagandenämnd

Smittskyddsinstitutet

Socialstyrelsen

Specialpedagogiska institutet

Specialskolemyndigheten

Språk- och folkminnesinstitutet

Sprängämnesinspektionen

Statistiska centralbyrån

Statskontoret
Stockholms universitet
Stockholms internationella miljöinstitut
Strålsäkerhetsmyndigheten
Styrelsen för ackreditering och teknisk kontroll
Styrelsen för internationellt utvecklingssamarbete, SIDA
Styrelsen för Samefonden
Styrelsen för psykologiskt försvar
Stängselnämnden
Svenska institutet
Svenska institutet för europapolitiska studier
Svenska ESF rådet
Svenska Unescorådet
Svenska FAO kommittén
Svenska Språknämnden
Svenska Skeppshypotekskassan
Svenska institutet i Alexandria
Sveriges författarfond
Säkerhetspolisen
Säkerhets- och integritetsskyddsnämnden
Södertörns högskola

T

Taltidningsnämnden

Talboks- och punktskriftsbiblioteket

Teaterhögskolan i Stockholm

Tingsrätterna

Tjänstepensions och grupplivnämnd, statens

Tjänsteförslagsnämnden för domstolsväsendet

Totalförsvarets forskningsinstitut

Totalförsvarets pliktverk

Tullverket

Turistdelegationen

U

Umeå universitet

Ungdomsstyrelsen

Uppsala universitet

Utlandslönenämnd, statens

Utlänningsnämnden

Utrikesförvaltningens antagningsnämnd

Utrikesnämnden

Utsädeskontroll, statens

V

Valideringsdelegationen

Valmyndigheten

Vatten- och avloppsnämnd, statens

Vattenöverdomstolen

Verket för förvaltningsutveckling

Verket för högskoleservice

Verket för innovationssystem (VINNOVA)

Verket för näringslivsutveckling (NUTEK)

Vetenskapsrådet

Veterinärmedicinska anstalt, statens

Veterinära ansvarsnämnden

Väg- och transportforskningsinstitut, statens

Vägverket

Vänerskolan

Växjö universitet

Växsortnämnd, statens

Å

Åklagarmyndigheten

Åsbackaskolan

Ö

Örebro universitet

Örlogsmannasällskapet

Östervångsskolan

Överbefälhavaren

Överklagandenämnden för högskolan

Överklagandenämnden för nämndemanna-uppdrag

Överklagandenämnden för studiestöd

Överklagandenämnden för totalförsvaret

Reino Unido

Cabinet Office

Office of the Parliamentary Counsel

Central Office of Information

Charity Commission

Crown Estate Commissioners (Vote Expenditure Only)

Crown Prosecution Service

Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform

Competition Commission

Gas and Electricity Consumers' Council

Office of Manpower Economics

Department for Children, Schools and Families
Department of Communities and Local Government
Rent Assessment Panels
Department for Culture, Media and Sport
British Library
British Museum
Commission for Architecture and the Built Environment
The Gambling Commission
Historic Buildings and Monuments Commission for England (English Heritage)
Imperial War Museum
Museums, Libraries and Archives Council
National Gallery
National Maritime Museum
National Portrait Gallery
Natural History Museum
Science Museum
Tate Gallery
Victoria and Albert Museum
Wallace Collection
Department for Environment, Food and Rural Affairs
Agricultural Dwelling House Advisory Committees
Agricultural Land Tribunals
Agricultural Wages Board and Committees

Cattle Breeding Centre
Countryside Agency
Plant Variety Rights Office
Royal Botanic Gardens, Kew
Royal Commission on Environmental Pollution
Department of Health
Dental Practice Board
National Health Service Strategic Health Authorities
NHS Trusts
Prescription Pricing Authority
Department for Innovation, Universities and Skills
Higher Education Funding Council for England
National Weights and Measures Laboratory
Patent Office
Department for International Development
Department of the Procurator General and Treasury Solicitor
Legal Secretariat to the Law Officers
Department for Transport
Maritime and Coastguard Agency
Department for Work and Pensions
Disability Living Allowance Advisory Board
Independent Tribunal Service
Medical Boards and Examining Medical Officers (War Pensions)

Occupational Pensions Regulatory Authority
Regional Medical Service
Social Security Advisory Committee
Export Credits Guarantee Department
Foreign and Commonwealth Office
Wilton Park Conference Centre
Government Actuary's Department
Government Communications Headquarters
Home Office
HM Inspectorate of Constabulary
House of Commons
House of Lords
Ministry of Defence
Defence Equipment & Support
Meteorological Office
Ministry of Justice
Boundary Commission for England
Combined Tax Tribunal
Council on Tribunals
Court of Appeal – Criminal
Employment Appeals Tribunal
Employment Tribunals
HMCS Regions, Crown, County and Combined Courts (England and Wales)

Immigration Appellate Authorities
Immigration Adjudicators
Immigration Appeals Tribunal
Lands Tribunal
Law Commission
Legal Aid Fund (England and Wales)
Office of the Social Security Commissioners
Parole Board and Local Review Committees
Pensions Appeal Tribunals
Public Trust Office
Supreme Court Group (England and Wales)
Transport Tribunal
The National Archives
National Audit Office
National Savings and Investments
National School of Government
Northern Ireland Assembly Commission
Northern Ireland Court Service
Coroners Courts
County Courts
Court of Appeal and High Court of Justice in Northern Ireland
Crown Court
Enforcement of Judgements Office

Legal Aid Fund

Magistrates' Courts

Pensions Appeals Tribunals

Northern Ireland, Department for Employment and Learning

Northern Ireland, Department for Regional Development

Northern Ireland, Department for Social Development

Northern Ireland, Department of Agriculture and Rural Development

Northern Ireland, Department of Culture, Arts and Leisure

Northern Ireland, Department of Education

Northern Ireland, Department of Enterprise, Trade and Investment

Northern Ireland, Department of the Environment

Northern Ireland, Department of Finance and Personnel

Northern Ireland, Department of Health, Social Services and Public Safety

Northern Ireland, Office of the First Minister and Deputy First Minister

Northern Ireland Office

Crown Solicitor's Office

Department of the Director of Public Prosecutions for Northern Ireland

Forensic Science Laboratory of Northern Ireland

Office of the Chief Electoral Officer for Northern Ireland

Police Service of Northern Ireland

Probation Board for Northern Ireland

State Pathologist Service

Office of Fair Trading
Office for National Statistics
National Health Service Central Register
Office of the Parliamentary Commissioner for Administration and Health Service Commissioners
Paymaster General's Office
Postal Business of the Post Office
Privy Council Office
Public Record Office
HM Revenue and Customs
The Revenue and Customs Prosecutions Office
Royal Hospital, Chelsea
Royal Mint
Rural Payments Agency
Scotland, Auditor-General
Scotland, Crown Office and Procurator Fiscal Service
Scotland, General Register Office
Scotland, Queen's and Lord Treasurer's Remembrancer
Scotland, Registers of Scotland
The Scotland Office
The Scottish Ministers
Architecture and Design Scotland
Crofters Commission
Deer Commission for Scotland

Lands Tribunal for Scotland
National Galleries of Scotland
National Library of Scotland
National Museums of Scotland
Royal Botanic Garden, Edinburgh
Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland
Scottish Further and Higher Education Funding Council
Scottish Law Commission
Community Health Partnerships
Special Health Boards
Health Boards
The Office of the Accountant of Court
High Court of Justiciary
Court of Session
HM Inspectorate of Constabulary
Parole Board for Scotland
Pensions Appeal Tribunals
Scottish Land Court
Sheriff Courts
Scottish Police Services Authority
Office of the Social Security Commissioners
The Private Rented Housing Panel and Private Rented Housing Committees

Keeper of the Records of Scotland
The Scottish Parliamentary Body Corporate
HM Treasury
Office of Government Commerce
United Kingdom Debt Management Office
The Wales Office (Office of the Secretary of State for Wales)
The Welsh Ministers
Higher Education Funding Council for Wales
Local Government Boundary Commission for Wales
The Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Wales
Valuation Tribunals (Wales)
Welsh National Health Service Trusts and Local Health Boards
Welsh Rent Assessment Panels

LISTA DE MERCADORIAS E EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS PELOS MINISTÉRIOS DA DEFESA E AGÊNCIAS DE DEFESA OU DE SEGURANÇA DA BÉLGICA, BULGÁRIA, REPÚBLICA CHECA, DINAMARCA, ALEMANHA, ESTÓNIA, GRÉCIA, ESPANHA, FRANÇA, IRLANDA, ITÁLIA, CHIPRE, LETÓNIA, LITUÂNIA, LUXEMBURGO, HUNGRIA, MALTA, PAÍSES BAIXOS, ÁUSTRIA, POLÓNIA, PORTUGAL, ROMÉLIA, ESLOVÉNIA, ESLOVÁQUIA, FINLÂNDIA, SUÉCIA E REINO UNIDO

ABRANGIDOS PELO TÍTULO VI DO ACORDO

Na presente lista de fornecimentos, é feita referência à Nomenclatura Combinada como referida no Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Jornal Oficial da UE L 74 de 15.3.2008, p. 1).

- Capítulo 25: Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento
- Capítulo 26: Minérios metalúrgicos, escórias e cinzas
- Capítulo 27: Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais
- excepto:
- ex 27.10: carburantes especiais
- Capítulo 28: Produtos químicos inorgânicos, compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioactivos, de metais das terras raras e de isótopos
- excepto:
- ex 28.09: explosivos
- ex 28.13: explosivos
- ex 28.14: gases lacrimogéneos
- ex 28.28: explosivos

ex 28.32: explosivos
ex 28.39: explosivos
ex 28.50: produtos toxicológicos
ex 28.51: produtos toxicológicos
ex 28.54: explosivos

Capítulo 29:

Organic chemicals
excepto:
ex 29.03: explosivos
ex 29.04: explosivos
ex 29.07: explosivos
ex 29.08: explosivos
ex 29.11: explosivos
ex 29.12: explosivos
ex 29.13: produtos toxicológicos
ex 29.14: produtos toxicológicos
ex 29.15: produtos toxicológicos
ex 29.21: produtos toxicológicos
ex 29.22: produtos toxicológicos
ex 29.23: produtos toxicológicos
ex 29.26: explosivos
ex 29.27: produtos toxicológicos
ex 29.29: explosivos

Capítulo 30:	Capítulo 30
Capítulo 31:	Adubos (fertilizantes)
Capítulo 32:	Extractos tanantes e tintórios; taninos e seus derivados; matérias corantes; cores, tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever
Capítulo 33:	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador e cosméticos
Capítulo 34:	Sabões, produtos orgânicos tenso-activos, preparados para lixívia, preparados lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos para conservação e limpeza, velas de iluminação e artefactos semelhantes, pastas para modelar e "ceras para a arte dentária"
Capítulo 35:	Matérias albuminóides, colas e enzimas
Capítulo 37:	Artigos de fotografia e cinematografia
Capítulo 38:	Produtos químicos indiferenciados, n.e. excepto: ex 38.19: produtos toxicológicos
Capítulo 39:	Matérias plásticas artificiais, ésteres e éteres da celulose, resinas artificiais e obras destas matérias excepto: ex 39.03: explosivos
Capítulo 40:	Borracha natural, sintética ou artificial e obras de borracha excepto: ex 40.11: pneumáticos à prova de bala
Capítulo 41:	Peles, excepto as peles com pêlo, e couros

Capítulo 42:	Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa (excepto pêlo de Messina)
Capítulo 43:	Peles com pêlo e suas obras; peles com pêlo, artificiais
Capítulo 44:	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira
Capítulo 45:	Cortiça e suas obras
Capítulo 46:	Obras de esteireiro e de cesteiro
Capítulo 47:	Matérias destinadas ao fabrico do papel
Capítulo 48:	Papel e cartão; obras de pasta de celulose (ouate), de papel e de cartão
Capítulo 49:	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou dactilografados, planos e plantas;
Capítulo 65:	Chapéus e artefactos semelhantes
Capítulo 66:	Guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, pingalins e respectivas partes
Capítulo 67:	Penas e penugem preparadas e respectivas obras; flores artificiais; obras de cabelo
Capítulo 68:	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica e matérias análogas
Capítulo 69:	Produtos cerâmicos
Capítulo 70:	Glass and glassware
Capítulo 71:	Pérolas naturais, gemas e similares, metais preciosos, metais chapeados de metais preciosos e respectivas obras; bijuteria

Capítulo 73:	Ferro fundido, ferro macio, aço e suas obras
Capítulo 74:	Cobre e suas obras
Capítulo 75:	Níquel e suas obras
Capítulo 76:	Alumínio e suas obras
Capítulo 77:	Magnésio, berílio e suas obras
Capítulo 78:	Chumbo e suas obras
Capítulo 79:	Zinco e suas obras
Capítulo 80:	Estanho e suas obras
Capítulo 81:	Outros metais comuns e suas obras
Capítulo 82:	Alfaias, ferramentas, cutelaria, colheres e garfos, de metais comuns, e suas Partes excepto: ex 82.05: ferramentas ex 82.07: peças de ferramentas
Capítulo 83:	Artefactos diversos de metais comuns
Capítulo 84:	Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos excepto: ex 84.06: motores ex 84.08: outros motores de explosão ex 84.45: máquinas ex 84.53: máquinas automáticas de tratamento de informação ex 84.55: peças da posição 84.53 ex 84.59: reactores nucleares

- Capítulo 85: Máquinas, aparelhos e material eléctrico, e suas partes
excepto:
ex 85.13: equipamentos de telecomunicações
ex 85.15: aparelhos de transmissão
- Capítulo 86: Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes;
aparelhos de sinalização não eléctricos para vias de comunicação
excepto:
ex 86.02: locomotivas eléctricas blindadas
ex 86.03: outras locomotivas blindadas
ex 86.05: vagões blindados
ex 86.06: vagões-oficinas
ex 86.07: vagões
- Capítulo 87: Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes
excepto:
ex 87.08: carros e veículos blindados
ex 87.01: tractores
ex 87.02: veículos militares
ex 87.03: veículos de desempanagem
ex 87.09: motociclos
ex 87.14: reboques

- Capítulo 89: Embarcações e estruturas flutuantes
excepto:
ex 89.01 A: navios de guerra
- Capítulo 90: Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia e cinematografia,
medida, verificação e precisão; instrumentos e aparelhos médico-
-cirúrgicos
excepto:
ex 90.05: binóculos
ex 90.13: instrumentos diversos, laser
ex 90.14: telémetros
ex 90.28: instrumentos de medida eléctricos ou electrónicos
ex 90.11: microscópios
ex 90.17: instrumentos médicos
ex 90.18: aparelhos de mecanoterapia
ex 90.19: aparelhos de ortopedia
ex 90.20: aparelhos de raios X
- Capítulo 91: Fabrico de caixas de relógios e de relógios
- Capítulo 92: Instrumentos de música, aparelhos de registo ou de reprodução de som,
aparelhos de registo ou de reprodução de imagens e de som, para
televisão, partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos

Capítulo 94:	Mobiliário médico-cirúrgico; artigos de colchoeiro e semelhantes excepto: ex 94.01 A: cadeiras ou bancos de aeronaves
Capítulo 95:	Matérias para talhe ou modelação, preparadas ou em obra
Capítulo 96:	Escovas, pincéis e artefactos semelhantes, vassouras, borlas, peneiras e crivos
Capítulo 98:	Artefactos diversos

SUBSECÇÃO 2

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SUBCENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades do nível subcentral das administrações públicas referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Especificadas na subsecção 4

Limiar: DSE 200 000

Serviços:

Especificados na subsecção 5

Limiar: DSE 200 000

Serviços de construção:

Especificados na subsecção 6

Limiar: DSE 5 000 0000

Entidades adjudicantes:

1. Todas as entidades contratantes regionais
2. Todas as entidades contratantes locais
3. Todas as entidades contratantes que são organismos de direito público como definidos nas directivas da UE relativas aos contratos públicos

Nota da presente subsecção

A Por "organismo de direito público" entende-se um organismo:

criado com o objectivo específico de satisfazer necessidades de interesse geral, sem carácter industrial ou comercial,

dotado de personalidade jurídica e

financiado maioritariamente pelo Estado ou por autoridades regionais ou locais, ou por outros organismos de direito público, ou cuja gestão esteja sujeita ao controlo destes organismos ou cujos órgãos de administração, direcção ou fiscalização sejam compostos, em mais de metade, por membros designados pelo Estado, por autoridades locais ou regionais ou por outros organismos de direito público.

Em anexo, inclui-se uma lista indicativa de autoridades contratantes que são organismos de direito público.

LISTAS INDICATIVAS DE AUTORIDADES CONTRATANTES
QUE SÃO ORGANISMOS DE DIREITO PÚBLICO, COMO DEFINIDOS PELA DIRECTIVA
DA UE SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS

Bélgica

Organismos:

A

Agence fédérale pour l'Accueil des demandeurs d'Asile — Federaal Agentschap voor Opvang van Asielzoekers

Agence fédérale pour la Sécurité de la Chaîne alimentaire — Federaal Agentschap voor de Veiligheid van de Voedselketen

Agence fédérale de Contrôle nucléaire — Federaal Agentschap voor nucleaire Controle

Agence wallonne à l'Exportation

Agence wallonne des Télécommunications

Agence wallonne pour l'Intégration des Personnes handicapées

Aqua fin

Arbeitsamt der Deutschsprachigen Gemeinschaft

Archives générales du Royaume et Archives de l'Etat dans les Provinces — Algemeen Rijksarchief
en Rijksarchief in de Provinciën Astrid

B

Banque nationale de Belgique — Nationale Bank van België

Belgisches Rundfunk- und Fernsehzentrum der Deutschsprachigen Gemeinschaft

Berlaymont 2000

Bibliothèque royale Albert Ier — Koninklijke Bibliotheek Albert I

Bruxelles-Propreté — Agence régionale pour la Propreté — Net-Brussel — Gewestelijke
Agentschap voor Netheid

Bureau d'Intervention et de Restitution belge — Belgisch Interventie en Restitutiebureau

Bureau fédéral du Plan — Federaal Planbureau

C

Caisse auxiliaire de Paiement des Allocations de Chômage — Hulpkas voor
Werkloosheidsuitkeringen

Caisse de Secours et de Prévoyance en Faveur des Marins — Hulp en Voorzorgkas voor
Zeevarenden

Caisse de Soins de Santé de la Société Nationale des Chemins de Fer Belges — Kas der
 geneeskundige Verzorging van de Nationale Maatschappij der Belgische Spoorwegen
 Caisse nationale des Calamités — Nationale Kas voor Rampenschade
 Caisse spéciale de Compensation pour Allocations familiales en Faveur des Travailleurs occupés
 dans les Entreprises de Batellerie — Bijzondere Verrekenkas voor Gezinsvergoedingen ten Bate
 van de Arbeiders der Ondernemingen voor Binnenscheepvaart
 Caisse spéciale de Compensation pour Allocations familiales en Faveur des Travailleurs occupés
 dans les Entreprises de Chargement, Déchargement et Manutention de Marchandises dans les Ports,
 Débarcadères, Entrepôts et Stations (appelée habituellement "Caisse spéciale de Compensation pour
 Allocations familiales des Régions maritimes") — Bijzondere Verrekenkas voor
 Gezinsvergoedingen ten Bate van de Arbeiders gebezigd door Ladings— en
 Lossingsondernemingen en door de Stuwadoors in de Havens, Losplaatsen, Stapelplaatsen en
 Stations (gewoonlijk genoemd „Bijzondere Compensatiekas voor Kindertoeslagen van de
 Zeevaartgewesten")
 Centre d'Etude de l'Energie nucléaire — Studiecentrum voor Kernenergie
 Centre de recherches agronomiques de Gembloux
 Centre hospitalier de Mons
 Centre hospitalier de Tournai
 Centre hospitalier universitaire de Liège
 Centre informatique pour la Région de Bruxelles-Capitale — Centrum voor Informatica voor het
 Brusselse Gewest
 Centre pour l'Egalité des Chances et la Lutte contre le Racisme — Centrum voor Gelijkheid van
 Kansen en voor Racismebestrijding

Centre régional d'Aide aux Communes
Centrum voor Bevolkings- en Gezinsstudien
Centrum voor landbouwkundig Onderzoek te Gent
Comité de Contrôle de l'Electricité et du Gaz — Controlecomité voor Elektriciteit en Gas
Comité national de l'Energie — Nationaal Comité voor de Energie
Commissariat général aux Relations internationales
Commissariaat-Generaal voor de Bevordering van de lichamelijke Ontwikkeling, de Sport en de Openluchtrecreatie
Commissariat général pour les Relations internationales de la Communauté française de Belgique
Conseil central de l'Economie — Centrale Raad voor het Bedrijfsleven
Conseil économique et social de la Région wallonne
Conseil national du Travail — Nationale Arbeidsraad
Conseil supérieur de la Justice — Hoge Raad voor de Justitie
Conseil supérieur des Indépendants et des petites et moyennes Entreprises — Hoge Raad voor Zelfstandigen en de kleine en middelgrote Ondernemingen
Conseil supérieur des Classes moyennes
Coopération technique belge — Belgische technische Coöperatie

D

Dienststelle der Deutschsprachigen Gemeinschaft für Personen mit einer Behinderung
Dienst voor de Scheepvaart
Dienst voor Infrastructuurwerken van het gesubsidieerd Onderwijs
Domus Flandria

E

Entreprise publique des Technologies nouvelles de l'Information et de la Communication de la Communauté française

Export Vlaanderen

F

Financieringsfonds voor Schuldafbouw en Eenmalige Investeringsuitgaven

Financieringsinstrument voor de Vlaamse Visserij- en Aquicultuursector

Fonds bijzondere Jeugdbijstand

Fonds communautaire de Garantie des Bâtiments scolaires

Fonds culturele Infrastructuur

Fonds de Participation

Fonds de Vieillessement — Zilverfonds

Fonds d'Aide médicale urgente — Fonds voor dringende geneeskundige Hulp

Fonds de Construction d'Institutions hospitalières et médico-sociales de la Communauté française

Fonds de Pension pour les Pensions de Retraite du Personnel statutaire de Belgacom —

Pensioenfonds voor de Rustpensioenen van het statutair Personeel van Belgacom

Fonds des Accidents du Travail — Fonds voor Arbeidsongevallen

Fonds d'Indemnisation des Travailleurs licenciés en cas de Fermeture d'Entreprises

Fonds tot Vergoeding van de in geval van Sluiting van Ondernemingen ontslagen Werknemers

Fonds du Logement des Familles nombreuses de la Région de Bruxelles-Capitale — Woningfonds van de grote Gezinnen van het Brusselse hoofdstedelijk Gewest

Fonds du Logement des Familles nombreuses de Wallonie

Fonds Film in Vlaanderen

Fonds national de Garantie des Bâtiments scolaires — Nationaal Warborgfonds voor
Schoolgebouwen

Fonds national de Garantie pour la Réparation des Dégâts houillers — Nationaal Waarborgfonds
inzake Kolenmijnenschade

Fonds piscicole de Wallonie

Fonds pour le Financement des Prêts à des Etats étrangers — Fonds voor Financiering van de
Leningen aan Vreemde Staten

Fonds pour la Rémunération des Mousses — Fonds voor Scheepsjongens

Fonds régional bruxellois de Refinancement des Trésoreries communales — Brussels gewestelijk
Herfinancieringsfonds van de gemeentelijke Thesaurieën

Fonds voor flankerend economisch Beleid

Fonds wallon d'Avances pour la Réparation des Dommages provoqués par des Pompages et des
Prises d'Eau souterraine

G

Garantiefonds der Deutschsprachigen Gemeinschaft für Schulbauten

Grindfonds

H

Herplaatsingfonds

Het Gemeenschapsonderwijs

Hulpfonds tot financieel Herstel van de Gemeenten

I

Institut belge de Normalisation — Belgisch Instituut voor Normalisatie

Institut belge des Services postaux et des Télécommunications — Belgisch Instituut voor
Postdiensten en Telecommunicatie

Institut bruxellois francophone pour la Formation professionnelle

Institut bruxellois pour la Gestion de l'Environnement — Brussels Instituut voor Milieubeheer

Institut d'Aéronomie spatiale — Instituut voor Ruimte aëronomie

Institut de Formation permanente pour les Classes moyennes et les petites et moyennes Entreprises

Institut des Comptes nationaux — Instituut voor de nationale Rekeningen

Institut d'Expertise vétérinaire — Instituut voor veterinaire Keuring

Institut du Patrimoine wallon

Institut für Aus- und Weiterbildung im Mittelstand und in kleinen und mittleren Unternehmen

Institut géographique national — Nationaal geografisch Instituut

Institution pour le Développement de la Gazéification souterraine —Instelling voor de
Ontwikkeling van ondergrondse Vergassing

Institution royale de Messine — Koninklijke Gesticht van Mesen

Institutions universitaires de droit public relevant de la Communauté flamande — Universitaire instellingen van publiek recht ahangende van de Vlaamse Gemeenschap

Institutions universitaires de droit public relevant de la Communauté française — Universitaire instellingen van publiek recht ahangende van de Franse Gemeenschap

Institut national des Industries extractives — Nationaal Instituut voor de Extractiebedrijven

Institut national de Recherche sur les Conditions de Travail — Nationaal Onderzoeksinstituut voor Arbeidsomstandigheden

Institut national des Invalides de Guerre, anciens Combattants et Victimes de Guerre — Nationaal Instituut voor Oorlogsinvaliden, Oudstrijders en Oorlogsslachtoffers

Institut national des Radioéléments — Nationaal Instituut voor Radio-Elementen

Institut national pour la Criminalistique et la Criminologie — Nationaal Instituut voor Criminalistiek en Criminologie

Institut pour l'Amélioration des Conditions de Travail — Instituut voor Verbetering van de Arbeidsvoorwaarden

Institut royal belge des Sciences naturelles — Koninklijk Belgisch Instituut voor Natuurwetenschappen

Institut royal du Patrimoine culturel — Koninklijk Instituut voor het Kunstpatrimonium

Institut royal météorologique de Belgique — Koninklijk meteorologisch Instituut van België

Institut scientifique de Service public en Région wallonne

Institut scientifique de la Santé publique – Louis Pasteur — Wetenschappelijk Instituut Volksgezondheid – Louis Pasteur

Instituut voor de Aanmoediging van Innovatie door Wetenschap en Technologie in Vlaanderen
Instituut voor Bosbouw en Wildbeheer
Instituut voor het archeologisch Patrimonium
Investeringsdienst voor de Vlaamse autonome Hogescholen
Investeringsfonds voor Grond- en Woonbeleid voor Vlaams-Brabant

J

Jardin botanique national de Belgique — Nationale Plantentuin van België

K

Kind en Gezin
Koninklijk Museum voor schone Kunsten te Antwerpen

L

Loterie nationale — Nationale Loterij

M

Mémorial national du Fort de Breendonk — Nationaal Gedenkteken van het Fort van Breendonk

Musée royal de l'Afrique centrale — Koninklijk Museum voor Midden- Afrika

Musées royaux d'Art et d'Histoire — Koninklijke Musea voor Kunst en Geschiedenis

Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique — Koninklijke Musea voor schone Kunsten van België

O

Observatoire royal de Belgique — Koninklijke Sterrenwacht van België

Office central d'Action sociale et culturelle du Ministère de la Défense —Centrale Dienst voor
sociale en culturele Actie van het Ministerie van Defensie

Office communautaire et régional de la Formation professionnelle et de L'Emploi

Office de Contrôle des Assurances — Controledienst voor de Verzekeringen

Office de Contrôle des Mutualités et des Unions nationales de Mutualités —Controledienst voor de
Ziekenfondsen en de Landsbonden van Ziekenfondsen

Office de la Naissance et de l'Enfance

Office de Promotion du Tourisme

Office de Sécurité sociale d'Outre-Mer — Dienst voor de overzeese sociale Zekerheid

Office for Foreign Investors in Wallonia

Office national d'Allocations familiales pour Travailleurs salariés —Rijksdienst voor Kinderbijslag
voor Werknemers

Office national de Sécurité sociale des Administrations provinciales et locales — Rijksdienst voor
sociale Zekerheid van de provinciale en plaatselijke Overheidsdiensten

Office national des Vacances annuelles — Rijksdienst voor jaarlijkse Vakantie
Office national du Ducroire — Nationale Delcrederedienst
Office régional bruxellois de l'Emploi — Brusselse gewestelijke Dienst voor Arbeidsbemiddeling
Office régional de Promotion de l'Agriculture et de l'Horticulture
Office régional pour le Financement des Investissements communaux
Office wallon de la Formation professionnelle et de l'Emploi
Openbaar psychiatrisch Ziekenhuis-Geel
Openbaar psychiatrisch Ziekenhuis-Rekem
Openbare Afvalstoffenmaatschappij voor het Vlaams Gewest
Orchestre national de Belgique — Nationaal Orkest van België
Organisme national des Déchets radioactifs et des Matières fissiles — Nationale Instelling voor radioactief Afval en Spleijstoffen

P

Palais des Beaux-Arts — Paleis voor schone Kunsten
Participatiemaatschappij Vlaanderen
Pool des Marins de la Marine marchande — Pool van de Zeelieden der Koopvaardij

R

Radio et Télévision belge de la Communauté française
Reproductiefonds voor de Vlaamse Musea

S

Service d'Incendie et d'Aide médicale urgente de la Région de Bruxelles-Capitale — Brusselse hoofdstedelijk Dienst voor Brandweer en dringende medische Hulp

Société belge d'Investissement pour les pays en développement — Belgische

Investeringsmaatschappij voor Ontwikkelingslanden

Société d'Assainissement et de Rénovation des Sites industriels dans l'Ouest du Brabant wallon

Société de Garantie régionale

Sociaal economische Raad voor Vlaanderen

Société du Logement de la Région bruxelloise et sociétés agréées — Brusselse Gewestelijke

Huisvestingsmaatschappij en erkende maatschappijen

Société publique d'Aide à la Qualité de l'Environnement

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires bruxellois

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Brabant wallon

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Hainaut

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires de Namur

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires de Liège

Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Luxembourg

Société publique de Gestion de l'Eau

Société wallonne du Logement et sociétés agréées

Sofibail

Sofibru

Sofico

T

Théâtre national

Théâtre royal de la Monnaie — De Koninklijke Muntchouwburg

Toerisme Vlaanderen

Tunnel Liefkenshoek

U

Universitair Ziekenhuis Gent

V

Vlaams Commissariaat voor de Media

Vlaamse Dienst voor Arbeidsbemiddeling en Beroepsopleiding

Vlaams Egalisatie Rente Fonds

Vlaamse Hogescholenraad

Vlaamse Huisvestingsmaatschappij en erkende maatschappijen

Vlaamse Instelling voor technologisch Onderzoek

Vlaamse interuniversitaire Raad

Vlaamse Landmaatschappij

Vlaamse Milieuholding

Vlaamse Milieumaatschappij

Vlaamse Onderwijsraad
Vlaamse Opera
Vlaamse Radio– en Televisieomroep
Vlaamse Reguleringsinstantie voor de Elektriciteit– en Gasmarkt
Vlaamse Stichting voor Verkeerskunde
Vlaams Fonds voor de Lastendelging
Vlaams Fonds voor de Letteren
Vlaams Fonds voor de sociale Integratie van Personen met een Handicap
Vlaams Informatiecentrum over Land– en Tuinbouw
Vlaams Infrastructuurfonds voor Persoonsgebonden Aangelegenheden
Vlaams Instituut voor de Bevordering van het wetenschappelijk– en technologisch Onderzoek in de Industrie
Vlaams Instituut voor Gezondheidspromotie
Vlaams Instituut voor het Zelfstandig ondernemen
Vlaams Landbouwinvesteringsfonds
Vlaams Promotiecentrum voor Agro– en Visserijmarketing
Vlaams Zorgfonds
Vlaams Woningfonds voor de grote Gezinnen

Bulgária

Organismos:

Икономически и социален съвет

Национален осигурителен институт

Национална здравноосигурителна каса
Български червен кръст
Българска академия на науките
Национален център за аграрни науки
Български институт за стандартизация
Българско национално радио
Българска национална телевизия

Categorias:

Empresas estatais na aceção do artigo 62.º, n.º 3, do *Търговския закон* (обн., ДВ, бр.48/18.6.1991):

Национална компания "Железопътна инфраструктура"
ДП "Пристанищна инфраструктура"
ДП "Ръководство на въздушното движение"
ДП "Строителство и възстановяване"
ДП "Транспортно строителство и възстановяване"
ДП "Съобщително строителство и възстановяване"
ДП "Радиоактивни отпадъци"
ДП "Предприятие за управление на дейностите по опазване на околната среда"
ДП "Български спортен тотализатор"
ДП "Държавна парично-предметна лотария"
ДП "Кабиюк", Шумен
ДП "Фонд затворно дело"
Държавни дивечовъдни станции

Universidades do Estado, criadas ao abrigo do artigo 13.º da *Законa за висшето образование* (обн., ДВ, бр.112/ 27.12.1995):

Аграрен университет – Пловдив

Академия за музикално, танцово и изобразително изкуство – Пловдив

Академия на Министерството на вътрешните работи

Великотърновски университет "Св. св. Кирил и Методий"

Висше военноморско училище "Н. Й. Вапцаров" – Варна

Висше строително училище "Любен Каравелов" – София

Висше транспортно училище "Тодор Каблешков" – София

Военна академия "Г. С. Раковски" – София

Национална музикална академия "Проф. Панчо Владигеров" – София

Икономически университет – Варна

Колеж по телекомуникации и пощи – София

Лесотехнически университет – София

Медицински университет "Проф. д-р Параскев Иванов Стоянов" – Варна

Медицински университет – Плевен

Медицински университет – Пловдив

Медицински университет – София

Минно-геоложки университет "Св. Иван Рилски" – София

Национален военен университет "Васил Левски" – Велико Търново

Национална академия за театрално и филмово изкуство "Кръстьо Сарафов" – София

Национална спортна академия "Васил Левски" – София

Национална художествена академия – София
Пловдивски университет "Паисий Хилендарски"
Русенски университет "Ангел Кънчев"
Софийски университет "Св. Климент Охридски"
Специализирано висше училище по библиотекознание и информационни технологии –
София
Стопанска академия "Д. А. Ценов" – Свищов
Технически университет – Варна
Технически университет – Габрово
Технически университет – София
Тракийски университет – Стара Загора
Университет "Проф. д-р Асен Златаров" – Бургас
Университет за национално и световно стопанство – София
Университет по архитектура, строителство и геодезия – София
Университет по хранителни технологии – Пловдив
Химико-технологичен и металургичен университет – София
Шуменски университет "Епископ Константин Преславски"
Югозападен университет "Неофит Рилски" – Благоевград

Escolas públicas e municipais na aserção da *Закона за народната просвета* (обн., ДВ, бр. 86/18.10.1991)

Institutos culturais na aserção da *Закона за закрила и развитие на културата* (обн., ДВ, бр.50/1.6.1999):

Народна библиотека "Св. св. Кирил и Методий"

Българска национална фонотека

Българска национална филмотека

Национален фонд "Култура"

Национален институт за паметниците на културата

Театри (teatros)

Опери, филхармонии и ансамбли (óperas, orquestras filarmónicas, *ensembles*)

Музеи и галерии (museus e galerias)

Училища по изкуствата и културата (escolas de arte e cultura)

Български културни институти в чужбина (institutos búlgaros de cultura no estrangeiro)

Instituições médicas estatais e/ou municipais referidas no artigo 3.º, n.º 1, da *Закона за лечебните заведения* (обн., ДВ, бр.62/9.7.1999)

Instituições médicas referidas no artigo 5.º, n.º 1, da *Закона за лечебните заведения* (обн., ДВ, бр.62/9.7.1999):

Домове за медико-социални грижи за деца

Лечебни заведения за стационарна психиатрична помощ

Центрове за спешна медицинска помощ
Центрове за трансфузионна хематология
Болница "Лозенец"
Военномедицинска академия
Медицински институт на Министерство на вътрешните работи
Лечебни заведения към Министерството на правосъдието
Лечебни заведения към Министерството на транспорта

Pessoas colectivas de carácter não comercial criadas para satisfazer necessidades de interesse geral nos termos da *Закона за юридическите лица с нестопанска цел* (обн., ДВ, бр.81/ 6.10.2000), que cumpram os requisitos estabelecidos em § 1, item 21 da *Закона за обществените поръчки* (обн., ДВ, бр. 28/6.4.2004).

República Checa

Pozemkový fond e outros fundos estatais
Česká národní banka
Česká televize
Český rozhlas
Rada pro rozhlasové a televizní vysílání
Všeobecná zdravotní pojišťovna České republiky
Zdravotní pojišťovna ministerstva vnitra ČR

Universidades e outras entidades jurídicas criadas por um acto legislativo especial que, para o seu funcionamento e em conformidade com regras orçamentais, utilizem fundos do orçamento do Estado, fundos estatais, contribuições de instituições internacionais, orçamentos das autoridades distritais ou orçamentos de divisões territoriais autónomas.

Dinamarca

Organismos:

Danmarks Radio

Det landsdækkende TV2

Danmarks Nationalbank

Sund og Bælt Holding A/S

A/S Storebælt

A/S Øresund

Øresundskonsortiet

Metroselskabet I/S

Arealudviklingsselskabet I/S

Statens og Kommunernes Indkøbsservice

Arbejdsmarkedets Tillægspension

Arbejdsmarkedets Feriefond

Lønmodtagernes Dyrtidsfond

Naviair

Categorias:

De Almene Boligorganisationer (organizações para a habitação social)

Andre forvaltningssubjekter (outras entidades administrativas)

Universiteterne, jf. lovbekendtgørelse nr. 1368 af 7. december 2007 af lov om universiteter –
(Universidades, ver Lei n.º 1368, de 7 de Dezembro de 2007, sobre as universidades)

Alemanha

Categorias:

Pessoas colectivas de direito público:

Autoridades, estabelecimentos e fundações de direito público criados pelas autoridades federais,
estatais ou locais, em especial nos seguintes domínios:

Autoridades:

wissenschaftliche Hochschulen und verfasste Studentenschaften — [estabelecimentos de ensino
superior científicos e associações de estudantes dotadas de estatutos]

berufsständige Vereinigungen (Rechtsanwalts-, Notar-, Steuerberater-, Wirtschaftsprüfer-,
Architekten-, Ärzte – und Apothekerkammern) — [associações profissionais de advogados,
notários, consultores fiscais, auditores, arquitectos, médicos e farmacêuticos]

Wirtschaftsvereinigungen (Landwirtschafts-, Handwerks-, Industrie – und Handelskammern, Handwerksinnungen, Handwerkschaften) — [associações empresariais e comerciais: associações de agricultores e artesãos, câmaras da indústria e do comércio, corporações de artes e ofícios, associações de artes e ofícios]

Sozialversicherungen (Krankenkassen, Unfall – und Rentenversicherungsträger) — [instituições de segurança social: caixas de previdência, companhias de seguros de acidentes e de reforma]

kassenärztliche Vereinigungen — [associações de médicos das caixas de previdência]

Genossenschaften und Verbände — [cooperativas e associações]

Estabelecimentos e fundações:

Estabelecimentos sem carácter industrial ou comercial, sujeitos ao controlo do Estado e que prosseguem o interesse público, em especial nos seguintes domínios:

Rechtsfähige Bundesanstalten — [serviços federais com personalidade jurídica]

Versorgungsanstalten und Studentenwerke — [serviços de assistência social e serviços sociais universitários]

Kultur-, Wohlfahrts- und Hilfsstiftungen — [fundações culturais, de beneficência e de apoio]

Pessoas colectivas de direito privado:

Estabelecimentos sem carácter industrial ou comercial, sujeitos ao controlo do Estado e que prosseguem o interesse público incluindo os *Kommunale Versorgungsunternehmen* (serviços públicos municipais):

Gesundheitswesen (Krankenhäuser, Kurmittelbetriebe, medizinische Forschungseinrichtungen, Untersuchungs – und Tierkörperbeseitigungsanstalten) — [saúde: hospitais, estabelecimentos de tratamento termal, instituições de investigação médica, estabelecimentos de inspecção ou eliminação de resíduos de animais]

Kultur (öffentliche Bühnen, Orchester, Museen, Bibliotheken, Archive, zoologische und botanische Gärten) — [cultura: teatros, orquestras, museus, bibliotecas, arquivos e jardins zoológicos e botânicos do domínio público]

Soziales (Kindergärten, Kindertagesheime, Erholungseinrichtungen, Kinder – und Jugendheime, Freizeiteinrichtungen, Gemeinschafts – und Bürgerhäuser, Frauenhäuser, Altersheime, Obdachlosenunterkünfte) — [assistência social: creches, centros de dia infantis, casas de repouso, residências para crianças e jovens, centros de animação dos tempos livres, centros socioculturais, casas de mulheres vítimas de violência doméstica, lares para a terceira idade, alojamento de pessoas sem abrigo]

Sport (Schwimmbäder, Sportanlagen und –einrichtungen) — [desporto: piscinas, complexos desportivos]

Sicherheit (Feuerwehren, Rettungsdienste) — [segurança: bombeiros, serviços de emergência]

Bildung (Umschulungs-, Aus-, Fort – und Weiterbildungseinrichtungen, Volksschulen) — [formação: centros de formação, de formação complementar e contínua, cursos nocturnos para adultos]

Wissenschaft, Forschung und Entwicklung (Grossforschungseinrichtungen, wissenschaftliche Gesellschaften und Vereine, Wissenschaftsförderung) — [ciência, investigação e desenvolvimento: centros de investigação de grande dimensão, sociedades e associações científicas, organismos de promoção da ciência]

Entsorgung (Straßenreinigung, Abfall – und Abwasserbeseitigung) — [eliminação de resíduos: limpeza viária, eliminação dos resíduos e das águas residuais]

Bauwesen und Wohnungswirtschaft (Stadtplanung, Stadtentwicklung, Wohnungsunternehmen soweit im Allgemeininteresse tätig, Wohnraumvermittlung) — [engenharia civil e economia imobiliária: planeamento urbano, desenvolvimento urbano, empresas de construção activas no domínio do interesse público e serviços de mediação imobiliária]

Wirtschaft (Wirtschaftsförderungsgesellschaften) — [economia: sociedades de promoção da economia]

Friedhofs– und Bestattungswesen — [administração de cemitérios e cerimónias fúnebres]

Zusammenarbeit mit den Entwicklungsländern (Finanzierung, technische Zusammenarbeit, Entwicklungshilfe, Ausbildung) — [cooperação com os países em desenvolvimento: financiamento, cooperação técnica, ajuda ao desenvolvimento e formação]

Estónia

Eesti Kunstiakadeemia

Eesti Muusika– ja Teatriakadeemia

Eesti Maaülikool

Eesti Teaduste Akadeemia

Eesti Rahvusringhaaling

Tagatisfond

Kaitseliit
Keemilise ja Bioloogilise Füüsika Instituut
Eesti Haigekassa
Eesti Kultuurkapital
Notarite Koda
Rahvusooper Estonia
Eesti Rahvusraamatukogu
Tallinna Ülikool
Tallinna Tehnikaülikool
Tartu Ülikool
Eesti Advokatuur
Audiitorkogu
Eesti Töötukassa
Eesti Arengufond

Categorias:

Outras pessoas colectivas de direito público ou pessoas colectivas de direito privado em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.7.2007, 15, 76).

Irlanda

Organismos:

Enterprise Ireland [Marketing, technology and enterprise development]

Forfás [Policy and advice for enterprise, trade, science, technology and innovation]

Industrial Development Authority

FÁS [Industrial and employment training]

Health and Safety Authority

Bord Fáilte Éireann — [Tourism development]

CERT [Training in hotel, catering and tourism industries]

Irish Sports Council

National Roads Authority

Údarás na Gaeltachta — [Authority for Gaelic speaking regions]

Teagasc [Agricultural research, training and development]

An Bord Bia — [Food industry promotion]

Irish Horseracing Authority

Bord na gCon — [Greyhound racing support and development]

Marine Institute

Bord Iascaigh Mhara — [Fisheries Development]

Equality Authority

Legal Aid Board

Forbas [Forbairt]

Categorias:

Serviços de saúde

Hospitais e instituições semelhantes de carácter público

Comités do ensino profissional

Colégios e instituições de ensino de carácter público

Conselhos centrais e regionais das pescas

Organismos regionais de turismo

Organismos nacionais de regulamentação e de recurso, por exemplo dos sectores das telecomunicações, da energia, do urbanismo, etc.

Agências criadas para desempenhar funções específicas ou responder às necessidades em diversos sectores [por exemplo, *Healthcare Materials Management Board, Health Sector Employers Agency, Local Government Computer Services Board, Environmental Protection Agency, National Safety Council, Institute of Public Administration, Economic and Social Research Institute, National Standards Authority, etc.*)]

Outros organismos públicos abrangidos pela definição de organismo governado pelo direito público

Grécia

Categorias:

Empresas públicas e entidades públicas

Pessoas colectivas de direito privado que pertencem ao Estado ou que são regularmente subvencionadas, ao abrigo das disposições aplicáveis, por recursos do Estado em pelo menos 50 % do seu orçamento anual, ou de cujo capital social o Estado detém pelo menos 51 %

Pessoas colectivas de direito privado que pertencem a pessoas colectivas de direito público, a autarquias locais de todos os níveis, incluindo à União Central das Autarquias Locais da Grécia (K.E.A.K.E.), a associações locais de municípios ou a empresas e entidades públicas, ou às pessoas colectivas referidas na alínea b) ou que são regularmente subvencionadas por elas, em pelo menos 50 % do seu orçamento anual, ao abrigo das disposições aplicáveis ou dos seus próprios estatutos, ou às pessoas colectivas acima referidas que detém pelo menos 51 % do capital social dessas pessoas colectivas de direito público

Espanha

Categorias:

Organismos e entidades de direito público sujeitos à *Ley 30/2007, de 30 de octubre, de Contratos del sector público*, — [legislação em matéria de contratos de direito público do Estado espanhol] —, em conformidade com o seu artigo 3.º, com excepção dos que fazem parte da *Administración General del Estado* — (administração geral do Estado) —, da *Administración de las Comunidades Autónomas* — (administração das comunidades autónomas) — e das *Corporaciones Locales* — (autarquias locais)

Entidades Gestoras y los Servicios Comunes de la Seguridad Social (entidades gestoras e serviços comuns da segurança social)

França

Organismos:

Compagnies et établissements consulaires, chambres de commerce et d'industrie (CCI), chambres des métiers et chambres d'agriculture

Categorias:

Organismos públicos nacionais:

Académie des Beaux-arts

Académie française

Académie des inscriptions et belles-lettres

Académie des sciences

Académie des sciences morales et politiques

Banque de France

Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement

Ecoles d'architecture

Institut national de la consommation

Reunion des musées nationaux

Thermes nationaux – Aix-les-Bains

Groupements d'intérêt public;[associações de interesse público], exemplos:

Agence EduFrance

ODIT France (observation, développement et ingénierie touristique)

Agence nationale de lutte contre l'illettrisme

Organismos públicos regionais, departamentais ou locais de carácter administrativo:

Collèges

Lycées

Etablissements publics locaux d'enseignement et de formation professionnelle agricole

Etablissements publics hospitaliers

Offices publics de l'habitat

Agrupamentos de colectividades de carácter territorial:

Etablissements publics de coopération intercommunale

Institutions interdépartementales et interrégionales

Syndicat des transports d'Ile-de-France

Itália

Organismos:

Società Stretto di Messina S.p.A.

Mostra d'oltremare S.p.A.

Ente nazionale per l'aviazione civile – ENAC

Società nazionale per l'assistenza al volo S.p.A. – ENAV

ANAS S.p.A

Categoria:

Consorzi per le opere idrauliche (consórcios para obras hidráulicas)

Università statali, gli istituti universitari statali, i consorzi per i lavori interessanti le università (universidades do Estado, institutos universitários do Estado, consórcios para as obras relativas a universidades)

Istituzioni pubbliche di assistenza e di beneficenza (instituições públicas de assistência e de beneficência)

Istituti superiori scientifici e culturali, osservatori astronomici, astrofisici, geofisici o vulcanologici (institutos superiores científicos e culturais, observatórios astronómicos, astrofísicos, geofísicos ou vulcanológicos)

Enti di ricerca e sperimentazione (entidades de investigação e de ensaio)

Enti che gestiscono forme obbligatorie di previdenza e di assistenza (entidades gestoras de sistemas obrigatórios de previdência e de assistência)

Consorzi di bonifica (consórcios de saneamento)

Enti di sviluppo o di irrigazione (entidades de desenvolvimento ou de irrigação)

Consorzi per le aree industriali (consórcios para as zonas industriais)

Enti preposti a servizi di pubblico interesse (entidades encarregues de serviços de interesse público)

Enti pubblici preposti ad attività di spettacolo, sportive, turistiche e del tempo libero (entidades públicas encarregues de actividades de espectáculos, desporto, turismo e tempos livres)

Enti culturali e di promozione artistica (entidades culturais e de promoção artística)

Chipre

Αρχή Ραδιοτηλεόρασης Κύπρου

Επιτροπή Κεφαλαιαγοράς Κύπρου

Επίτροπος Ρυθμίσεως Ηλεκτρονικών Επικοινωνιών και Ταχυδρομείων
Ρυθμιστική Αρχή Ενέργειας Κύπρου
Εφοριακό Συμβούλιο
Συμβούλιο Εγγραφής και Ελέγχου Εργοληπτών
Ανοικτό Πανεπιστήμιο Κύπρου
Πανεπιστήμιο Κύπρου
Τεχνολογικό Πανεπιστήμιο Κύπρου
Ένωση Δήμων
Ένωση Κοινοτήτων
Αναπτυξιακή Εταιρεία Λάρνακας
Ταμείο Κοινωνικής Συνοχής
Ταμείο Κοινωνικών Ασφαλίσεων
Ταμείο Πλεονάζοντος Προσωπικού
Κεντρικό Ταμείο Αδειών
Αντιναρκωτικό Συμβούλιο Κύπρου
Ογκολογικό Κέντρο της Τράπεζας Κύπρου
Οργανισμός Ασφάλισης Υγείας
Ινστιτούτο Γενετικής και Νευρολογίας
Κεντρική Τράπεζα της Κύπρου
Χρηματιστήριο Αξιών Κύπρου
Οργανισμός Χρηματοδοτήσεως Στέγης
Κεντρικός Φορέας Ισότιμης Κατανομής Βαρών
Ίδρυμα Κρατικών Υποτροφιών Κύπρου

- Κυπριακός Οργανισμός Αγροτικών Πληρωμών
- Οργανισμός Γεωργικής Ασφάλισης
- Ειδικό Ταμείο Ανανεώσιμων Πηγών Ενέργειας και Εξοικονόμησης Ενέργειας
- Συμβούλιο Ελαιοκομικών Προϊόντων
- Οργανισμός Κυπριακής Γαλακτοκομικής Βιομηχανίας
- Συμβούλιο Αμπελοοινικών Προϊόντων
- Συμβούλιο Εμπορίας Κυπριακών Πατατών
- Ευρωπαϊκό Ινστιτούτο Κύπρου
- Ραδιοφωνικό Ίδρυμα Κύπρου
- Οργανισμός Νεολαίας Κύπρου
- Κυπριακόν Πρακτορείον Ειδήσεων
- Θεατρικός Οργανισμός Κύπρου
- Κυπριακός Οργανισμός Αθλητισμού
- Αρχή Ανάπτυξης Ανθρώπινου Δυναμικού Κύπρου
- Αρχή Κρατικών Εκθέσεων Κύπρου
- Ελεγκτική Υπηρεσία Συνεργατικών Εταιρειών
- Κυπριακός Οργανισμός Τουρισμού
- Κυπριακός Οργανισμός Αναπτύξεως Γης
- Συμβούλια Αποχετεύσεων (esta categoria refere-se a *Συμβούλια Αποχετεύσεων* que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no *Αποχετευτικών Συστημάτων Νόμου Ν.1(Ι)* de 1971)
- Συμβούλια Σφαγείων (esta categoria refere-se a *Κεντρικά και Κοινοτικά Συμβούλια Σφαγείων* gerido pelas autoridades locais, que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no *Σφαγείων Νόμου Ν.26(Ι) de 2003*)
- Σχολικές Εφορείες (esta categoria refere-se a *Σχολικές Εφορείες* que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no *Σχολικών Εφορειών Νόμου Ν.108 de 2003*)

Ταμείο Θήρας

Κυπριακός Οργανισμός Διαχείρισης Αποθεμάτων Πετρελαιοειδών

Ίδρυμα Τεχνολογίας Κύπρου

Ίδρυμα Προώθησης Έρευνας

Ίδρυμα Ενέργειας Κύπρου

Ειδικό Ταμείο Παραχώρησης Επιδόματος Διακίνησης Αναπήρων

Ταμείο Ευημερίας Εθνοφρουρού

Ίδρυμα Πολιτισμού Κύπρου

Letónia

Sujeitos de direito privado que fazem aquisições de acordo com *Publisko iepirkumu likuma prasībām*

Lituânia

Estabelecimentos de investigação e ensino (instituições de ensino superior, estabelecimentos de investigação científica, parques de investigação e tecnologia, assim como outros estabelecimentos e instituições, cuja actividade se inscreve na avaliação ou organização da investigação e do ensino)

Estabelecimentos de ensino (estabelecimentos de ensino superior, estabelecimentos de ensino superior profissional, escolas de educação geral, estabelecimentos pré-escolares, instituições informais de ensino, instituições de ensino especial e outros estabelecimentos)

Estabelecimentos de cultura (teatros, museus, bibliotecas e outros estabelecimentos)

Estabelecimentos nacionais do sistema de saúde lituano (estabelecimentos de protecção sanitária individuais, estabelecimentos públicos de protecção sanitária, estabelecimentos de actividades farmacêuticas e outros estabelecimentos de cuidados de saúde, etc.)

Instituições de cuidados sociais

Instituições de cultura física e de desportos (clubes desportivos, escolas de desporto, centros desportivos, instalações desportivas e outros estabelecimentos)

Estabelecimentos do sistema de defesa nacional

Estabelecimentos de protecção do ambiente

Estabelecimentos que asseguram a segurança pública e a ordem pública

Estabelecimentos do sistema de protecção civil e salvamento

Prestadores de serviços de turismo (centros de informação de turismo e outros estabelecimentos que prestam serviços de turismo)

Outras pessoas públicas e privadas em conformidade com as condições previstas no artigo 4.º, n.º 2, da Lei sobre contratos públicos [*"Valstybės žiniuos"* (Jornal Oficial) No. 84-2000, 1996; No 4-102, 2006]

Luxemburgo

Établissements publics de l'État placés sous la surveillance d'un membre du gouvernement:

[estabelecimentos públicos do Estado sob o controlo de um membro do Governo]

Fonds d'Urbanisation et d'Aménagement du Plateau de Kirchberg

Fonds de Rénovation de Quatre Îlots de la Vieille Ville de Luxembourg

Fonds Belval

Établissements publics placés sous la surveillance des communes. [estabelecimentos públicos sob o controlo das *comunes*]

Syndicats de communes créés en vertu de la loi du 23 février 2001 concernant les syndicats de communes. [associações de municípios criadas nos termos da Lei de 23 de Fevereiro de 2001 relativa a *syndicats de communes*]

Hungria

Organismos:

Egyes költségvetési szervek (certos organismos orçamentais)

Az elkülönített állami pénzalapok kezelője (organismos gestores dos fundos estatais separados)

A közalapítványok (fundações públicas)

A Magyar Nemzeti Bank

A Magyar Nemzeti Vagyonkezelő Zrt.

A Magyar Fejlesztési Bank Részvénytársaság

A Magyar Távirati Iroda Részvénytársaság

A közszolgálati műsorszolgáltatók (serviços públicos de radiodifusão)

Azok a közműsor-szolgáltatók, amelyek működését többségi részben állami, illetve önkormányzati költségvetésből finanszírozzák (serviços públicos de radiodifusão maioritariamente financiados pelo orçamento público)

Az Országos Rádió és Televízió Testület

Categorias:

Organizações estabelecidas para satisfazer especificamente necessidades de interesse geral sem carácter industrial ou comercial e controladas por entidades públicas, ou financiadas, maioritariamente, por entidades públicas (a partir do orçamento público)

Organizações estabelecidas por uma lei que determina as suas obrigações públicas e o seu funcionamento, e controladas por entidades públicas, ou financiadas, maioritariamente, por entidades públicas (a partir do orçamento público)

Organizações estabelecidas por entidades públicas para realizar determinadas actividades básicas, e controladas pelas entidades públicas

Malta

Uffiċċju tal-Prim Ministru (Gabinete do Primeiro-Ministro)

Kunsill Malti Għall-Iżvilupp Ekonomiku u Soċjali (Conselho de Malta para o Desenvolvimento Económico e Social)

Awtorità tax-Xandir (Autoridade de Radiodifusão)

Industrial Projects and Services Ltd

Kunsill ta' Malta għax-Xjenza u Teknoloġija (Conselho da Ciência e Tecnologia)

Ministeru tal-Finanzi (Ministério das Finanças)

Awtorità għas-Servizzi Finanzjarji ta' Malta (Autoridade dos Serviços Financeiros de Malta)

Borża ta' Malta (Bolsa de Malta)

Awtorità dwar Lotteriji u l-Loghob (Autoridade das Lotarias e do Jogo)
 Awtorità tal-Istatistika ta' Malta (Autoridade das Estatísticas de Malta)
 Sezzjoni ta' Konformità mat-Taxxa (Unidade de Cumprimento Fiscal)
 Ministeru tal-Ġustizzja u l-Intern (Ministério da Justiça e dos Assuntos Internos)
 Ċentru Malti tal-Arbitraġġ (Centro de Arbitragem de Malta)
 Kunsilli Lokali (Municípios)
 Ministeru ta' l-Edukazzjoni, Żgħażaġh u Impjiegi (Ministério da Educação, da Juventude e do Emprego)
 Junior College
 Kullegġ Malti għall-Arti, Xjenza u Teknoloġija (Escola Superior de Malta de Artes, Ciência e Tecnologia)
 Università` ta' Malta (Universidade de Malta)
 Fondazzjoni għall-Istudji Internazzjonali (Fundação para Estudos Internacionais)
 Fondazzjoni għall-Iskejjel ta' Ghada (Fundação para as Escolas de Amanhã)
 Fondazzjoni għal Servizzi Edukattivi (Fundação para os Serviços Educativos)
 Korporazzjoni tal-Impjieg u t-Taħriġ (Organismo para o Emprego e a Formação)
 Awtorità` tas-Saħħa u s-Sigurtà (Autoridade da Medicina do Trabalho e da Segurança)
 Istitut għal Studji Turistiċi (Instituto para Estudos do Turismo)
 Kunsill Malti għall-Isport
 Bord tal-Koperattivi (Conselho de Cooperativas)
 Pixxina Nazzjonali tal-Qroqq (Piscina Nacional *tal-Qroqq*)
 Ministeru tat-Turiżmu u Kultura (Ministério do Turismo e da Cultura)
 Awtorità Maltija-għat-Turiżmu (Autoridade do Turismo de Malta)
 Heritage Malta

Kunsill Malti għall-Kultura u l-Arti (Conselho Nacional da Cultura e das Artes)
 Ċentru għall-Kreativita fil-Kavallier ta' San Ġakbu (Centro Creativo de *St. James Cavalier*)
 Orkestra Nazzjonali (Orquestra Nacional)
 Teatru Manoel (Teatro *Manoel*)
 Ċentru tal- Konferenzi tal-Mediterran (Centro Mediterrâneo de Conferências)
 Ċentru Malti għar-Restawr (Centro de Restauração de Malta)
 Sovrintendenza tal-Patrimonju Kulturali (Superintendência do Património Cultural)
 Fondazzjoni Patrimonju Malti
 Ministeru tal-Kompetittività u l-Komunikazzjoni (Ministério da Concorrência e das Comunicações)
 Awtorità ta' Malta dwar il-Komunikazzjoni (Autoridade das Comunicações de Malta)
 Awtorità ta' Malta dwar l-Istandards (Organismo de Normalização de Malta)
 Ministeru tar-Rizorsi u Infrastruttura (Ministério dos Recursos e das Infra-estruturas)
 Awtorità ta' Malta dwar ir-Rizorsi (Autoridade de Recursos de Malta)
 Kunsill Konsultattiv dwar l-Industrija tal-Bini (Conselho Consultivo da Indústria da Construção)
 Ministeru għal Ghawdex (Ministério para a Ilha de Gozo)
 Ministeru tas-Saħħa, l-Anzjani u Kura fil-Komunità (Ministério da Saúde, dos Idosos e da Assistência)
 Fondazzjoni għas-Servizzi Mediċi (Fundação para os Serviços Médicos)
 Sptar Zammit Clapp (Hospital *Zammit Clapp*)
 Sptar Mater Dei (Hospital *Mater Dei*)
 Sptar Monte Carmeli (Hospital *Monte Carmeli*)

Awtorità` dwar il-Mediċini (Autoridade de Medicamentos)
Kumitat tal-Welfare (Comité da Segurança Social)
Ministeru għall-Investimenti, Industrija u Teknologija ta' Informazzjoni (Ministério do Investimento, da Indústria e da Tecnologia da Informação)
Laboratorju Nazzjonali ta' Malta (Laboratório Nacional de Malta)
MGI/Mimcol
Gozo Channel Co. Ltd
Kummissjoni dwar il-Protezzjoni tad-Data (Comissão de Protecção de Dados)
MITTS
Sezzjoni tal-Privatizzazzjoni (Unidade de Privatização)
Sezzjoni għan-Negozjati Kollektivi (Unidade de Negociação Colectiva)
Malta Enterprise
Parques industriais de Malta
Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent (Ministério dos Assuntos Rurais e Ambiente)
Awtorità ta' Malta għall-Ambjent u l-Ippjanar (Autoridade do Ambiente e do Planeamento de Malta)
Wasteserv Malta Ltd
Ministeru għall-Iżvilupp Urban u Toroq (Ministério do Desenvolvimento Urbano e das Estradas)
Ministeru għall-Familja u Solidarjetà Soċjali (Ministério da Família e da Solidariedade Social)
Awtorità tad-Djar (Autoridade para o Alojamento)
Fondazzjoni għas-Servizzi Soċjali (Fundação dos Serviços da Segurança Social)
Sedqa
Appoġġ

Kummissjoni Nazzjonali Għal Persuni b'Dizabilità (Comissão Nacional de Deficientes)
Sapport
Ministeru għall-Affarijiet Barranin (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
Istitut Internazzjonali tal-Anzjani (Instituto Internacional para o Envelhecimento)

Países Baixos

Organismos:

Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties
Nederlands Instituut voor Brandweer en rampenbestrijding (NIBRA)
Nederlands Bureau Brandweer Examens (NBBE)
Landelijk Selectie- en Opleidingsinstituut Politie (LSOP)
25 afzonderlijke politieregio's — (25 regiões policiais)
Stichting ICTU
Voorziening tot samenwerking Politie Nederland
Ministerie van Economische Zaken
Stichting Syntens
Van Swinden Laboratorium B.V.
Nederlands Meetinstituut B.V.
Nederland Instituut voor Vliegtuigontwikkeling en Ruimtevaart (NIVR)
Nederlands Bureau voor Toerisme en Congressen
Samenwerkingsverband Noord Nederland (SNN)

Ontwikkelingsmaatschappij Oost Nederland N.V.(Oost N.V.)
LIOF (empresa de desenvolvimento do investimento de Limburg, LIOF)
Noordelijke Ontwikkelingsmaatschappij (NOM)
Brabantse Ontwikkelingsmaatschappij (BOM)
Onafhankelijke Post en Telecommunicatie Autoriteit (Opta)
Centraal Bureau voor de Statistiek (CBS)
Energieonderzoek Centrum Nederland (ECN)
Stichting PUM (Programma Uitzending Managers)
Stichting Kenniscentrum Maatschappelijk Verantwoord Ondernemen (MVO)
Kamer van Koophandel Nederland
Ministerie van Financiën
De Nederlandse Bank N.V.
Autoriteit Financiële Markten
Pensioen- & Verzekeringskamer
Ministerie van Justitie
Stichting Reclassering Nederland (SRN)
Stichting VEDIVO
Voogdij- en gezinsvoogdij instellingen — (instituições de tutela e de tutela familiar)
Stichting Halt Nederland (SHN)
Particuliere Internaten — (internatos privados)
Particuliere Jeugdinrichtingen — (estabelecimentos penitenciários para delinquentes juvenis)
Schadefonds Geweldsmisdrijven

Centraal Orgaan opvang asielzoekers (COA)
Landelijk Bureau Inning Onderhoudsbijdragen (LBIO)
Landelijke organisaties slachtofferhulp
College Bescherming Persoongegevens
Raden voor de Rechtsbijstand
Stichting Rechtsbijstand Asiel
Stichtingen Rechtsbijstand
Landelijk Bureau Racisme bestrijding (LBR)
Clara Wichman Instituut
Ministerie van Landbouw, Natuur en Voedselkwaliteit
Bureau Beheer Landbouwgronden
Faunafonds
Staatsbosbeheer
Stichting Voorlichtingsbureau voor de Voeding
Universiteit Wageningen
Stichting DLO
(Hoofd) productschappen — (conselhos reguladores)
Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap

Autoridades competentes de:

Escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público de ensino primário na acepção da *Wet op het primair onderwijs* (Lei sobre o ensino primário)

Escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público de ensino especial primário na acepção da *Wet op het primair onderwijs* (Lei sobre o ensino primário)

Escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público e instituições de ensino especial e secundário na acepção da *Wet op de expertisecentra* (Lei sobre os centros de recursos)

Escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público e instituições de ensino secundário na acepção da *Wet op het voortgezet onderwijs* (Lei sobre o ensino secundário)

Instituições públicas ou privadas com financiamento público na acepção da *Wet Educatie en Beroepsonderwijs* (Lei sobre a educação e o ensino profissional)

Universidades e instituições de ensino superior com financiamento público, universidade aberta e hospitais universitários, na acepção da *Wet op het hoger onderwijs en wetenschappelijk onderzoek* (Lei sobre o ensino superior e a investigação científica)

Serviços de assistência escolar na acepção da *Wet op het primair onderwijs* (Lei sobre o ensino primário) e da *Wet op de expertisecentra* (Lei sobre os centros de recursos)

Centros nacionais de professores na acepção da *Wet subsidiëring landelijke onderwijsondersteunende activiteiten* (Lei sobre os subsídios para actividades nacionais de apoio à educação)

Organizações de radiodifusão na acepção da *Mediawet* (Lei sobre meios de comunicação social), na medida em que as organizações sejam financiadas em mais de 50 % pelo Ministério da Educação, da Cultura e da Ciência

Serviços na acepção da *Wet Verzelfstandiging Rijksmuseum Diensten* (Lei sobre a privatização dos serviços nacionais)

Outras organizações e instituições no domínio da educação, cultura e ciência que recebam mais de 50 % dos seus fundos do Ministério da Educação, da Cultura e da Ciência

Todas as organizações subvencionadas em mais de 50 % pelo *Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap*, por exemplo:

Bedrijfsfonds voor de Pers (BvdP)

Commissariaat voor de Media (CvdM)

Informatie Beheer Groep (IB-Groep)

Koninklijke Bibliotheek (KB)

Koninklijke Nederlandse Academie van Wetenschappen (KNAW)

Vereniging voor Landelijke organen voor beroepsonderwijs (COLO)

Nederlands Vlaams Accreditatieorgaan Hoger Onderwijs (NVAO)

Fonds voor beeldende kunsten, vormgeving en bouwkunst

Fonds voor Amateurkunsten en Podiumkunsten

Fonds voor de scheppende toonkunst

Mondriaanstichting

Nederlands fonds voor de film

Stimuleringsfonds voor de architectuur
Fonds voor Podiumprogrammering– en marketing
Fonds voor de letteren
Nederlands Literair Productie– en Vertalingsfonds
Nederlandse Omroepstichting (NOS)
Nederlandse Organisatie voor Toegepast Natuurwetenschappelijk Onderwijs (TNO)
Nederlandse Organisatie voor Wetenschappelijk Onderzoek (NWO)
Stimuleringsfonds Nederlandse culturele omroepproducties (STIFO)
Vervangingsfonds en bedrijfsgezondheidszorg voor het onderwijs (VF)
Nederlandse organisatie voor internationale samenwerking in het hoger onderwijs (Nuffic)
Europees Platform voor het Nederlandse Onderwijs
Nederlands Instituut voor Beeld en Geluid (NIBG)
Stichting ICT op school
Stichting Anno
Stichting Educatieve Omroepcombinatie (EduCom)
Stichting Kwaliteitscentrum Examinering (KCE)
Stichting Kennisnet
Stichting Muziek Centrum van de Omroep
Stichting Nationaal GBIF Kennisknooppunt (NL-BIF)
Stichting Centraal Bureau voor Genealogie
Stichting Ether Reclame (STER)
Stichting Nederlands Instituut Architectuur en Stedenbouw
Stichting Radio Nederland Wereldomroep

Stichting Samenwerkingsorgaan Beroepskwaliteit Leraren (SBL)
Stichting tot Exploitatie van het Rijksbureau voor Kunsthistorische documentatie (RKD)
Stichting Sectorbestuur Onderwijsarbeidsmarkt
Stichting Nationaal Restauratiefonds
Stichting Forum voor Samenwerking van het Nederlands Archiefwezen en Documentaire Informatie
Rijksacademie voor Beeldende Kunst en Vormgeving
Stichting Nederlands Onderwijs in het Buitenland
Stichting Nederlands Instituut voor Fotografie
Nederlandse Taalunie
Stichting Participatiefonds voor het onderwijs
Stichting Uitvoering Kinderopvangregelingen/Kintent
Stichting voor Vluchteling-Studenten UAF
Stichting Nederlands Interdisciplinair Demografisch Instituut
College van Beroep voor het Hoger Onderwijs
Vereniging van openbare bibliotheken NBLC
Stichting Muziek Centrum van de Omroep
Nederlandse Programmastichting
Stichting Stimuleringsfonds Nederlandse Culturele Omroepproducties
Stichting Lezen
Centrum voor innovatie van opleidingen
Instituut voor Leerplanontwikkeling
Landelijk Dienstverlenend Centrum voor studie- en beroepskeuzevoorlichting

Max Goote Kenniscentrum voor Beroepsonderwijs en Volwasseneneducatie
Stichting Vervangingsfonds en Bedrijfsgezondheidszorg voor het Onderwijs
BVE-Raad
Colo, Vereniging kenniscentra beroepsonderwijs bedrijfsleven
Stichting kwaliteitscentrum examinering beroepsonderwijs
Vereniging Jongerenorganisatie Beroepsonderwijs
Combo, Stichting Combinatie Onderwijsorganisatie
Stichting Financiering Struktureel Vakbondsverlof Onderwijs
Stichting Samenwerkende Centrales in het COPWO
Stichting SoFoKles
Europees Platform
Stichting mobiliteitsfonds HBO
Nederlands Audiovisueel Archiefcentrum
Stichting minderheden Televisie Nederland
Stichting omroep allochtonen
Stichting Multiculturele Activiteiten Utrecht
School der Poëzie
Nederlands Perscentrum
Nederlands Letterkundig Museum en documentatiecentrum
Bibliotheek voor varenden
Christelijke bibliotheek voor blinden en slechtzienden
Federatie van Nederlandse Blindenbibliotheken

Nederlandse luister- en braillebibliotheek
Federatie Slechtzienden- en Blindenbelang
Bibliotheek Le Sage Ten Broek
Doe Maar Dicht Maar
ElHizjra
Fonds Bijzondere Journalistieke Projecten
Fund for Central and East European Bookprojects
Jongeren Onderwijs Media
Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid
Sociale Verzekeringsbank
Sociaal Economische Raad (SER)
Raad voor Werk en Inkomen (RWI)
Centrale organisatie voor werk en inkomen
Uitvoeringsinstituut werknemersverzekeringen
Ministerie van Verkeer en Waterstaat
RDW, Dienst Wegverkeer
Luchtverkeersleiding Nederland (LVNL)
Nederlandse Loodsencorporatie (NLC)
Regionale Loodsencorporatie (RLC)
Ministerie van Volkshuisvesting, Ruimtelijke Ordening en Milieubeheer
Kadaster
Centraal Fonds voor de Volkshuisvesting
Stichting Bureau Architectenregister

Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport
Commissie Algemene Oorlogsongevallenregeling Indonesië (COAR)
College ter beoordeling van de Geneesmiddelen (CBG)
Commissies voor gebiedsaanwijzing
College sanering Ziekenhuisvoorzieningen
Zorgonderzoek Nederland (ZON)
Inspection bodies under the Wet medische hulpmiddelen
N.V. KEMA/Stichting TNO Certification
College Bouw Ziekenhuisvoorzieningen (CBZ)
College voor Zorgverzekeringen (CVZ)
Nationaal Comité 4 en 5 mei
Pensioen- en Uitkeringsraad (PUR)
College Tarieven Gezondheidszorg (CTG)
Stichting Uitvoering Omslagregeling Wet op de Toegang Ziektekostenverzekering (SUO)
Stichting tot bevordering van de Volksgezondheid en Milieuhygiëne (SVM)
Stichting Facilitair Bureau Gemachtigden Bouw VWS
Stichting Sanquin Bloedvoorziening
College van Toezicht op de Zorgverzekeringen organen ex artikel 14, lid 2c, Wet BIG
Ziekenfondsen
Nederlandse Transplantatiestichting (NTS)
Regionale Indicatieorganen (RIO's)

Áustria

Todos os organismos sujeitos ao controlo orçamental do *Rechnungshof* (Tribunal de Contas) que não tenham carácter industrial ou comercial

Polónia

Universidades e escolas académicas públicas:

Uniwersytet w Białymstoku

Uniwersytet w Gdańsku

Uniwersytet Śląski

Uniwersytet Jagielloński w Krakowie

Uniwersytet Kardynała Stefana Wyszyńskiego

Katolicki Uniwersytet Lubelski

Uniwersytet Marii Curie-Skłodowskiej

Uniwersytet Łódzki

Uniwersytet Opolski

Uniwersytet im. Adama Mickiewicza

Uniwersytet Mikołaja Kopernika

Uniwersytet Szczeciński

Uniwersytet Warmińsko-Mazurski w Olsztynie

Uniwersytet Warszawski

Uniwersytet Rzeszowski

Uniwersytet Wrocławski
Uniwersytet Zielonogórski
Uniwersytet Kazimierza Wielkiego w Bydgoszczy
Akademia Techniczno-Humanistyczna w Bielsku-Białej
Akademia Górniczo-Hutnicza im. St Staszica w Krakowie
Politechnika Białostocka
Politechnika Częstochowska
Politechnika Gdańska
Politechnika Koszalińska
Politechnika Krakowska
Politechnika Lubelska
Politechnika Łódzka
Politechnika Opolska
Politechnika Poznańska
Politechnika Radomska im. Kazimierza Pułaskiego
Politechnika Rzeszowska im. Ignacego Łukasiewicza
Politechnika Szczecińska
Politechnika Śląska
Politechnika Świętokrzyska
Politechnika Warszawska
Politechnika Wrocławska
Akademia Morska w Gdyni
Wyższa Szkoła Morska w Szczecinie

Akademia Ekonomiczna im. Karola Adamieckiego w Katowicach
Akademia Ekonomiczna w Krakowie
Akademia Ekonomiczna w Poznaniu
Szkoła Główna Handlowa
Akademia Ekonomiczna im. Oskara Langego we Wrocławiu
Akademia Pedagogiczna im. KEN w Krakowie
Akademia Pedagogiki Specjalnej Im. Marii Grzegorzewskiej
Akademia Podlaska w Siedlcach
Akademia Świętokrzyska im. Jana Kochanowskiego w Kielcach
Pomorska Akademia Pedagogiczna w Słupsku
Akademia Pedagogiczna im. Jana Długosza w Częstochowie
Wyższa Szkoła Filozoficzno-Pedagogiczna "Ignatianum" w Krakowie
Wyższa Szkoła Pedagogiczna w Rzeszowie
Akademia Techniczno-Rolnicza im. J. J. Śniadeckich w Bydgoszczy
Akademia Rolnicza im. Hugona Kołłątaja w Krakowie
Akademia Rolnicza w Lublinie
Akademia Rolnicza im. Augusta Cieszkowskiego w Poznaniu
Akademia Rolnicza w Szczecinie
Szkoła Główna Gospodarstwa Wiejskiego w Warszawie
Akademia Rolnicza we Wrocławiu
Akademia Medyczna w Białymstoku
Akademia Medyczna im. Ludwika Rydygiera w Bydgoszczy
Akademia Medyczna w Gdańsku

Śląska Akademia Medyczna w Katowicach
Collegium Medicum Uniwersytetu Jagiellońskiego w Krakowie
Akademia Medyczna w Lublinie
Uniwersytet Medyczny w Łodzi
Akademia Medyczna im. Karola Marcinkowskiego w Poznaniu
Pomorska Akademia Medyczna w Szczecinie
Akademia Medyczna w Warszawie
Akademia Medyczna im. Piastów Śląskich we Wrocławiu
Centrum Medyczne Kształcenia Podypłomowego
Chrześcijańska Akademia Teologiczna w Warszawie
Papieski Fakultet Teologiczny we Wrocławiu
Papieski Wydział Teologiczny w Warszawie
Instytut Teologiczny im. Błogosławionego Wincentego Kadłubka w Sandomierzu
Instytut Teologiczny im. Świętego Jana Kantego w Bielsku-Białej
Akademia Marynarki Wojennej im. Bohaterów Westerplatte w Gdyni
Akademia Obrony Narodowej
Wojskowa Akademia Techniczna im. Jarosława Dąbrowskiego w Warszawie
Wojskowa Akademia Medyczna im. Gen. Dyw. Bolesława Szareckiego w Łodzi
Wyższa Szkoła Oficerska Wojsk Lądowych im. Tadeusza Kościuszki we Wrocławiu
Wyższa Szkoła Oficerska Wojsk Obrony Przeciwlotniczej im. Romualda Traugutta
Wyższa Szkoła Oficerska im. gen. Józefa Bema w Toruniu
Wyższa Szkoła Oficerska Sił Powietrznych w Dęblinie
Wyższa Szkoła Oficerska im. Stefana Czarnieckiego w Poznaniu

Wyższa Szkoła Policji w Szczytnie
Szkoła Główna Służby Pożarniczej w Warszawie
Akademia Muzyczna im. Feliksa Nowowiejskiego w Bydgoszczy
Akademia Muzyczna im. Stanisława Moniuszki w Gdańsku
Akademia Muzyczna im. Karola Szymanowskiego w Katowicach
Akademia Muzyczna w Krakowie
Akademia Muzyczna im. Grażyny i Kiejstuta Bacewiczów w Łodzi
Akademia Muzyczna im. Ignacego Jana Paderewskiego w Poznaniu
Akademia Muzyczna im. Fryderyka Chopina w Warszawie
Akademia Muzyczna im. Karola Lipińskiego we Wrocławiu
Akademia Wychowania Fizycznego i Sportu im. Jędrzeja Śniadeckiego w Gdańsku
Akademia Wychowania Fizycznego w Katowicach
Akademia Wychowania Fizycznego im. Bronisława Czecha w Krakowie
Akademia Wychowania Fizycznego im. Eugeniusza Piaseckiego w Poznaniu
Akademia Wychowania Fizycznego Józefa Piłsudskiego w Warszawie
Akademia Wychowania Fizycznego we Wrocławiu
Akademia Sztuk Pięknych w Gdańsku
Akademia Sztuk Pięknych Katowicach
Akademia Sztuk Pięknych im. Jana Matejki w Krakowie
Akademia Sztuk Pięknych im. Władysława Strzemińskiego w Łodzi
Akademia Sztuk Pięknych w Poznaniu
Akademia Sztuk Pięknych w Warszawie
Akademia Sztuk Pięknych we Wrocławiu

Państwowa Wyższa Szkoła Teatralna im. Ludwika Solskiego w Krakowie
Państwowa Wyższa Szkoła Filmowa, Telewizyjna i Teatralna im. Leona Schillera w Łodzi
Akademia Teatralna im. Aleksandra Zelwerowicza w Warszawie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Jana Pawła II w Białej Podlaskiej
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Chełmie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Ciechanowie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Elblągu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Głogowie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Gorzowie Wielkopolskim
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Ks. Bronisława Markiewicza w Jarosławiu
Kolegium Karkonoskie w Jeleniej Górze
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Prezydenta Stanisława Wojciechowskiego w Kaliszu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Koninie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Krośnie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Witelona w Legnicy
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Jana Amosa Kodeńskiego w Lesznie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nowym Sączu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nowym Targu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nysie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Stanisława Staszica w Pile
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Płocku
Państwowa Wyższa Szkoła Wschodnioeuropejska w Przemyślu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Raciborzu

Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Jana Gródka w Sanoku
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Sulechowie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Prof. Stanisława Tarnowskiego w Tarnobrzegu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Tarnowie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Angelusa Silesiusa w Wałbrzychu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa we Włocławku
Państwowa Medyczna Wyższa Szkoła Zawodowa w Opolu
Państwowa Wyższa Szkoła Informatyki i Przedsiębiorczości w Łomży
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Gnieźnie
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Suwałkach
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Wałczu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Oświęcimiu
Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Zamościu
Instituições culturais de autonomia regional e local

Parques nacionais:

Babiogórski Park Narodowy
Białowieski Park Narodowy
Biebrzański Park Narodowy
Bieszczadzki Park Narodowy
Drawieński Park Narodowy
Gorczański Park Narodowy
Kampinoski Park Narodowy

Karkonoski Park Narodowy

Magurski Park Narodowy

Narwiański Park Narodowy

Ojcowski Park Narodowy

Park Narodowy "Bory Tucholskie"

Park Narodowy Gór Stołowych

Park Narodowy "Ujście Warty"

Pieniński Park Narodowy

Poleski Park Narodowy

Roztoczański Park Narodowy

Słowiński Park Narodowy

Świętokrzyski Park Narodowy

Tatrzański Park Narodowy

Wielkopolski Park Narodowy

Wigierski Park Narodowy

Woliński Park Narodowy

Escolas primárias e secundárias públicas

Serviços públicos de radiodifusão e televisão:

Telewizja Polska S.A. (televisão polaca)

Polskie Radio S.A. (radiodifusão polaca)

Museus, teatros e bibliotecas públicas e outras instituições culturais públicas:

Muzeum Narodowe w Krakowie

Muzeum Narodowe w Poznaniu
Muzeum Narodowe w Warszawie
Zamek Królewski w Warszawie
Zamek Królewski na Wawelu – Państwowe Zbiory Sztuki
Muzeum Żup Krakowskich
Państwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau
Państwowe Muzeum na Majdanku
Muzeum Stutthof w Sztutowie
Muzeum Zamkowe w Malborku
Centralne Muzeum Morskie
Muzeum "Łazienki Królewskie"
Muzeum Pałac w Wilanowie
Muzeum Łowiectwa i Jeździectwa w Warszawie
Muzeum Wojska Polskiego
Teatr Narodowy
Narodowy Stary Teatr Kraków
Teatr Wielki – Opera Narodowa
Filharmonia Narodowa
Galeria Zachęta
Centrum Sztuki Współczesnej
Centrum Rzeźby Polskiej w Orońsku
Międzynarodowe Centrum Kultury w Krakowie
Instytut im. Adama Mickiewicza
Dom Pracy Twórczej w Wigrach

Dom Pracy Twórczej w Radziejowicach

Instytut Dziedzictwa Narodowego

Biblioteka Narodowa

Instytut Książki

Polski Instytut Sztuki Filmowej

Instytut Teatralny

Filmoteka Narodowa

Narodowe Centrum Kultury

Muzeum Sztuki Nowoczesnej w Warszawie

Muzeum Historii Polski w Warszawie

Centrum Edukacji Artystycznej

Instituições de investigação públicas, instituições de investigação e desenvolvimento e outras instituições de investigação

Unidades de gestão de cuidados de saúde autónomas públicas cujo órgão fundador é uma autoridade regional ou local ou uma associação de tais autoridades

Outras:

Panstwowa Agencja Informacji i Inwestycji Zagranicznych

Portugal

Institutos públicos sem carácter comercial ou industrial

Serviços públicos personalizados

Fundações públicas

Estabelecimentos públicos de ensino, investigação científica e saúde

INGA (Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola)

Instituto do Consumidor

Instituto de Meteorologia

Instituto da Conservação da Natureza

Instituto da Água

ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal)

Instituto do Sangue

Roménia

Academia Română

Biblioteca Națională a României

Arhivele Naționale

Institutul Diplomatic Român

Institutul Cultural Român
Institutul European din România
Institutul de Investigare a Crimelor Comunismului
Institutul de Memorie Culturală
Agenția Națională pentru Programe Comunitare în Domeniul Educației și Formării Profesionale
Centrul European UNESCO pentru Invățământul Superior
Comisia Națională a României pentru UNESCO
Societatea Română de Radiodifuziune
Societatea Română de Televiziune
Societatea Națională pentru Radiocomunicații
Centrul Național al Cinematografiei
Studioul de Creație Cinematografică
Arhiva Națională de Filme
Muzeul Național de Artă Contemporană
Palatul Național al Copiilor
Centrul Național pentru Burse de Studii în Străinătate
Agenția pentru Sprijinirea Studenților
Comitetul Olimpic și Sportiv Român
Agenția pentru Cooperare Europeană în domeniul Tineretului (EUROTIN)
Agenția Națională pentru Sprijinirea Inițiativelor Tinerilor (ANSIT)
Institutul Național de Cercetare pentru Sport
Consiliul Național pentru Combaterea Discriminării

Secretariatul de Stat pentru Problemele Revoluționarilor din Decembrie 1989

Secretariatul de Stat pentru Culte

Agenția Națională pentru Locuințe

Casa Națională de Pensii și alte Drepturi de Asigurări Sociale

Casa Națională de Asigurări de Sănătate

Inspekția Muncii

Oficiul Central de Stat pentru Probleme Speciale

Inspectoratul General pentru Situații de Urgență

Agenția Națională de Consultanță Agricolă

Agenția Națională pentru Ameliorare și Reproducție în Zootehnie

Laboratorul Central pentru Carantină Fitosanitară

Laboratorul Central pentru Calitatea Semințelor și a Materialului Săditor

Institutul pentru Controlul produselor Biologice și Medicamentelor de Uz Veterinar

Institutul de Igienă și Sănătate Publică și Veterinară

Institutul de Diagnostic și Sănătate Animală

Institutul de Stat pentru Testarea și Inregistrarea Soiurilor

Banca de Resurse Genetice Vegetale

Agenția Națională pentru Dezvoltarea și Implementarea Programelor de Reconstrucție a –Zonele
Miniere

Agenția Națională pentru Substanțe și Preparate Chimice Periculoase

Agenția Națională de Controlul Exporturilor Strategice și al Interzicerii Armelor Chimice

Administrația Rezervației Biosferei "Delta Dunării" Tulcea

Regia Națională a Pădurilor (ROMSILVA)
Administrația Națională a Rezervelor de Stat
Administrația Națională Apele Române
Administrația Națională de Meteorologie
Comisia Națională pentru Reciclarea Materialelor
Comisia Națională pentru Controlul Activităților Nucleare
Agenția Managerială de Cercetare Stiințifică, Inovare și Transfer Tehnologic
Oficiul pentru Administrare și Operare al Infrastructurii de Comunicații de Date "RoEduNet"
Inspekția de Stat pentru Controlul Cazanelor, Recipientelor sub Presiune și Instalațiilor de Ridicat
Centrul Român pentru Pregătirea și Perfecționarea Personalului din Transporturi Navale
Inspectoratul Navigației Civile (INC)
Regia Autonomă Registrul Auto Român
Agenția Spațială Română
Scoala Superioară de Aviație Civilă
Regia Autonomă "Autoritatea Aeronautică Civilă Română
Aeroclubul României
Centrul de Pregătire pentru Personalul din Industrie Bușteni
Centrul Român de Comerț Exterior
Centrul de Formare și Management București
Agenția de Cercetare pentru Tehnică și Tehnologii militare
Agenția Română de Intervenții și Salvare Navală-ARSIN
Asociația Română de Standardizare (ASRO)

Asociația de Acreditare din România (RENAR)
Comisia Națională de Prognoză (CNP)
Institutul Național de Statistică (INS)
Comisia Națională a Valorilor Mobiliare (CNVM)
Comisia de Supraveghere a Asigurărilor (CSA)
Comisia de Supraveghere a Sistemului de Pensii Private
Consiliul Economic și Social (CES)
Agenția Domeniilor Statului
Oficiul Național al Registrului Comerțului
Autoritatea pentru Valorificarea Activelor Statului (AVAS)
Consiliul Național pentru Studierea Arhivelor Securității
Avocatul Poporului
Institutul Național de Administrație (INA)
Inspectoratul Național pentru Evidența Persoanelor
Oficiul de Stat pentru Invenții și Mărci (OSIM)
Oficiul Român pentru Drepturile de Autor (ORDA)
Oficiul Național al Monumentelor Istorice
Oficiul Național de Prevenire și Combateră a Spălării banilor (ONPCSB)
Biroul Român de Metrologie Legală
Inspectoratul de Stat în Construcții
Compania Națională de Investiții
Compania Națională de Autostrăzi și Drumuri Naționale

Agenția Națională de Cadastru și Publicitate Imobiliară
Administrația Națională a Imbunătățirilor Funciare
Garda Financiară
Garda Națională de Mediu
Institutul Național de Expertize Criminalistice
Institutul Național al Magistraturii
Scoala Nationala de Grefieri
Administrația Generală a Penitenciarelor
Oficiul Registrului Național al Informațiilor Secrete de Stat
Autoritatea Națională a Vămilelor
Banca Națională a României
Regia Autonomă "Monetăria Statului"
Regia Autonomă "Imprimeria Băncii Naționale"
Regia Autonomă "Monitorul Oficial"
Oficiul Național pentru Cultul Eroilor
Oficiul Român pentru Adopții
Oficiul Român pentru Imigrări
Compania Națională "Loteria Română"
Compania Națională "ROMTEHNICA"
Compania Națională "ROMARM"
Agenția Națională pentru Romi
Agenția Națională de Presă "ROMPRESS"

Regia Autonomă "Administrația Patrimoniului Protocolului de Stat"

Institute și Centre de Cercetare (institutos e centros de investigação)

Instituții de Învățământ de Stat (institutos de educação estatais)

Universități de Stat (universidades estatais)

Muzee (museus)

Biblioteci de Stat (bibliotecas públicas)

Teatre de Stat, Opere, Operete, filarmonica, centre și case de Cultură (teatros, óperas, orquestras filarmónicas, casas da cultura e centros culturais públicos)

Reviste (revistas)

Edituri (editoras)

Inspectorate Scolare, de Cultură, de Culte (inspecção dos estabelecimentos de ensino, instituições culturais e locais de culto)

Complexuri, Federații și Cluburi Sportive (federações e clubes desportivos)

Spitale, Sanatorii, Policlinici, Dispensare, Centre Medicale, Institute medico-Legale, Stații

Ambulanță (hospitais, sanatórios, clínicas, serviços médicos, institutos médico-legais, serviços de ambulância)

Unități de Asistență Socială (serviços de assistência social)

Tribunale (tribunais)

Judecătorii (juízes)

Curți de Apel (tribunais de recurso)

Penitenciare (penitenciárias)

Parchetele de pe lângă Instanțele Judecătorești (Ministério Público)

Unități Militare (unidades militares)
Instanțe Militare (tribunais militares)
Inspectorate de Poliție (Inspeções da Polícia)
Centre de Odihnă (casas de repouso)

Eslovénia

Javni zavodi s področja vzgoje, izobraževanja ter športa (organismos públicos na área da assistência à criança, da educação e do desporto)

Javni zavodi s področja zdravstva (institutos públicos na área dos cuidados de saúde)

Javni zavodi s področja socialnega varstva (institutos públicos na área da segurança social)

Javni zavodi s področja kulture (institutos públicos na área da cultura)

Javni zavodi s področja raziskovalne dejavnosti (institutos públicos na área da ciência e da investigação)

Javni zavodi s področja kmetijstva in gozdarstva (institutos públicos na área da agricultura e das florestas)

Javni zavodi s področja okolja in prostora (institutos públicos na área do ambiente e do ordenamento do território)

Javni zavodi s področja gospodarskih dejavnosti (institutos públicos na área das actividades económicas)

Javni zavodi s področja malega gospodarstva in turizma (institutos públicos na área das pequenas empresas e do turismo)

Javni zavodi s področja javnega reda in varnosti (institutos públicos na área da ordem pública e da segurança)

Agencije (agências)

Skladi socialnega zavarovanja (fundos da segurança social)

Javni skladi na ravni države in na ravni občin (fundos públicos a nível da administração central e das comunidades locais)

Družba za avtoceste v RS

Sujeitos criados pelo Estado ou por órgãos locais e que são abrangidos pelo orçamento da República da Eslovénia ou das autoridades locais

Outras pessoas colectivas, que correspondem à definição de pessoas estatais prevista na *ZJN-2*, artigo 3.º, n.º 2

Eslováquia

Qualquer pessoa colectiva constituída ou estabelecida por regulamentação jurídica ou medida administrativa especiais, a fim de satisfazer especificamente necessidades de interesse geral sem carácter industrial ou comercial, e que satisfaça igualmente, pelo menos, uma das seguintes condições:

- ser total ou parcialmente financiada por uma autoridade contratante, isto é, por uma autoridade governamental, município, região autónoma ou por outra pessoa colectiva, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

- ser gerida ou controlada por uma autoridade contratante, isto é, por uma autoridade governamental, município, região autónoma ou por outro organismo de direito público, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho
- ser uma autoridade contratante, isto é, autoridade governamental, município, região autónoma ou outra pessoa colectiva, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, proceda à nomeação ou à eleição de mais de metade dos membros do seu conselho de gestão ou de supervisão.

Essas pessoas colectivas são organismos de direito público e exercem a actividade, nomeadamente:

- nos termos da Lei n.º 16/2004 Coll. sobre a televisão eslovaca
- nos termos da Lei n.º 619/2003 Coll. sobre a radiodifusão eslovaca
- nos termos da Lei n.º 581/2004 Coll. sobre companhias de seguros de doença, com a redacção dada pela Lei n.º 719/2004 Coll. que estabelece os seguros de saúde pública nos termos da Lei n.º 580/2004 Coll. sobre seguros de doença, com a redacção dada pela Lei n.º 718/2004 Coll.
- nos termos da Lei n.º 121/2005 Coll., através da qual foi promulgada a versão consolidada da Lei n.º 461/2003 Coll. sobre a segurança social, na sua versão alterada

Finlândia

Organismos e empresas estatais ou controlados pelo Estado que não tenham carácter industrial ou comercial.

Suécia

Todos os organismos não comerciais cujos contratos públicos estão sujeitos ao controlo da autoridade da concorrência sueca

Reino Unido

Organismos:

Design Council

Health and Safety Executive

National Research Development Corporation

Public Health Laboratory Service Board

Advisory, Conciliation and Arbitration Service

Commission for the New Towns

National Blood Authority

National Rivers Authority

Scottish Enterprise

Ordnance Survey

Financial Services Authority

Categorias:

Escolas subvencionadas

Universidades e colégios maioritariamente financiados por outras autoridades contratantes

Museus e galerias nacionais

Conselhos encarregues da promoção da investigação
Autoridades encarregues da luta contra incêndios
Autoridades Estratégicas da Saúde do Serviço Nacional de Saúde
Autoridades policiais
Sociedades de urbanismo
Sociedades de desenvolvimento urbano

SUBSECÇÃO 3

SERVIÇOS PÚBLICOS

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Especificadas na subsecção 4

Limiar: DSE 400 000

Serviços:

Especificados na subsecção 5

Limiar: DSE 400 000

Serviços de construção:

Especificados na subsecção 6

Limiar: DSE 5 000 000

Entidades adjudicantes:

Todas as entidades contratantes cujos contratos sejam abrangidos pela Directiva 2004/17/CE (em seguida, "Directiva Serviços Públicos da UE") que sejam autoridades contratantes (por exemplo, as abrangidas pelas subsecções 1 e 2) ou empresas públicas¹ cuja actividade inclua uma ou mais das actividades a seguir referidas:

- a) Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, transporte ou distribuição de água potável, ou à alimentação dessas redes com água potável;
- b) Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, transporte ou distribuição de electricidade, ou à alimentação dessas redes com electricidade;

¹ Em conformidade com a "Directiva Serviços Públicos da UE", uma empresa pública é qualquer empresa em relação à qual os poderes públicos possam exercer, directa ou indirectamente, uma influência dominante, por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis. Presume-se a existência de influência dominante quando, directa ou indirectamente, em relação a uma empresa, os poderes públicos:

- detêm uma participação maioritária no capital subscrito da empresa ou
- dispõem da maioria dos votos correspondentes às acções emitidas pela empresa ou
- podem designar mais de metade dos membros do órgão de administração, direcção ou fiscalização da empresa.

- c) Colocação à disposição das transportadoras aéreas de aeroportos ou outros terminais de transporte;
- d) Colocação à disposição das transportadoras marítimas ou fluviais de portos marítimos ou de portos interiores ou outros terminais de transporte; e
- e) Colocação à disposição ou exploração de redes¹ de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes urbanos de caminhos-de-ferro, sistemas automáticos, eléctricos, tróleys, autocarros ou cabo.

Em anexo, incluem-se listas indicativas de autoridades contratantes e de empresas públicas que preenchem os critérios acima indicados.

Notas da presente subsecção

1. Os contratos adjudicados para o exercício de uma actividades incluída na lista *supra* que estejam sujeitos ao jogo da concorrência no mercado em causa não são abrangidos pelo Título VI do Acordo.
2. O Título VI do Acordo não se aplica a contratos adjudicados por entidades contratantes abrangidas pela presente subsecção:

relativos à aquisição de água e ao fornecimento de energia ou de combustíveis para a produção de energia,

¹ No que diz respeito aos serviços de transporte, considera-se que existe uma rede quando o serviço é prestado nas condições de exploração estabelecidas por uma autoridade competente de um Estado-Membro da UE, tais como, por exemplo, condições relativas a itinerários a seguir, capacidade de transporte disponível ou frequência do serviço.

para efeitos que não se inscrevem na realização das suas actividades incluídas na lista da presente subsecção ou para a realização de tais actividades num país que não seja membro do Espaço Económico Europeu (EEE),

para efeitos de revenda ou aluguer a terceiros, desde que a entidade adjudicante não disponha de direitos especiais ou exclusivos para vender ou alugar o objecto de tais contratos e que outras entidades possam vendê-lo ou alugá-lo nas mesmas condições da entidade adjudicante.

3. Não se considera actividade na acepção das alíneas a) ou b) da presente subsecção a alimentação com água potável ou electricidade de redes de prestação de serviços ao público por entidades adjudicantes que não sejam autoridades contratantes, quando:

a produção de água potável ou de electricidade pela entidade em causa se verifique porque o respectivo consumo é necessário ao exercício de uma actividade não referida nas alíneas a) a e) da presente subsecção, e

a alimentação da rede pública dependa apenas do consumo próprio da entidade e não tenha excedido 30 % da produção total de água potável ou de energia da entidade, tomando em consideração a média dos últimos três anos, incluindo o ano em curso.

4. a) Desde que estejam preenchidas as condições previstas na alínea b) *infra*, o título não se aplica aos contratos adjudicados:
- i) Por uma entidade adjudicante a uma empresa associada¹, ou
 - ii) Por uma empresa comum constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes para efeitos da realização de actividades, na acepção das alíneas a) a e) da presente subsecção, com uma empresa associada a uma dessas entidades adjudicantes.
- b) A alínea a) aplica-se a contratos de serviços ou de fornecimentos, desde que pelo menos 80 % da média do volume de negócios da empresa associada, em matéria de serviços ou de fornecimentos, nos últimos três anos, provenham respectivamente da prestação desses serviços ou fornecimentos às empresas às quais se encontra associada².

¹ Por "empresa associada" entende-se qualquer empresa cujas contas anuais sejam consolidadas com as da entidade adjudicante em conformidade com os requisitos previstos na Directiva 83/349/CEE do Conselho relativa às contas consolidadas ou, no caso de entidades não abrangidas por esta directiva, qualquer empresa sobre a qual a entidade adjudicante possa exercer, directa ou indirectamente, uma influência dominante ou que possa exercer uma influência dominante sobre a entidade adjudicante, ou ainda que, como a entidade adjudicante, esteja sujeita à influência dominante de uma outra empresa por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis.

² Se, em função da data de criação ou de início de actividade da empresa associada, o volume de negócios relativo aos três últimos anos não estiver disponível, bastará que a empresa mostre que o volume de negócios referido na presente alínea seja credível, em especial através de projecções de actividades.

5. O título não se aplica aos contratos adjudicados:

- i) Por uma empresa comum constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes a fim de realizar actividades, na acepção das alíneas a) a e) da presente subsecção, a uma dessas entidades adjudicantes; ou
- ii) Por uma entidade adjudicante a uma empresa comum de que essa entidade adjudicante faça parte, desde que a empresa comum tenha sido criada a fim de realizar a actividade em causa durante um período mínimo de três anos e que o instrumento que cria a empresa comum estipule que as entidades adjudicantes que a formam são parte dela durante, pelo menos, o mesmo período.

LISTAS INDICATIVAS DE AUTORIDADES CONTRATANTES E DE EMPRESAS
PÚBLICAS QUE PREENCHEM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS AO ABRIGO DA
PRESENTE SUBSECÇÃO

I. PRODUÇÃO, TRANSPORTE OU DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

Bélgica

Autoridades locais e seus consórcios, neste sector das respectivas actividades

Société de Production d'Electricité/ Elektriciteitsproductie Maatschappij

Electrabel/ Electrabel

Elia

Bulgária

Entidades que receberam uma licença para a produção, o transporte, a distribuição e o fornecimento ou abastecimento públicos de electricidade nos termos do artigo 39.º, n.º 1, da *Закона за енергетиката* (обн., ДВ, бр.107/9.12.2003):

АЕЦ Козлодуй – ЕАД

Болкан Енерджи АД

Брикел – ЕАД

Българско акционерно дружество Гранитоид АД

Девен АД

ЕВН България Електроразпределение АД

ЕВН България Електроснабдяване АД

ЕЙ И ЕС – ЗС Марица Изток 1

Енергийна компания Марица Изток III – АД

Енерго-про България – АД

ЕОН България Мрежи АД

ЕОН България Продажби АД

ЕРП Златни пясъци АД

ЕСО ЕАД

ЕСП „Златни пясъци" АД

Златни пясъци-сервиз АД

Калиакра Уинд Пауър АД

НЕК ЕАД
Петрол АД
Петрол Сторидж АД
Пиринска Бистрица-Енергия АД
Руно-Казанлък АД
Сентрал хидроелектрик дьо Булгари ЕООД
Слънчев бряг АД
ТЕЦ – Бобов Дол ЕАД
ТЕЦ – Варна ЕАД
ТЕЦ "Марица 3" – АД
ТЕЦ Марица Изток 2 – ЕАД
Топлофикация Габрово – ЕАД
Топлофикация Казанлък – ЕАД
Топлофикация Перник – ЕАД
Топлофикация Плевен – ЕАД
ЕВН България Топлофикация – Пловдив – ЕАД
Топлофикация Русе – ЕАД
Топлофикация Сливен – ЕАД
Топлофикация София – ЕАД
Топлофикация Шумен – ЕАД
Хидроенергострой ЕООД
ЧЕЗ България Разпределение АД
ЧЕЗ Електро България АД

República Checa

Todas as entidades contratantes nos sectores que fornecem serviços no sector da electricidade definidas na secção 4, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades contratantes:

ČEPS, a.s.

ČEZ, a. s.

Dalkia Česká republika, a.s.

PREdistribuce, a.s.

Plzeňská energetika a.s.

Sokolovská uhelná, právní nástupce, a.s.

Dinamarca

Entidades encarregadas da produção de electricidade com base numa licença concedida nos termos do § 10 da *lov om elforsyning, jf. lovbekendtgørelse* n.º 1115 de 8 de Novembro de 2006

Entidades encarregadas do transporte de electricidade com base numa licença nos termos do § 19 da *lov om elforsyning, jf. lovbekendtgørelse* n.º 1115 de 8 de Novembro de 2006

Transporte de electricidade efectuado por *Energinet Danmark* ou filiais integralmente detidas por *Energinet Danmark* em conformidade com a *lov om Energinet Danmark* § 2, stk. 2 og 3, jf. *lovbekendtgørelse* n.º 1384 de 20 de Dezembro de 2004

Alemanha

Autarquias, instituições de direito público ou seus consórcios, ou empresas controladas pelo Estado, encarregadas do fornecimento de energia a outras empresas, da exploração de uma rede de abastecimento de energia ou com capacidade para dispor de uma rede de abastecimento de energia por motivos de propriedade nos termos do § 3(18) da *Gesetz über die Elektrizitäts- und Gasversorgung (Energiewirtschaftsgesetz)* de 24 de Abril de 1998, com a última redacção que lhe foi dada em 9 de Dezembro de 2006.

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):

AS Eesti Energia

OÜ Jaotusvõrk (Jaotusvõrk LLC)

AS Narva Elektriijaamad

OÜ Põhivõrk

Irlanda

The Electricity Supply Board

ESB Independent Energy [ESBIE — fornecimento de electricidade]

Synergen Ltd. [geração de electricidade]

Viridian Energy Supply Ltd. [fornecimento de electricidade]

Huntstown Power Ltd. [geração de electricidade]

Bord Gáis Éireann [fornecimento de electricidade]

Fornecedores e geradores de electricidade detentores de uma licença concedida ao abrigo da

Electricity Regulation Act 1999

EirGrid plc

Grécia

‘Δημόσια Επιχείρηση Ηλεκτρισμού Α.Ε.’, instituída pela Lei n.º 1468/1950 περί ιδρύσεως της ΔΕΗ e explorada nos termos da Lei n.º 2773/1999 e do Decreto Presidencial n.º 333/1999.

Espanha

Red Eléctrica de España, S.A.

Endesa, S.A.

Iberdrola, S.A.

Unión Fenosa, S.A.

Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.

Electra del Viesgo, S.A.

Outras entidades que operam nos domínios de produção, transporte e distribuição de electricidade, nos termos da *Ley 54/1997, de 27 de noviembre, del Sector eléctrico* e respectiva legislação de execução

França

Électricité de France, entidade criada e explorada nos termos da *Loi n.º 46-628 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz* de 8 de Abril de 1946, na sua versão alterada

RTE, gestor da rede de transportes de electricidade

Entidades encarregadas da distribuição de electricidade, referidas no artigo 23.º da *Loi n.º 46-628 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz* de 8 de Abril de 1946, na sua versão alterada (*sociétés d'économie mixte, régies* ou serviços similares compostos de entidades regionais ou locais). Por exemplo: Gaz de Bordeaux, Gaz de Strasbourg

Compagnie nationale du Rhône

Electricité de Strasbourg

Itália

Empresas do *Gruppo Enel* autorizadas a produzir, transportar e distribuir electricidade, nos termos do Decreto Legislativo n.º 79 de 16 de Março de 1999 e dos seus sucessivos aditamentos e alterações

TERNA– Rete elettrica nazionale SpA

Outras empresas que operam com base em concessões nos termos do Decreto Legislativo n.º 79 de 16 de Março de 1999

Chipre

Η Αρχή Ηλεκτρισμού Κύπρου estabelecido pela περί Αναπτύξεως Ηλεκτρισμού Νόμο, Κεφ. 171 *Διαχειριστής Συστήματος Μεταφοράς* foi estabelecido em conformidade com o artigo 57.º da *Περί Ρύθμισης της Αγοράς Ηλεκτρισμού Νόμου 122(I) του 2003*

Outras pessoas, entidades ou empresas que exerçam uma actividade estabelecida no artigo 3.º da "Directiva Serviços Públicos da UE" e que operem com base numa licença concedida ao abrigo do artigo 34.º da *περί Ρύθμισης της αγοράς Ηλεκτρισμού Νόμου του 2003 {N. 122(I)/2003}*.

Letónia

VAS "Latvenergo" e outras empresas que produzem, transportam e distribuem electricidade e fazem adjudicações em conformidade com a *Lei Par iepirkumu sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju vajadzībām*.

Lituânia

Central nuclear de *Ignalina* (empresa estatal)

Akcinė bendrovė "Lietuvos energija"

Akcinė bendrovė "Lietuvos elektrinė"

Akcinė bendrovė Rytų skirstomieji tinklai

Akcinė bendrovė "VST"

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e realizam a produção, o transporte ou a distribuição de electricidade nos termos da Lei sobre a electricidade da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 66-1984, 2000; n.º 107-3964, 2004) e da Lei sobre a energia nuclear da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 119-2771, 1996)

Luxemburgo

Compagnie grand-ducale d'électricité de Luxembourg (CEGEDEL), encarregada da produção e distribuição de electricidade nos termos da *Convention du 11 novembre 1927 concernant l'établissement et l'exploitation des réseaux de distribution d'énergie électrique dans le Grand-Duché du Luxembourg*, aprovada pela Lei de 4 de Janeiro de 1928

Autoridades locais encarregadas do transporte e distribuição de electricidade

Société électrique de l'Our (SEO)

Syndicat de communes SIDOR

Hungria

Entidades que produzem, transportam ou distribuem electricidade nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2007. évi LXXXVI. törvény a villamos energiáról.

Malta

Korporazzjoni Enemalta (Enemalta Corporation)

Países Baixos

Entidades encarregadas da distribuição de electricidade com base numa *vergunning* (licença) concedida pela autoridade provincial nos termos da *Provinciewet* (lei provincial). Por exemplo:

Essent

Nuon

Áustria

Entidades encarregadas da exploração de uma rede de transporte ou distribuição, nos termos da *Elektrizitätswirtschafts- und Organisationsgesetz, BGBl. I Nr. 143/1998*, na sua versão alterada, ou nos termos das *Elektrizitätswirtschafts(wesen)gesetze* (leis relativas à indústria da electricidade) dos nove *Länder*.

Polónia

Companhias energéticas na acepção de *ustawa z dnia 10 kwietnia 1997 r. Prawo energetyczne*, incluindo, entre outras:

BOT Elektrownia "Opole" S.A., Brzezic

BOT Elektrownia Bełchatów S.A.
BOT Elektrownia Turów S.A., Bogatynia
Elbląskie Zakłady Energetyczne S.A. w Elblągu
Elektrociepłownia Chorzów "ELCHO" Sp. z o.o.
Elektrociepłownia Lublin – Wrotków Sp. z o.o.
Elektrociepłownia Nowa Sarzyna Sp. z o.o.
Elektrociepłownia Rzeszów S.A.
Elektrociepłownię Warszawskie S.A.
Elektrownia "Kozienice" S.A.
Elektrownia "Stalowa Wola" S.A.
Elektrownia Wiatrowa, Sp. z o.o., Kamieńsk
Elektrownie Szczytowo-Pompowe S.A., Warszawa
ENEA S.A., Poznań
Energetyka Sp. z o.o., Lublin
EnergiaPro Koncern Energetyczny S.A., Wrocław
ENION S.A., Kraków
Górnośląski Zakład Elektroenergetyczny S.A., Gliwice
Koncern Energetyczny Energa S.A., Gdańsk
Lubelskie Zakłady Energetyczne S.A.
Łódzki Zakład Energetyczny S.A.
PKP Energetyka Sp. z o.o., Warszawa
Polskie Sieci Elektroenergetyczne S.A., Warszawa
Południowy Koncern Energetyczny S.A., Katowice

Przedsiębiorstwo Energetyczne w Siedlcach Sp. z o.o.
PSE-Operator S.A., Warszawa
Rzeszowski Zakład Energetyczny S.A.
Zakład Elektroenergetyczny "Elsen" Sp. z o.o., Częstochowa
Zakład Energetyczny Białystok S.A.,
Zakład Energetyczny Łódź-Teren S.A.
Zakład Energetyczny Toruń S.A.
Zakład Energetyczny Warszawa-Teren
Zakłady Energetyczne Okręgu Radomsko-Kieleckiego S.A.
Zespół Elektrociepłowni Bydgoszcz S.A.
Zespół Elektrowni Dolna Odra S.A., Nowe Czarnowo
Zespół Elektrowni Ostrołęka S.A.
Zespół Elektrowni Pątnów-Adamów-Konin S.A.
Polskie Sieci Elektroenergetyczne S.A.
Przedsiębiorstwo Energetyczne MEGAWAT Sp. Z.o.o.
Zespół Elektrowni Wodnych Niedzica S.A.
Energetyka Południe S.A.

Portugal

Produção de electricidade:

Entidades que produzem electricidade nos termos de:

Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do sistema eléctrico nacional (SEN), bem como ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade

Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SEN, regulamentando o diploma atrás referido

Entidades que produzem electricidade ao abrigo de um regime especial em conformidade com o Decreto-Lei n.º 189/88 de 27 de Maio, com a redacção dada pelos Decretos-Lei n.º 168/99 de 18 de Maio, n.º 313/95 de 24 de Novembro, n.º 538/99 de 13 de Dezembro, n.º 312/2001 e n.º 313/2001, ambos de 10 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 339-C/2001 de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 68/2002 de 25 de Março, Decreto-Lei n.º 33-A/2005 de 16 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de Maio e Decreto-Lei n.º 363/2007 de 2 Novembro

Transporte de electricidade:

Entidades que transportam electricidade nos termos de:

Decreto-Lei n.º 29/2006 de 15 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 172/2006 de 23 de Agosto

Distribuição de electricidade:

Entidades que distribuem electricidade nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2006 de 15 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 172/2006 de 23 de Agosto

Entidades que distribuem electricidade nos termos do Decreto-Lei n.º 184/95 de 27 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 56/97 de 14 de Março, e do Decreto-Lei n.º 344-B/82 de 1 de Setembro, com a redacção dada pelos Decreto-Lei n.º 297/86 de 19 de Setembro, Decreto-Lei n.º 341/90 de 30 de Outubro e Decreto-Lei n.º 17/92 de 5 de Fevereiro

Roménia

Societatea Comercială de Producere a Energiei Electrice Hidroelectrica-SA Bucureşti

Societatea Naţională "Nuclearelectrica" S.A.

Societatea Comercială de Producere a Energiei Electrice şi Termice Termoelectrica S.A.

S. C. Electrocentrale Deva S.A.

S.C. Electrocentrale Bucureşti S.A.

SC Electrocentrale Galaţi S.A.

S.C. Electrocentrale Termoelectrica S.A.

SC Complexul Energetic Craiova S.A.

SC Complexul Energetic Rovinari S.A.

SC Complexul Energetic Turceni S.A.

Compania Naţională de Transport a Energiei Electrice Transelectrica S.A. Bucureşti

Societatea Comercială Electrica S.A., Bucureşti

S.C. Filiala de Distribuție a Energiei Electrice

"Electrica Distribuție Muntenia Nord" S.A.

S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice

"Electrica Furnizare Muntenia Nord" S.A.

S.C. Filiala de Distribuție și Furnizare a Energiei Electrice Electrica Muntenia Sud

S.C. Filiala de Distribuție a Energiei Electrice

"Electrica Distribuție Transilvania Sud" S.A.

S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice

"Electrica Furnizare Transilvania Sud" S.A.

S.C. Filiala de Distribuție a Energiei Electrice

"Electrica Distribuție Transilvania Nord" S.A.

S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice

"Electrica Furnizare Transilvania Nord" S.A.

Enel Energie

Enel Distribuție Banat

Enel Distribuție Dobrogea

E.ON Moldova S.A.

CEZ Distribuție

Eslovénia

Entidades que produzem, transportam ou distribuem electricidade nos termos do *Energetski zakon* (*Uradni list RS*, 79/99).

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1613383	Borzen D.O.O.	1000	Ljubljana
5175348	Elektro Gorenjska D.D.	4000	Kranj
5223067	Elektro Celje D.D.	3000	Celje
5227992	Elektro Ljubljana D.D.	1000	Ljubljana
5229839	Elektro Primorska D.D.	5000	Nova Gorica
5231698	Elektro Maribor D.D.	2000	Maribor
5427223	Elektro – Slovenija D.O.O.	1000	Ljubljana
5226406	Javno Podjetje Energetika Ljubljana, D.O.O.	1000	Ljubljana
1946510	Infra D.O.O.	8290	Sevnica
2294389	Sodo Sistemski Operater Distribucijskega Omrežja Z Električno Energijo, D.O.O.	2000	Maribor
5045932	Egs-Ri D.O.O.	2000	Maribor

Eslováquia

Entidades que operam, mediante autorização, nos domínios da produção, do transporte através de um sistema de rede, da distribuição e do abastecimento ao público de electricidade através de uma rede de distribuição nos termos da Lei n.º 656/2004 Coll.

Por exemplo:

Slovenské elektrárne, a.s.

Slovenská elektrizačná prenosová sústava, a.s.

Západoslovenská energetika, a.s.

Stredoslovenská energetika, a.s.

Východoslovenská energetika, a.s.

Finlândia

Entidades municipais e empresas públicas encarregadas da produção de electricidade e unidades encarregadas da manutenção das redes de transporte ou distribuição de electricidade e do transporte de electricidade ou do sistema eléctrico com base numa licença concedida nos termos dos §§ 4 ou 16 da *sähkömarkkinalaki/elmarknadslagen (386/1995)* e em conformidade com *laki vesi- ja energiahuollon, liikenteen ja postipalvelujen alalla toimivien yksiköiden hankinnoista (349/2007)/lag om upphandling inom sektorerna vatten, energi, transporter och posttjänster (349/2007)*.

Suécia

Entidades encarregadas do transporte ou distribuição de electricidade com base numa concessão nos termos da *ellagen (1997:857)*.

Reino Unido

Uma pessoa que recebeu uma licença ao abrigo da secção 6 da *Electricity Act 1989*

Uma pessoa que recebeu uma licença ao abrigo do artigo 10.º, n.º 1, da *Electricity (Northern Ireland) Order 1992*

National Grid Electricity Transmission plc

System Operation Northern Ireland Ltd

Scottish & Southern Energy plc

SPTransmission plc

II PRODUÇÃO, TRANSPORTE OU DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL

Bélgica

Autoridades locais e seus consórcios, neste sector das respectivas actividades

Société Wallonne des Eaux

Vlaams Maatschappij voor Watervoorziening

Bulgária

"Тузлушка гора" – ЕООД, Антоново

"В И К – Батак" – ЕООД, Батак

"В и К – Белово" – ЕООД, Белово

"Водоснабдяване и канализация Берковица" – ЕООД, Берковица

"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Благоевград

"В и К – Бебреш" – ЕООД, Ботевград
"Инфрастрой" – ЕООД, Брацигово
"Водоснабдяване" – ЕООД, Брезник
"Водоснабдяване и канализация" – ЕАД, Бургас
"Лукойл Нефтохим Бургас" АД, Бургас
"Бързийска вода" – ЕООД, Бързия
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Варна
"ВиК" ООД, к.к. Златни пясъци
"Водоснабдяване и канализация Йовковци" – ООД, Велико Търново
"Водоснабдяване, канализация и териториален водоинженеринг" – ЕООД, Велинград
"ВИК" – ЕООД, Видин
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Враца
"В И К" – ООД, Габрово
"В И К" – ООД, Димитровград
"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Добрич
"Водоснабдяване и канализация – Дупница" – ЕООД, Дупница
ЧПСОВ, в.с. Елени
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Исперих
"Аспарухов вал" ЕООД, Кнежа
"В И К – Кресна" – ЕООД, Кресна
"Меден кладенец" – ЕООД, Кубрат
"ВИК" – ООД, Кърджали
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Кюстендил

"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Ловеч
"В и К – Стримон" – ЕООД, Микрево
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Монтана
"Водоснабдяване и канализация – П" – ЕООД, Панагюрище
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Перник
"В И К" – ЕООД, Петрич
"Водоснабдяване, канализация и строителство" – ЕООД, Пещера
"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Плевен
"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Пловдив
"Водоснабдяване–Дунав" – ЕООД, Разград
"ВКТВ" – ЕООД, Ракитово
ЕТ "Ердуван Чакър", Раковски
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Русе
"Екопроект-С" ООД, Русе
"УВЕКС" – ЕООД, Сандански
"ВиК-Паничище" ЕООД, Сапарева баня
"Водоснабдяване и канализация" – ЕАД, Свищов
"Бяла" – ЕООД, Севлиево
"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Силистра
"В и К" – ООД, Сливен
"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Смолян
"Софийска вода" – АД, София
"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, София

"Стамболово" – ЕООД, Стамболово

"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Стара Загора

"Водоснабдяване и канализация-С" – ЕООД, Стрелча

"Водоснабдяване и канализация – Тетевен" – ЕООД, Тетевен

"В и К – Стенето" – ЕООД, Троян

"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Търговище

"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Хасково

"Водоснабдяване и канализация" – ООД, Шумен

"Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Ямбол

República Checa

Todas as entidades contratantes nos sectores que fornecem serviços de abastecimento na indústria de gestão da água definidas na secção 4, n.º 1, alíneas d) e e), da Lei n.º 137/2006 Sb. sobre contratos públicos.

Exemplos de entidades contratantes:

Veolia Voda Česká Republika, a.s.

Pražské vodovody a kanalizace, a.s.

Severočeská vodárenská společnost a.s.

Severomoravské vodovody a kanalizace Ostrava a.s.

Ostravské vodárny a kanalizace a.s. Severočeská vodárenská společnost a.s.

Dinamarca

Entidades encarregadas do fornecimento de água, como definidas em § 3 (3) da *lov om vandforsyning m.v., jf. lovbekendtgørelse* n.º 71 de 17 de Janeiro de 2007

Alemanha

Entidades que produzem ou distribuem água nos termos das *Eigenbetriebsverordnungen* ou *Eigenbetriebsgesetze* dos *Länder* (empresas de serviços públicos)

Entidades que produzem ou distribuem água nos termos das *Gesetze über die kommunale Gemeinschaftsarbeit oder Zusammenarbeit* dos *Länder*

Entidades que produzem água nos termos da *Gesetz über Wasser- und Bodenverbände* de 12 de Fevereiro de 1991, com a última redacção que lhe foi dada em 15 de Maio de 2002

Empresas públicas que produzem ou distribuem água nos termos das *Kommunalgesetze*, nomeadamente das *Gemeindeverordnungen* dos *Länder*.

Empresas estabelecidas nos termos da *Aktiengesetz* de 6 de Setembro de 1965, com a última redacção que lhe foi dada em 5 de Janeiro de 2007, ou da *GmbH-Gesetz* de 20 de Abril de 1892, com a última redacção que lhe foi dada em 10 de Novembro de 2006, ou que possuam o estatuto legal de *Kommanditgesellschaft* (sociedade em comandita), que produzem ou distribuem água com base num contrato especial com as autoridades regionais ou locais

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):

AS Haapsalu Veevärk

AS Kuressaare Veevärk

AS Narva Vesi

AS Paide Vesi

AS Pärnu Vesi

AS Tartu Veevärk

AS Valga Vesi

AS Võru Vesi

Irlanda

Entidades que produzem ou distribuem água nos termos da *Local Government [Sanitary Services] Act 1878 to 1964*.

Grécia

Εταιρεία Υδρεύσεως και Αποχετεύσεως Πρωτεύουσας Α.Ε. ("Ε.Υ.Δ.Α.Π." ou "Ε.Υ.Δ.Α.Π. Α.Ε."). O estatuto jurídico desta empresa rege-se pelo disposto no texto unificado da Lei n.º 2190/1920 e da Lei n.º 2414/1996, bem como na Lei n.º 1068/80 e na Lei n.º 2744/1999

Εταιρεία Ύδρευσης και Αποχέτευσης Θεσσαλονίκης Α.Ε. ('Ε.Υ.Α.Θ. Α.Ε.') regida pelo disposto na Lei n.º 2937/2001 (ΦΕΚ 169 Α') e na Lei n.º 2651/1998 (ΦΕΚ 248 Α')

Δημοτική Επιχείρηση Ύδρευσης και Αποχέτευσης Μείζονος Περιοχής Βόλου ('ΔΕΥΑΜΒ'), que opera nos termos da Lei n.º 890/1979

Δημοτικές Επιχειρήσεις Ύδρευσης – Αποχέτευσης (companhias municipais de abastecimento de água e dos esgotos), produtoras e distribuidoras de água nos termos da Lei n.º 1069/80 de 23 de Agosto de 1980

Σύνδεσμοι Ύδρευσης (associações municipais e comunais de abastecimento de água) que operam nos termos do Decreto Presidencial n.º 410/1995, em conformidade com Κώδικος Δήμων και Κοινοτήτων

Δήμοι και Κοινότητες (municípios e comunidades) que operam nos termos do Decreto Presidencial n.º 410/1995, em conformidade com Κώδικος Δήμων και Κοινοτήτων

Espanha

Mancomunidad de Canales de Taibilla

Aigües de Barcelona S.A., y sociedades filiales

Canal de Isabel II

Agencia Andaluza del Agua

Agencia Balear de Agua y de la Calidad Ambiental

Outras entidades públicas que fazem parte de ou dependem das *Comunidades Autónomas* e das *Corporaciones locales* e que são activas no domínio da distribuição da água potável

Outras entidades privadas que gozam de direitos especiais ou exclusivos concedidos pelas *Corporaciones locales* no domínio da distribuição da água potável

França

Autarquias e institutos públicos locais produtores ou distribuidores de água potável:

Régies des eaux (exemplos: Régie des eaux de Grenoble, régie des eaux de Megève, régie municipale des eaux et de l'assainissement de Mont-de-Marsan, régie des eaux de Venelles)

Organismos de transporte, entrega e produção de água (exemplos: Syndicat des eaux d'Ile de France, syndicat départemental d'alimentation en eau potable de la Vendée, syndicat des eaux et de l'assainissement du Bas-Rhin, syndicat intercommunal des eaux de la région grenobloise, syndicat de l'eau du Var-est, syndicat des eaux et de l'assainissement du Bas-Rhin)

Itália

Entidades encarregadas de gerir as várias fases dos serviços de distribuição de água, ao abrigo do *testo unico delle leggi sull'assunzione dei pubblici servizi da parte dei comuni e delle province*, aprovado pelo *Regio Decreto N.º 2578* de 15 de Outubro de 1925, pelo *D.P.R. N.º 902* de 4 de Outubro de 1986 e Decreto Legislativo n.º 267, de 18 de Agosto de 2000, *recante il testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, con particolare riferimento da 112 a 116*

Acquedotto Pugliese S.p.A. (D.lgs. 11.5.1999 n. 141)

Ente acquedotti siciliani instituído pelas *Legge Regionale n.º 2/2* de 4 de Setembro de 1979, e *Legge Regionale n.º 81*, de 9 de Agosto de 1980, *in liquidazione con Legge Regionale n.º 9* de 31 de Maio de 2004 (art. 1.º)

Ente sardo acquedotti e fognature instituído pela Lei n.º 9 de 5 de Julho de 1963. Poi ESAF S.p.A. nel 2003 – confluita in ABBANO S.p.A: ente soppresso il 29.7.2005 e posto in liquidazione con L.R. 21.4.2005 n.º 7 (art. 5, comma 1)– Legge finanziaria 2005

Chipre

Τα Συμβούλια Υδατοπρομήθειας, que distribui água em áreas municipais e outras, nos termos da *περί Υδατοπρομήθειας Δημοτικών και Άλλων Περιοχών Νόμου, Κεφ. 350*

Letónia

Sujeitos de direito público e privado que produzem, transportam e distribuem água potável ao sistema fixo, e que fazem aquisições em conformidade com a Lei *Par iepirkumu sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju vajadzībām*

Lituânia

Entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e realizam actividades de produção, transporte ou distribuição de água potável em conformidade com a Lei sobre água potável e gestão das águas residuais da República da Lituânia (Jornal Oficial, n.º 82-3260, 2006)

Luxemburgo

Serviços das autoridades locais encarregadas da distribuição de água

Consórcios comunais encarregados da produção ou distribuição de água e criados nos termos da Lei de 23 de Fevereiro de 2001 *concernant la création des syndicats de communes*, na versão alterada e completada pela Lei de 23 de Dezembro de 1958 e pela Lei de 29 de Julho de 1981, e nos termos da Lei de 31 de Julho de 1962 *ayant pour objet le renforcement de l'alimentation en eau potable du Grand-Duché du Luxembourg à partir du réservoir d'Esch-sur-Sûre*

Syndicat de communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien de la conduite d'eau du Sud-Est – SESE

Syndicat des Eaux du Barrage d'Esch-sur-Sûre – SEBES

Syndicat intercommunal pour la distribution d'eau dans la région de l'Est – SIDERE

Syndicat des Eaux du Sud – SES

Syndicat des communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien d'une distribution d'eau à Savelborn-Freckeisen

Syndicat pour la distribution d'eau dans les communes de Bous, Dalheim, Remich, Stadtbredimus et Waldbredimus – SR

Syndicat de distribution d'eau des Ardennes – DEA

Syndicat de communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien d'une distribution d'eau dans les communes de Beaufort, Berdorf et Waldbillig

Syndicat des eaux du Centre – SEC

Hungria

Entidades que produzem, transportam ou distribuem água potável nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. *évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről* e 1995. *évi LVII. törvény a vízgazdálkodásról*

Malta

Korporazzjoni għas-Servizzi ta' l-Ilma (Empresa de Serviços de Abastecimento de Água)

Korporazzjoni għas-Servizzi ta' Desalinazzjoni (Empresa de Serviços de Dessalinização de Água)

Países Baixos

Entidades encarregadas da produção ou distribuição de água nos termos da *Waterleidingwet*

Áustria

Autoridades locais e seus consórcios encarregados da produção, transporte e distribuição de água potável nos termos das *Wasserversorgungsgesetze* dos nove *Länder*

Polónia

Empresas de água e da rede de esgotos na acepção da *ustawa z dnia 7 czerwca 2001 r., o zbiorowym zaopatrzeniu w wodę i zbiorowym odprowadzaniu ścieków*, que desenvolvem actividades económicas no domínio do abastecimento de água ao público e dos serviços de eliminação de águas residuais ao público, incluindo, entre outras:

AQUANET S.A., Poznań

Górnośląskie Przedsiębiorstwo Wodociągów S.A. w Katowicach

Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji S.A. w Krakowie

Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o. o. Wrocław

Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Lublinie Sp. z o.o.

Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w m. st. Warszawie S.A.

Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Tychach S.A.

Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o. w Zawierciu

Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Katowicach S.A.

Wodociągi Ustka Sp. z o.o.

Zakład Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o. Łódź

Zakład Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o., Szczecin

Portugal

Sistemas multimunicipais — Empresas que associam o Estado ou outras entidades públicas, em posição maioritária no capital social, com empresas privadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro de 1993, alterado pelos Decreto-Lei n.º 176/99 de 25 de Outubro de 1999, Decreto-Lei n.º 439-A/99 de 29 de Outubro de 1999 e Decreto-Lei n.º 103/2003 de 23 de Maio de 2003. É permitida a administração directa pelo Estado

Sistemas municipais — Municípios, associações de municípios, serviços municipalizados, empresas com capital total ou maioritariamente público ou empresas privadas, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro de 2006, do Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro de 1993, alterado pelos Decreto-Lei n.º 176/99 de 25 de Outubro de 1999, Decreto-Lei n.º 439-A/99 de 29 de Outubro de 1999 e Decreto-Lei n.º 103/2003 de 23 de Maio de 2003)

Roménia

Departamente ale Autorităților locale și Companii care produc, transportă și distribuie apă (departamentos das autoridades e empresas locais de produção, transporte e distribuição de água); exemplos:

S.C. APA –C.T.T.A. S.A. Alba Iulia, Alba

S.C. APA –C.T.T.A. S.A. Filiala Alba Iulia SA., Alba Iulia, Alba

S.C. APA –C.T.T.A. S.A Filiala Blaj, Blaj, Alba

Compania de Apă Arad

S.C. Aquaterm AG 98 S.A. Curtea de Argeș, Argeș

S.C. APA Canal 2000 S.A. Pitești, Argeș
S.C. APA Canal S.A. Onești, Bacău
Compania de Apă-Canal, Oradea, Bihor
R.A.J.A. Aquabis Bistrița, Bistrița-Năsăud
S.C. APA Grup SA Botoșani, Botoșani
Compania de Apă, Brașov, Brașov
R.A. APA, Brăila, Brăila
S.C. Ecoaquasa Sucursala Călărași, Călărași, Călărași
S.C. Compania de Apă Someș S.A., Cluj, Cluj-Napoca
S.C. Aquasom S.A. Dej, Cluj
Regia Autonomă Județeană de Apă, Constanța, Constanța
R.A.G.C. Târgoviște, Dâmbovița
R.A. APA Craiova, Craiova, Dolj
S.C. Apa-Canal S.A., Bailești, Dolj
S.C. Apa-Prod S.A. Deva, Hunedoara
R.A.J.A.C. Iași, Iași
Direcția Apă-Canal, Pașcani, Iași
Societatea Națională a Apelor Minerale (SNAM)

Eslovénia

Entidades que produzem, transportam ou distribuem água potável nos termos da Lei da concessão, em conformidade com a *Zakon o varstvu okolja* (Jornal Oficial da República da Eslovénia, 32/93, 1/96) e com as decisões emitidas pelas autarquias.

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5015731	Javno Komunalno Podjetje Komunala Trbovlje D.O.O.	1420	Trbovlje
5067936	Komunala D.O.O. Javno Podjetje Murska Sobota	9000	Murska Sobota
5067804	Javno Komunalno Podjetje Komunala Kočevje D.O.O.	1330	Kočevje
5075556	Loška Komunala, Oskrba Z Vodo In Plinom, D.D. Škofja Loka	4220	Škofja Loka
5222109	Komunalno Podjetje Velenje D.O.O. Izvajanje Komunalnih Dejavnosti D.O.O.	3320	Velenje
5072107	Javno Komunalno Podjetje Slovenj Gradec D.O.O.	2380	Slovenj Gradec
1122959	Komunala Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Gornji Grad	3342	Gornji Grad
1332115	Režijski Obrat Občine Jezersko	4206	Jezersko
1332155	Režijski Obrat Občine Komenda	1218	Komenda

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1357883	Režijski Obrat Občine Lovrenc Na Pohorju	2344	Lovrenc Na Pohorju
1563068	Komuna, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Beltinci	9231	Beltinci
1637177	Pindža Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Petrovci	9203	Petrovci
1683683	Javno Podjetje Edš – Ekološka Družba, D.O.O. Šentjernej	8310	Šentjernej
5015367	Javno Podjetje Kovod Postojna, Vodovod, Kanalizacija, D.O.O., Postojna	6230	Postojna
5015707	Komunalno Podjetje Vrhnika Proizvodnja In Distribucija Vode, D.D.	1360	Vrhnika
5016100	Komunalno Podjetje Ilirska Bistrica	6250	Ilirska Bistrica
5046688	Javno Podjetje Vodovod – Kanalizacija, D.O.O. Ljubljana	1000	Ljubljana
5062403	Javno Podjetje Komunala Črnomelj D.O.O.	8340	Črnomelj
5063485	Komunala Radovljica, Javno Podjetje Za Komunalno Dejavnost, D.O.O.	4240	Radovljica
5067731	Komunala Kranj, Javno Podjetje, D.O.O.	4000	Kranj
5067758	Javno Podjetje Komunala Cerknica D.O.O.	1380	Cerknica
5068002	Javno Komunalno Podjetje Radlje D.O.O. Ob Dravi	2360	Radlje Ob Dravi

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5068126	Jkp, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Slovenske Konjice	3210	Slovenske Konjice
5068134	Javno Komunalno Podjetje Žalec D.O.O.	3310	Žalec
5073049	Komunalno Podjetje Ormož D.O.O.	2270	Ormož
5073103	Kop Javno Komunalno Podjetje Zagorje Ob Savi, D.O.O.	1410	Zagorje Ob Savi
5073120	Komunala Novo Mesto D.O.O., Javno Podjetje	8000	Novo Mesto
5102103	Javno Komunalno Podjetje Log D.O.O.	2390	Ravne Na Koroškem
5111501	Okp Javno Podjetje Za Komunalne Storitve Rogaška Slatina D.O.O.	3250	Rogaška Slatina
5112141	Javno Podjetje Komunalno Stanovanjsko Podjetje Litija, D.O.O.	1270	Litija
5144558	Komunalno Podjetje Kamnik D.D.	1241	Kamnik
5144574	Javno Komunalno Podjetje Grosuplje D.O.O.	1290	Grosuplje
5144728	Ksp Hrastnik Komunalno – Stanovanjsko Podjetje D.D.	1430	Hrastnik
5145023	Komunalno Podjetje Tržič D.O.O.	4290	Tržič
5157064	Komunala Metlika Javno Podjetje D.O.O.	8330	Metlika
5210461	Komunalno Stanovanjska Družba D.O.O. Ajdovščina	5270	Ajdovščina

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5213258	Javno Komunalno Podjetje Dravograd	2370	Dravograd
5221897	Javno Podjetje Komunala D.O.O. Mozirje	3330	Mozirje
5227739	Javno Komunalno Podjetje Prodnik D.O.O.	1230	Domžale
5243858	Komunala Trebnje D.O.O.	8210	Trebnje
5254965	Komunala, Komunalno Podjetje D.O.O., Lendava	9220	Lendava – Lendva
5321387	Komunalno Podjetje Ptuj D.D.	2250	Ptuj
5466016	Javno Komunalno Podjetje Šentjur D.O.O.	3230	Šentjur
5475988	Javno Podjetje Komunala Radeče D.O.O.	1433	Radeče
5529522	Radenska-Ekoss, Podjetje Za Stanovanjsko, Komunalno In Ekološko Dejavnost, Radenci D.O.O.	9252	Radenci
5777372	Vit-Pro D.O.O. Vitanje; Komunala Vitanje, Javno Podjetje D.O.O.	3205	Vitanje
5827558	Komunalno Podjetje Logatec D.O.O.	1370	Logatec
5874220	Režijski Obrat Občine Osilnica	1337	Osilnica
5874700	Režijski Obrat Občine Turnišče	9224	Turnišče
5874726	Režijski Obrat Občine Črenšovci	9232	Črenšovci
5874734	Režijski Obrat Občine Kobilje	9223	Dobrovnik
5881820	Režijski Obrat Občina Kanal Ob Soči	5213	Kanal
5883067	Režijski Obrat Občina Tišina	9251	Tišina

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5883148	Režijski Obrat Občina Železniki	4228	Železniki
5883342	Režijski Obrat Občine Zreče	3214	Zreče
5883415	Režijski Obrat Občina Bohinj	4264	Bohinjska Bistrica
5883679	Režijski Obrat Občina Črna Na Koroškem	2393	Črna Na Koroškem
5914540	Vodovod – Kanalizacija Javno Podjetje D.O.O. Celje	3000	Celje
5926823	Jeko – In, Javno Komunalno Podjetje, D.O.O., Jesenice	4270	Jesenice
5945151	Javno Komunalno Podjetje Brezovica D.O.O.	1352	Preserje
5156572	Kostak, Komunalno In Stavbno Podjetje D.D. Krško	8270	Krško
1162431	Vodokomunalni Sistemi Izgradnja In Vzdrževanje Vodokomunalnih Sistemov D.O.O. Velike Lašče		Velike Lašče
1314297	Vodovodna Zadruga Golnik, Z.O.O.	4204	Golnik
1332198	Režijski Obrat Občine Dobrovnik	9223	Dobrovnik – Dobronak
1357409	Režijski Obrat Občine Dobje	3224	Dobje Pri Planini
1491083	Pungrad, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Bodonci	9265	Bodonci
1550144	Vodovodi In Kanalizacija Nova Gorica D.D.	5000	Nova Gorica

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1672860	Vodovod Murska Sobota Javno Podjetje D.O.O.	9000	Murska Sobota
5067545	Komunalno Stanovanjsko Podjetje Brežice D.D.	8250	Brežice
5067782	Javno Podjetje – Azienda Publica Rižanski Vodovod Koper D.O.O. – S.R.L.	6000	Koper – Capodistria
5067880	Mariborski Vodovod Javno Podjetje D.D.	2000	Maribor
5068088	Javno Podjetje Komunala D.O.O. Sevnica	8290	Sevnica
5072999	Kraški Vodovod Sežana Javno Podjetje D.O.O.	6210	Sežana
5073251	Hydrovod D.O.O. Kočevje	1330	Kočevje
5387647	Komunalno-Stanovanjsko Podjetje Ljutomer D.O.O.	9240	Ljutomer
5817978	Vodovodna Zadruga Preddvor, Z.B.O.	4205	Preddvor
5874505	Režijski Obrat Občina Laško		Laško
5880076	Režijski Obrat Občine Cerklje	5282	Cerklje
5883253	Režijski Obrat Občine Rače Fram	2327	Rače
5884624	Vodovodna Zadruga Lom, Z.O.O.	4290	Trzin
5918375	Komunala, Javno Podjetje, Kranjska Gora, D.O.O.	4280	Kranjska Gora

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5939208	Vodovodna Zadruga Senično, Z.O.O.	4294	Križe
1926764	Ekoviz D.O.O.	9000	Murska Sobota
5077532	Komunala Tolmin, Javno Podjetje D.O.O.	5220	Tolmin
5880289	Občina Gornja Radgona	9250	Gornja Radgona
1274783	Wte Wassertechnik Gmbh, Podružnica Kranjska Gora	4280	Kranjska Gora
1785966	Wte Bled D.O.O.	4260	Bled
1806599	Wte Essen	3270	Laško
5073260	Komunalno Stanovanjsko Podjetje D.D. Sežana	6210	Sežana
5227747	Javno Podjetje Centralna Čistilna Naprava Domžale – Kamnik D.O.O.	1230	Domžale
1215027	Aquasystems Gospodarjenje Z Vodami D.O.O.	2000	Maribor
1534424	Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Mežica	2392	Mežica
1639285	Čistilna Naprava Lendava D.O.O.	9220	Lendava – Lendva
5066310	Nigrad Javno Komunalno Podjetje D.D.	2000	Maribor
5072255	Javno Podjetje-Azienda Pubblica Komunala Koper, D.O.O. – S.R.L.	6000	Koper – Capodistria

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5156858	Javno Podjetje Komunala Izola, D.O.O. Azienda Pubblica Komunala Isola, S.R.L.	6310	Izola – Isola
5338271	Gop Gradbena, Organizacijska In Prodajna Dejavnost, D.O.O.	8233	Mirna
5708257	Stadij, D.O.O., Hruševje	6225	Hruševje
5144647	Komunala, Javno Komunalno Podjetje Idrija, D.O.O.	5280	Idrija
5105633	Javno Podjetje Okolje Piran	6330	Piran – Pirano
5874327	Režijski Obrat Občina Kranjska Gora	4280	Kranjska Gora
1197380	Čista Narava, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Moravske Toplice	9226	Moravske Toplice

Eslováquia

Entidades que exploram sistemas de água públicos em relação à produção ou transporte e distribuição ao público de água potável, com base em autorizações de comércio e certificados de competência profissional para a exploração de sistemas de água públicos, concedidos nos termos da Lei n.º 442/2002 Coll., com a redacção dada pelas Lei n.º 525/2003 Coll., Lei n.º 364/2004 Coll., Lei n.º 587/2004 Coll. e Lei n.º 230/2005 Coll.

Entidades que exploram instalações de gestão da água em conformidade com as condições previstas na Lei n.º 364/2004 Coll., com a redacção dada pelas Lei n.º 587/2004 Coll. e Lei n.º 230/2005 Coll., com base na autorização concedida em conformidade com a Lei n.º 135/1994 Coll. com a redacção dada pelas Lei n.º 52/1982 Coll., Lei n.º 595/1990 Coll., Lei n.º 128/1991 Coll., Lei n.º 238/1993 Coll., Lei n.º 416/2001 Coll. e Lei n.º 533/2001 Coll., e que simultaneamente fornecem o transporte ou a distribuição de água potável ao público em conformidade com a Lei n.º 442/2002 Coll. com a redacção dada pelas Lei n.º 525/2003 Coll., Lei n.º 364/2004 Coll., Lei n.º 587/2004 Coll. e Lei n.º 230/2005 Coll.

Por exemplo:

Bratislavská vodárenská spoločnosť, a.s.

Západoslovenská vodárenská spoločnosť, a.s.

Považská vodárenská spoločnosť, a.s.

Severoslovenské vodárne a kanalizácie, a.s.

Stredoslovenská vodárenská spoločnosť, a.s.

Podtatranská vodárenská spoločnosť, a.s.

Východoslovenská vodárenská spoločnosť, a.s.

Finlândia

Autoridades encarregadas do fornecimento de água, previstas na secção 3 da *vesihuoltolaki/lagen om vattentjänster (119/2001)*

Suécia

Autoridades locais e empresas municipais encarregadas da produção, do transporte ou da distribuição de água potável nos termos da *lagen (2006:412) om allmänna vattentjänster*.

Reino Unido

Uma empresa activa no domínio do abastecimento de água ou da eliminação das águas residuais ao abrigo da *Water Industry Act 1991*

Uma autoridade das águas e das águas residuais instituída nos termos da secção 62 da *Local Government (Scotland) Act 1994*

The Department for Regional Development (Irlanda do Norte)

III. SERVIÇOS URBANOS DE CAMINHO-DE-FERRO, ELÉCTRICOS, TRÓLEIS OU AUTOCARROS

Bélgica

Société des Transports intercommunaux de Bruxelles/Maatschappij voor intercommunaal Vervoer van Brussel

Société régionale wallonne du Transport et ses sociétés d'exploitation (TEC Liège–Verviers, TEC Namur–Luxembourg, TEC Brabant wallon, TEC Charleroi, TEC Hainaut)/ Société régionale wallonne du Transport en haar exploitatiemaatschappijen (TEC Liège–Verviers, TEC Namur–Luxembourg, TEC Brabant wallon, TEC Charleroi, TEC Hainaut)

Vlaamse Vervoermaatschappij (De Lijn)

Private companies benefiting from special or exclusive rights

Bulgária

"Метрополитен" ЕАД, София

"Столичен електротранспорт" ЕАД, София

"Столичен автотранспорт" ЕАД, София

"Бургасбус" ЕООД, Бургас

"Градски транспорт" ЕАД, Варна

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Враца

"Общински пътнически транспорт" ЕООД, Габрово

"Автобусен транспорт" ЕООД, Добрич

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Добрич

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Пазарджик

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Перник

"Автобусни превози" ЕАД, Плевен

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Плевен

"Градски транспорт Пловдив" ЕАД, Пловдив

"Градски транспорт" ЕООД, Русе

"Пътнически превози" ЕАД, Сливен

"Автобусни превози" ЕООД, Стара Загора

"Тролейбусен транспорт" ЕООД, Хасково

República Checa

Todas as entidades contratantes nos sectores que prestam serviços urbanos de caminhos-de-ferro, eléctricos, tróleys ou autocarros definidas na secção 4, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades contratantes:

Dopravní podnik hl.m. Prahy ,akciová společnost

Dopravní podnik města Brna, a. s.

Dopravní podnik Ostrava a.s.

Plzeňské městské dopravní podniky, a.s.

Dopravní podnik města Olomouce, a.s.

Dinamarca

DSB

DSB S-tog A/S

Entidades que prestam serviços de transporte em autocarro ao público (serviços regulares) com base numa autorização concedida nos termos da *lov om buskørsel, jf. lovbekendtgørelse* n.º 107 de 19 de Fevereiro de 2003

Metroselskabet I/S

Alemanha

Empresas que prestam serviços de transporte de curta distância ao público com base numa autorização concedida nos termos da *Personenbeförderungsgesetz* de 21 de Março de 1961, com a última redacção que lhe foi dada em 31 de Outubro de 2006.

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332)

AS Tallinna Autobussikoondis

AS Tallinna Trammi- ja Trollibussikoondis

Narva Bussiveod AS

Irlanda

Iarnród Éireann [caminhos-de-ferro irlandeses]

Railway Procurement Agency

Luas [metropolitano ligeiro de Dublin]

Bus Éireann [serviços rodoviários irlandeses]

Bus Átha Cliath [serviços rodoviários de Dublin]

Entidades prestadoras de serviços de transportes ao público nos termos da *Road Transport Act 1932*, na sua versão alterada

Ηλεκτροκίνητα Λεωφορεία Περιοχής Αθηνών – Πειραιώς Α.Ε. (*‘Η.Λ.Π.Α.Π. Α.Ε.’*) (Tróleis-Autocarros de Atenas-Pireu S.A), criada e explorada nos termos do Decreto Legislativo n.º 768/1970 (A'273), da Lei n.º 588/1977 (A'148) e da Lei n.º 2669/1998 (A'283)

Ηλεκτρικοί Σιδηρόδρομοι Αθηνών – Πειραιώς (*‘Η.Σ.Α.Π. Α.Ε.’*) (Atenas – Caminhos-de-ferro eléctricos do Pireu), criada e explorada nos termos da Lei n.º 352/1976 (A' 147) e da Lei n.º 2669/1998 (A'283)

Οργανισμός Αστικών Συγκοινωνιών Αθηνών Α.Ε. (*‘Ο.Α.ΣΑ. Α.Ε.’*) (Organização de Transportes Urbanos de Atenas S.A), criada e explorada nos termos da Lei n.º 2175/1993 (A'211) e da Lei n.º 2669/1998 (A'283)

Εταιρεία Θερμικών Λεωφορείων Α.Ε. (*‘Ε.Θ.Ε.Λ. Α.Ε.’*), (Companhia de autocarros S.A), criada e explorada nos termos da Lei n.º 2175/1993 (A'211) e da Lei n.º 2669/1998 (A'283)

Αττικό Μετρό Α.Ε. (Attiko Metro S.A), criada e explorada nos termos da Lei n.º 1955/1991

Οργανισμός Αστικών Συγκοινωνιών Θεσσαλονίκης (*‘Ο.Α.Σ.Θ.’*), criada e explorada nos termos do Decreto n.º 3721/1957, do Decreto Legislativo n.º 716/1970, da Lei n.º 866/79 e da Lei n.º 2898/2001 (A'71)

Κοινό Ταμείο Είσπραξης Λεωφορείων (*‘Κ.Τ.Ε.Λ.’*), explorada nos termos da Lei n.º 2963/2001 (A'268)

Δημοτικές Επιχειρήσεις Λεωφορείων Ρόδου και Κω, também conhecidas respectivamente por *‘ΡΟΔΑ’* e *‘ΔΕΑΣ ΚΩ’*, exploradas nos termos da Lei n.º 2963/2001 (A'268)

Espanha

Entidades que prestam serviços públicos de transporte urbano nos termos da *Ley 7/1985 Reguladora de las Bases de Régimen Local*, de 2 de Abril de 1985;
Real Decreto legislativo 781/1986, de 18 de Abril, *por el que se aprueba el texto refundido de las disposiciones legales vigentes en materia de régimen local y correspondiente legislación autonómica en su caso*

Exemplos:

Empresa Municipal de Transportes de Madrid

Empresa Municipal de Transportes de Málaga

Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Palma de Mallorca

Empresa Municipal de Transportes Públicos de Tarragona

Empresa Municipal de Transportes de Valencia

Transporte Urbano de Sevilla, S.A.M. (TUSSAM)

Transporte Urbano de Zaragoza, S.A. (TUZSA)

Entitat Metropolitana de Transport – AMB

Eusko Trenbideak, s.a.

Ferrocarril Metropolità de Barcelona, sa

Ferrocarriles de la Generalitat Valenciana

Consorcio de Transportes de Mallorca

Metro de Madrid

Metro de Málaga, S.A.

Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles (Renfe)

França

Entidades prestadoras de serviços de transportes ao público nos termos do artigo 7-II da *loi d'orientation des transports intérieurs* n.º 82-1153 de 30 de Dezembro de 1982

Régie des transports de Marseille

RDT 13 Régie départementale des transports des Bouches du Rhône

Régie départementale des transports du Jura

RDTHV Régie départementale des transports de la Haute-Vienne

Régie autonome des transports parisiens, Société nationale des chemins de fer français e outras entidades prestadoras de serviços de transportes com base numa autorização concedida pelo *Syndicat des transports d'Ile-de-France* nos termos da *Ordonnance* n.º 59-151 de 7 de Janeiro de 1959, na sua versão alterada, e das respectivas normas de execução relativas à organização dos transportes de passageiros na região *Ile-de-France*

Réseau ferré de France, empresa pública criada pela Lei n.º 97-135 de 13 de Fevereiro de 1997

Autoridades locais ou regionais ou grupos de autoridades regionais ou locais que constituam uma autoridade de organização dos transportes (exemplo: *Communauté urbaine de Lyon*)

Itália

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos de caminhos-de-ferro, sistemas automáticos, eléctricos, tróleys ou autocarros ou gestoras das respectivas infra-estruturas a nível nacional, regional e local.

Citem-se, a título de exemplo:

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos com base numa autorização nos termos do Decreto do *Ministro dei Trasporti* n.º 316, de 1 de Dezembro de 2006, *Regolamento recante riordino dei servizi automobilistici interregionali di competenza statale*

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes ao público nos termos do artigo 1.º, n.º 4 ou n.º 15, do *Regio Decreto* n.º 2578, de 15 de Outubro de 1925, *Approvazione del testo unico della legge sull'assunzione diretta dei pubblici servizi da parte dei comuni e delle province*

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes ao público nos termos do Decreto Legislativo n.º 422 de 19 de Novembro de 1997, *Conferimento alle regioni ed agli enti locali di funzioni e compiti in materia di trasporto pubblico locale, a norma dell'articolo 4, comma 4, della L. 15 marzo 1997, n. 59*, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 400 de 20 de Setembro de 1999 e pelo artigo 45.º da Lei n.º 166 de 1 de Agosto de 2002

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos do artigo 113.º do *testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali approvato con legge 18 agosto 2000 n.º 267*, alterado pelo artigo 35.º da Lei n.º 448 de 28 de Dezembro de 2001

Entidades, sociedades e empresas que operam com base numa concessão nos termos do artigo 242.º ou 256.º do *Regio Decreto* n.º 1447, de 9 de Maio de 1912, *che approva il testo unico delle disposizioni di legge per le ferrovie concesse all'industria privata, le tramvie a trazione meccanica e gli automobili*

Entidades, sociedades e empresas e autoridades locais que operam com base numa concessão nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 410, de 4 de Junho de 1949, *Concorso dello Stato per la riattivazione dei pubblici servizi di trasporto in concessione*

Entidades, sociedades e empresas que operam com base numa concessão nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 1221, de 2 de Agosto de 1952, *Provvedimenti per l'esercizio ed il potenziamento di ferrovie e di altre linee di trasporto in regime di concessione*

Chipre

Letónia

Sujeitos de direito público e privado que prestam serviços de transporte de passageiros em autocarros, tróleys e/ou eléctricos pelo menos nas seguintes cidades: Riga, Jurmala Liepaja, Daugavpils, Jelgava, Rezekne e Ventspils.

Lituânia

Akcinė bendrovė "Autolis"

Uždaroji akcinė bendrovė "Vilniaus autobusai"

Uždaroji akcinė bendrovė "Kauno autobusai"

Uždaroji akcinė bendrovė "Vilniaus troleibusai"

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio dos serviços urbanos de caminhos-de-ferro, eléctricos, tróleys ou autocarros em conformidade com o código de transporte rodoviário da República da Lituânia (Jornal Oficial, n.º 119-2772, 1996)

Luxemburgo

Chemins de fer luxembourgeois (CFL)

Service communal des autobus municipaux de la Ville de Luxembourg

Transports intercommunaux du canton d'Esch-sur-Alzette (TICE)

Empresas de serviços de autocarros que operam nos termos do *règlement grand-ducal concernant les conditions d'octroi des autorisations d'établissement et d'exploitation des services de transports routiers réguliers de personnes rémunérées*, de 3 de Fevereiro de 1978

Hungria

Entidades que prestam serviços públicos de transportes locais e interurbanos de autocarros previstos, nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. *évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 1988. évi I. törvény a közúti közlekedésről*

Entidades que asseguram o transporte público nacional de passageiros por caminho-de-ferro nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. *évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2005. évi CLXXXIII. törvény a vasúti közlekedésről*

Malta

L-Awtorita` dwar it-Trasport ta' Malta (Autoridade de Transportes de Malta)

Países Baixos

Entidades prestadoras de serviços de transporte ao público nos termos do capítulo II (*Openbaar Vervoer*) da *Wet Personenvervoer*. Por exemplo:

RET (Rotterdam)

HTM (Den Haag)

GVB (Amsterdam)

Áustria

Entidades competentes para a prestação de serviços de transportes nos termos da *Eisenbahngesetz, BGBl. Nr. 60/1957*, na sua versão alterada, ou da *Kraftfahrliniengesetz, BGBl. I Nr. 203/1999*, na sua versão alterada.

Polónia

Entidades que prestam serviços de caminhos-de-ferro urbanos, que operam com base numa concessão emitida em conformidade com *ustawa z dnia 28 marca 2003 r. o transporcie kolejowym*; Entidades que prestam serviços de transportes urbanos de autocarro para o grande público, que operam com base numa autorização de acordo com *ustawa z dnia 6 września 2001 r. o transporcie drogowym* e entidades que prestam serviços de transportes urbanos para o grande público, incluindo, entre outras:

Komunalne Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Białystok

Komunalny Zakład Komunikacyjny Sp. z o.o Białystok

Miejski Zakład Komunikacji Sp. z o.o Grudziądz
Miejski Zakład Komunikacji Sp. z o.o w Zamościu
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne – Łódź Sp. z o.o.
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o. o. Lublin
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne S.A., Kraków
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne SA., Wrocław
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Częstochowa
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Gniezno
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Olsztyn
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Radomsko
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o, Wałbrzych
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne w Poznaniu Sp. z o.o.
Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o. o. w Świdnicy
Miejskie Zakłady Komunikacyjne Sp. z o.o, Bydgoszcz
Miejskie Zakłady Autobusowe Sp. z o.o., Warszawa
Opolskie Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej S.A. w Opolu
Polbus – PKS Sp. z o.o., Wrocław
lskie Koleje Linowe Sp. z o.o Zakopane
Przedsiębiorstwo Komunikacji Miejskiej Sp. z o.o., Gliwice
Przedsiębiorstwo Komunikacji Miejskiej Sp. z o.o. w Sosnowcu
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Leszno Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej S.A, Kłodzko

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej SA, Katowice
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Brodnicy S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Dzierżonowie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kluczborku Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Krośnie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Raciborzu Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Rzeszowie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Strzelcach Opolskich S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Wieluń Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kamiennej Górze Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Białymstoku S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bielsku Białej S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bolesławcu Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Cieszynie Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Przewozu Towarów Powszechnej Komunikacji Samochodowej S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bolesławcu Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Mińsku Mazowieckim S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Siedlcach S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej „SOKOŁÓW” w Sokołowie Podlaskim S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Garwolinie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Lubaniu Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Łukowie S.A.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Wadowicach S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Staszowie Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Krakowie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Dębicy S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Zawierciu S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Żyrardowie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Pszczynie Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Płocku S.A.
Przedsiębiorstwo Spedycyjno-Transportowe 'Transgór' Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Stalowej Woli S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Jarosławiu S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ciechanowie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Mławie S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Nysie Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ostrowcu Świętokrzyskim S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kielcach S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Końskich S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Jędrzejowie Spółka Akcyjna
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Oławie Spółka Akcyjna
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Wałbrzychu Sp. z o.o.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Busku Zdroju S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ostrołęce S.A.

Tramwaje Śląskie S.A.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Olkuszu S.A

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Przasnyszu S.A.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Nowym Sączu S.A

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Radomsko Sp. z o.o

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Myszkowie Sp. z o.o.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Lublińcu Sp. z o.o

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Głubczycach Sp. z o.o

PKS w Suwałkach S.A.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Koninie S.A

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Turku S.A.

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Zgorzelcu Sp. z o.o

PKS Nowa Sól Sp. z o.o

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Zielna Góra Sp. z o.o

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Sp. z o.o, w Przemyśle

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Koło

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Biłgoraj

Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Częstochowa S.A

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Gdańsk

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Kalisz

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Konin

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Nowy Dwór Mazowiecki

Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Starogard Gdański
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Toruń
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Warszawa
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Białymstoku S.A.
Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Cieszynie Sp, z o.o.
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Gnieźnie
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Krasnymstawie
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Olsztynie
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Ostrowie Wlkp.
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Poznaniu
Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Zgorzelcu Sp. z o.o.
Szczecińsko-Polickie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o.
Tramwaje Śląskie S.A., Katowice
Tramwaje Warszawskie Sp. z o.o.
Zakład Komunikacji Miejskiej w Gdańsku Sp. z o.o.

Portugal

Metropolitano de Lisboa, E.P., nos termos do Decreto-Lei n.º 439/78 de 30 de Dezembro de 1978
Câmaras Municipais, serviços municipalizados e empresas municipais previstas na Lei n.º 58/98
de 18 de Agosto de 1998, que prestem serviços de transporte nos termos da Lei n.º 159/99
de 14 de Setembro de 1999

Autoridades públicas e empresas públicas que prestem serviços de transporte ferroviário nos termos da Lei n.º 10/90 de 17 de Março de 1990

Entidades que prestem serviços de transporte ao público nos termos do artigo 98.º do Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272 de 31 de Dezembro de 1948)

Entidades que prestem serviços de transporte ao público nos termos da Lei n.º 688/73 de 21 de Dezembro de 1973

Entidades que prestem serviços de transporte ao público nos termos do Decreto-Lei n.º 38144 de 31 de Dezembro de 1950

Metro do Porto, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 394-A/98 de 15 de Dezembro de 1998, alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001 de 26 de Setembro de 2001

Normetro, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 394-A/98 de 15 de Dezembro de 1998, alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001 de 26 de Setembro de 2001

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 24/95 de 8 de Fevereiro de 1995

Metro do Mondego, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2002 de 24 de Janeiro de 2002

Metro Transportes do Sul, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 337/99 de 24 de Agosto de 1999

Câmaras Municipais e empresas municipais que prestem serviços de transporte nos termos da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro de 1999

Roménia

S.C. de Transport cu Metroul Bucureşti – "Metrorex" SA

Regii Autonome Locale de Transport Urban de Călători

Eslovénia

Empresas que asseguram o transporte urbano público de autocarro nos termos de *Zakon o prevozih v cestnem prometu (Uradni list RS, 72/94, 54/96, 48/98 in 65/99)*

Mat. Št.	Naziv	POŠTNA ŠT.	KRAJ
1540564	AVTOBUSNI PREVOZI RIŽANA D.O.O. Dekani	6271	DEKANI
5065011	AVTOBUSNI PROMET Murska Sobota D.D.	9000	MURSKA SOBOTA
5097053	Alpetour Potovalna Agencija	4000	Kranj
5097061	ALPETOUR, Špedicija In Transport, D.D. Škofja Loka	4220	ŠKOFJA LOKA
5107717	INTEGRAL BREBUS Brežice D.O.O.	8250	BREŽICE
5143233	IZLETNIK CELJE D.D. Prometno In Turistično Podjetje Celje	3000	CELJE
5143373	AVRIGO DRUŽBA ZA AVTOBUSNI PROMET IN TURIZEM D.D. NOVA GORICA	5000	NOVA GORICA
5222966	JAVNO PODJETJE LJUBLJANSKI POTNIŠKI PROMET D.O.O.	1000	LJUBLJANA
5263433	CERTUS AVTOBUSNI PROMET MARIBOR D.D.	2000	MARIBOR

Mat. Št.	Naziv	POŠTNA ŠT.	KRAJ
5352657	I & I – Avtobusni Prevozi D.D. Koper	6000	KOPER – CAPODISTRI A
5357845	Meteor Cerklje	4207	Cerklje
5410711	KORATUR Avtobusni Promet In Turizem D.D. Prevalje	2391	PREVALJE
5465486	INTEGRAL, Avto. Promet Tržič, D.D.	4290	TRŽIČ
5544378	KAM-BUS Družba Za Prevoz Potnikov, Turizem In Vzdrževanje Vozil, D.D. Kamnik	1241	KAMNIK
5880190	MPOV Storitve In Trgovina D.O.O. Vinica	8344	VINICA

Eslováquia

Transportadoras que explorem, com base numa licença, o transporte público de passageiros em eléctrico, tróleis, vias especiais ou teleféricos nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 164/1996 Coll., com a redacção que dada pelas Lei n.º 58/1997 Coll., Lei n.º 260/2001 Coll., Lei n.º 416/2001 Coll. e Lei n.º 114/2004 Coll.

Transportadoras que explorem o transporte nacional regular de autocarro para o público no território da República Eslovaca, ou, igualmente, em parte do território de um Estado estrangeiro, ou em determinada parte do território da República Eslovaca, com base numa autorização de exploração do transporte de autocarro e com base numa licença de transportes para o itinerário específico, concedidas nos termos da Lei n.º 168/1996 Coll. com a redacção dada pelas Lei n.º 386/1996 Coll., Lei n.º 58/1997 Coll., Lei n.º 340/2000 Coll., Lei n.º 416/2001 Coll., Lei n.º 506/2002 Coll., Lei n.º 534/2003 Coll. e Lei n.º 114/2004 Coll.

Por exemplo:

Dopravný podnik Bratislava, a.s.

Dopravný podnik mesta Košice, a.s.

Dopravný podnik mesta Prešov, a.s.

Dopravný podnik mesta Žilina, a.s.

Finlândia

Entidades prestadoras de serviços de transportes regulares com base numa licença especial ou exclusiva concedida nos termos da *laki luvanvaraisesta henkilöliikenteestä tiellä/lagen om tillståndspliktig persontrafik på väg (343/1991)* e autoridades responsáveis pelos transportes comunais e empresas públicas prestadoras de serviços de transportes públicos de autocarro, comboio ou metropolitano, ou responsáveis pela exploração de uma rede com o objectivo de prestar esses serviços de transportes.

Suécia

Entidades prestadoras de serviços urbanos de transportes em caminhos-de-ferro ou em carros eléctricos nos termos da *lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik* e da *lagen (1990:1157) säkerhet vid tunnelbana och spårväg*

Entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços de transportes em tróleys ou autocarros nos termos da *lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik* e da *yrkestrafiklagen (1998:490)*

Reino Unido

London Regional Transport

London Underground Limited

Transport for London

Subsidiária da *Transport for London* nos termos da secção 424(1) da *Greater London Authority Act 1999*

Strathclyde Passenger Transport Executive

Greater Manchester Passenger Transport Executive

Tyne and Wear Passenger Transport Executive

Brighton Borough Council

South Yorkshire Passenger Transport Executive

South Yorkshire Supertram Limited

Blackpool Transport Services Limited

Conwy County Borough Council

Pessoas que prestem um serviço local em Londres, como definido na secção 179(1) da *Greater London Authority Act 1999* (serviço de autocarro), nos termos de um acordo celebrado pela *Transport for London* ao abrigo da secção 156(2) da referida lei ou nos termos de um acordo de uma subsidiária de transportes como definido na secção 169 da referida lei

Northern Ireland Transport Holding Company

Detentores de uma licença de prestação de um serviço rodoviário, nos termos da secção 4(1) da *Transport Act (Northern Ireland) 1967*, que os autorize a prestar um serviço regular na aceção dessa licença

IV. INSTALAÇÕES DE PORTOS MARÍTIMOS OU INTERIORES OU DE OUTROS TERMINAIS

Bélgica

Gemeentelijk Havenbedrijf van Antwerpen

Havenbedrijf van Gent

Maatschappij der Brugse Zeevaartinrichtigen

Port autonome de Charleroi

Port autonome de Namur

Port autonome de Liège

Port autonome du Centre et de l'Ouest

Société régionale du Port de Bruxelles/Gewestelijk Vennootschap van de Haven van Brussel

Waterwegen en Zeekanaal

De Scheepvaart

Bulgária

ДП "Пристанищна инфраструктура"

Entidades que, com base em direitos especiais ou exclusivos, asseguram a exploração de portos ou de partes desses portos para transporte público de importância nacional, enumeradas no anexo 1 do artigo 103a da *Законa за морските пространства, вътрешните водни пътища и пристанищата на Република България (обн., ДВ, бр.12/11.02.2000)*:

"Пристанище Варна" ЕАД
"Порт Балчик" АД
"БМ Порт" АД
"Пристанище Бургас" ЕАД
"Пристанищен комплекс – Русе" ЕАД
"Пристанищен комплекс – Лом" ЕАД
"Пристанище Видин" ЕООД
"Драгажен флот – Истър" АД
"Дунавски индустриален парк" АД

Entidades que, com base em direitos especiais ou exclusivos, asseguram a exploração de portos ou de partes desses portos para transporte público de importância regional, enumeradas no anexo 2 do artigo 103a da *Закона за морските пространства, вътрешните водни пътища и пристанищата на Република България (обн., ДВ, бр.12/11.02.2000)*:

"Фиш Порт" АД
Кораборемонтен завод "Порт – Бургас" АД
"Либърти метале груп" АД
"Трансстрой – Бургас" АД
"Одесос ПБМ" АД
"Поддържане чистотата на морските води" АД
"Поларис 8" ООД

"Лесил" АД
"Ромпетрол – България" АД
"Булмаркет – ДМ" ООД
"Свободна зона – Русе" ЕАД
"Дунавски драгажен флот" – АД
"Нарен" ООД
"ТЕЦ Свилоза" АД
НЕК ЕАД – клон "АЕЦ – Белене"
"Нафтекс Петрол" ЕООД
"Фериботен комплекс" АД
"Дунавски драгажен флот Дуним" АД
"ОМВ България" ЕООД
СО МАТ АД – клон Видин
"Свободна зона – Видин" ЕАД
"Дунавски драгажен флот Видин"
"Дунав турс" АД
"Меком" ООД
"Дубъл Ве Ко" ЕООД

República Checa

Todas as entidades contratantes em sectores que explorem áreas geográficas especificadas para fins de fornecimento e exploração de portos marítimos ou portos interiores, ou outros terminais de transporte aéreo, marítimo ou fluvial (regulamentadas pela secção 4, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada).

Exemplos de entidades contratantes:

České přístavy, a.s.

Dinamarca

Portos tal como definidos no § 1 da *lov om havne*, ver Lei n.º 326 de 28 de Maio de 1999

Alemanha

Portos pertencentes total ou parcialmente a autoridades territoriais (*Länder*, distritos, comunas)

Portos interiores sujeitos à *Hafenordnung* nos termos das *Wassergesetze* dos *Länder*

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):

AS Saarte Liinid

AS Tallinna Sadam

Irlanda

Portos que operem nos termos das *Harbours Acts 1946 a 2000*

Porto de *Rosslare Harbour* que opera nos termos das *Fishguard and Rosslare Railways and Harbours Acts 1899*

Grécia

Οργανισμός Λιμένος Βόλου Ανώνυμη Εταιρεία ('*O.A.B. A.E.*'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Ελευσίνας Ανώνυμη Εταιρεία ('*O.A.E. A.E.*'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Ηγουμενίτσας Ανώνυμη Εταιρεία ('*O.A.HF. A.E.*'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Ηρακλείου Ανώνυμη Εταιρεία ('*O.A.H. A.E.*'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Καβάλας Ανώνυμη Εταιρεία ('*O.A.K. A.E.*'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Κέρκυρας Ανώνυμη Εταιρεία ('Ο.Λ.ΚΕ. Α.Ε.'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Πατρών Ανώνυμη Εταιρεία ('Ο.Λ.ΠΑ. Α.Ε.'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Λαυρίου Ανώνυμη Εταιρεία ('Ο.Λ.Λ. Α.Ε.'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Οργανισμός Λιμένος Ραφήνας Ανώνυμη Εταιρεία ('Ο.Λ.Ρ. Α.Ε.'), nos termos da Lei n.º 2932/01

Autoridades portuárias

Outros portos, *Δημοτικά και Νομαρχιακά Ταμεία* (Portos Municipais e Prefectureis) regulamentados por Decreto Presidencial n.º 649/1977, Lei n.º 2987/02, Decreto Presidencial n.º 362/97 e Lei n.º 2738/99

Espanha

Ente público Puertos del Estado

Autoridad Portuaria de Alicante

Autoridad Portuaria de Almería – Motril

Autoridad Portuaria de Avilés

Autoridad Portuaria de la Bahía de Algeciras

Autoridad Portuaria de la Bahía de Cádiz

Autoridad Portuaria de Baleares

Autoridad Portuaria de Barcelona

Autoridad Portuaria de Bilbao

Autoridad Portuaria de Cartagena

Autoridad Portuaria de Castellón

Autoridad Portuaria de Ceuta
Autoridad Portuaria de Ferrol – San Cibrao
Autoridad Portuaria de Gijón
Autoridad Portuaria de Huelva
Autoridad Portuaria de Las Palmas
Autoridad Portuaria de Málaga
Autoridad Portuaria de Marín y Ría de Pontevedra
Autoridad Portuaria de Melilla
Autoridad Portuaria de Pasajes
Autoridad Portuaria de Santa Cruz de Tenerife
Autoridad Portuaria de Santander
Autoridad Portuaria de Sevilla
Autoridad Portuaria de Tarragona
Autoridad Portuaria de Valencia
Autoridad Portuaria de Vigo
Autoridad Portuaria de Villagarcía de Arousa
Otras autoridades portuarias das *Comunidades Autónomas* de *Andalucía, Asturias, Baleares, Canarias, Cantabria, Cataluña, Galicia, Murcia, País Vasco y Valencia*

França

Port autonome de Paris criado nos termos da Lei n.º 68-917 *relative au port autonome de Paris* de 24 de Outubro de 1968

Port autonome de Strasbourg criado nos termos da *convention du 20 mai 1923 entre l'État et la ville de Strasbourg relative à la construction du port rhénan de Strasbourg et à l'exécution de travaux d'extension de ce port*, aprovada pela Lei de 26 de Abril de 1924

Portos autónomos explorados nos termos dos artigos L. 111-1 e seguintes do *code des ports maritimes*

Port autonome de Bordeaux

Port autonome de Dunkerque

Port autonome de La Rochelle

Port autonome du Havre

Port autonome de Marseille

Port autonome de Nantes-Saint-Nazaire

Port autonome de Pointe-à-Pître

Port autonome de Rouen

Portos sem personalidade jurídica, propriedade do Estado (*décret n.º 2006-330* de 20 de Março de 2006 *fixant la liste des ports des départements d'outre-mer exclus du transfert prévu à l'article 30 de la loi du 13 août 2004 relative aux libertés et responsabilités locales*), cuja gestão foi concedida a *chambres de commerce et d'industrie locales*:

Port de Fort de France (Martinique)

Port de Dégrad des Cannes (Guyane)

Port-Réunion (île de la Réunion)

Ports de Saint-Pierre et Miquelon

Portos sem personalidade jurídica cuja propriedade foi transferida para as autoridades regionais ou locais, e cuja gestão foi atribuída a *chambres de commerce et d'industrie* locais (artigo 30.º da *Loi n.º 2004-809* de 13 de Agosto de 2004 *relative aux libertés et responsabilités locales*, alterada pela *Loi n.º 2006-1771* de 30 de Dezembro de 2006):

Port de Calais

Port de Boulogne-sur-Mer

Port de Nice

Port de Bastia

Port de Sète

Port de Lorient

Port de Cannes

Port de Villefranche-sur-Mer

Voies navigables de France, organismo público sujeito às disposições do artigo 124.º da *Loi n.º 90-1168* de 29 de Dezembro de 1990, na sua versão alterada

Itália

Portos estatais (*Porti statali*) e outros portos geridos pelas *Capitanerie di Porto* nos termos do *Codice della navigazione*, *Regio Decreto n.º 327* de 30 de Março de 1942

Portos autónomos (*enti portuali*) instituídos ao abrigo de leis especiais nos termos do artigo 19.º do *Codice della navigazione*, *Regio Decreto n.º 327* de 30 de Março de 1942

Chipre

Η Αρχή Λιμένων Κύπρου estabelecida por *περί Αρχής Λιμένων Κύπρου Νόμο του 1973*.

Letónia

Autoridades que asseguram a gestão dos portos em conformidade com a Lei *Likumu par ostām*:

Rīgas brīvostas pārvalde

Ventspils brīvostas pārvalde

Liepājas speciālas ekonomiskās zona pārvalde

Salacgrīvas ostas pārvalde

Skultes ostas pārvalde

Lielupes ostas pārvalde

Engures ostas pārvalde

Mērsraga ostas pārvalde

Pāvilostas ostas pārvalde

Rojas ostas pārvalde

Outras instituições que fazem adjudicações de acordo com a Lei *Par iepirkumu sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju vajadzībām* e que gerem os portos em conformidade com a Lei *Likumu par ostām*.

Lituânia

Empresa estatal *Klaipėda State Sea Port Administration*, que opera em conformidade com a Lei sobre *Klaipėda State Sea Port Administration* da República da Lituânia (Jornal Oficial, n.º 53-1245, 1996)

Empresa estatal *Vidaus vandens kelių direkcija*, que opera em conformidade com o código do transporte nas vias interiores navegáveis da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 105-2393, 1996)

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio dos portos marítimos ou dos portos interiores, ou de outros terminais em conformidade com o código do transporte nas vias interiores navegáveis da República da Lituânia)

Luxemburgo

Port de Mertert, criado e explorado nos termos da *Loi du 22 juillet 1963 relative à l'aménagement et à l'exploitation d'un port fluvial sur la Moselle*, na sua versão alterada

Hungria

Portos que operam nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2000. évi XLII. törvény a vízi közlekedésről

Malta

L-Awtorita' Marittima ta' Malta (Autoridade Marítima de Malta)

Países Baixos

Entidades contratantes no domínio dos portos marítimos ou dos portos interiores, ou de outros terminais. Por exemplo:

Havenbedrijf Rotterdam

Áustria

Portos interiores pertencentes total ou parcialmente a *Länder* e/ou *Gemeinden*.

Polónia

Entidades estabelecidas com base na *ustawa z dnia 20 grudnia 1996 r. o portach i przystaniach morskich*, incluindo, entre outras:

Zarząd Morskiego Portu Gdańsk S.A.

Zarząd Morskiego Portu Gdynia S.A.

Zarząd Portów Morskich Szczecin i Świnoujście S.A.

Zarząd Portu Morskiego Darłowo Sp. z o.o.

Zarząd Portu Morskiego Elbląg Sp. z o.o.

Zarząd Portu Morskiego Kołobrzeg Sp. z o.o.

Przedsiębiorstwo Państwowe Polska Żegluga Morska

Portugal

APDL — Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 335/98 de 3 de Novembro de 1998

APL — Administração do Porto de Lisboa, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 336/98 de 3 de Novembro de 1998

APS — Administração do Porto de Sines, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 337/98 de 3 de Novembro de 1998

APSS — Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 338/98 de 3 de Novembro de 1998

APA — Administração do Porto de Sines, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 339/98 de 3 de Novembro de 1998

Instituto Portuário dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2007 de 27 de Abril de 2007

Roménia

Compania Națională "Administrația Porturilor Maritime" S.A. Constanța

Compania Națională "Administrația Canalelor Navigabile S.A."

Compania Națională de Radiocomunicații Navale "RADIONAV" S.A.

Regia Autonomă "Administrația Fluvială a Dunării de Jos"

Compania Națională "Administrația Porturilor Dunării Maritime"

Compania Națională "Administrația Porturilor Dunării Fluviale" S.A.

Porturile: Sulina, Brăila, Zimnicea și Turnul-Măgurele

Eslovénia

Portos marítimos que são propriedade total ou parcial do Estado, que executam serviços públicos económicos nos termos do *Pomorski Zakonik (Uradni list RS, 56/99)*.

Mat. št.	Naziv	POŠTNA ŠT.	KRAJ
5144353	LUKA KOPER D.D.	6000	KOPER – CAPODISTRIA
5655170	Sirio d.o.o.	6000	KOPER

Eslováquia

Entidades que exploram portos interiores não públicos no domínio do transporte fluvial por transportadoras com base numa autorização concedida pela autoridade estatal ou por entidades estabelecidas pela autoridade estatal para explorar os portos fluviais públicos nos termos da Lei n.º 338/2000 Coll., com a redacção dada pelas Lei n.º 57/2001 Coll. e Lei n.º 580/2003 Coll.

Finlândia

Portos que operam nos termos da *laki kunnallisista satamajärjestyksistä ja liikennemaksuista/lagen om kommunala hamnanordningar och trafikavgifter (955/1976)* e portos instituídos com base numa licença concedida nos termos da secção 3 da *laki yksityisistä yleisistä satamista/lagen om privata allmänna hamnar (1156/1994)*

Saimaan kanavan hoitokunta/Förvaltningsnämnden för Saima kanal

Suécia

Portos e terminais instituídos nos termos da *lagen (1983:293) om inrättande, utvidgning och avlysning av allmän farled och allmän hamn* e do *förordningen (1983:744) om trafiken på Göta kanal*.

Reino Unido

Uma autoridade local que explore uma zona geográfica a fim de permitir a utilização de um porto – marítimo, de um porto interior ou de outros terminais por parte de transportadores marítimos ou fluviais

Uma autoridade portuária nos termos da secção 57 da *Harbours Act 1964*

British Waterways Board

Uma autoridade portuária como definida na secção 38(1) da *Harbours Act (Northern Ireland) 1970*

V. INSTALAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Bélgica

Brussels International Airport Company

Belgocontrol

Luchthaven Antwerpen

Internationale Luchthaven Oostende-Brugge

Société Wallonne des Aéroports

Brussels South Charleroi Airport

Liège Airport

Bulgária

Главна дирекция "Гражданска въздухоплавателна администрация"

ДП "Ръководство на въздушното движение"

Operadores aeroportuários de aeroportos civis para o público estabelecidos pelo Conselho de Ministros nos termos do artigo 43.º, n.º 3, da *Закон на гражданското въздухоплаване (обн., ДВ, бр.94/01.12.1972)*:

"Летище София" ЕАД

"Фрапорт Туин Стар Еърпорт Мениджмънт" АД

"Летище Пловдив" ЕАД

"Летище Русе" ЕООД

"Летище Горна Оряховица" ЕАД

República Checa

Todas as entidades contratantes que explorem áreas geográficas especificadas para fins de fornecimento e exploração de aeroportos (regulamentadas pela secção 4, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada).

Exemplos de entidades contratantes:

Česká správa letišť, s.p.

Letiště Karlovy Vary s.r.o.

Letiště Ostrava, a.s.

Správa Letiště Praha, s. p.

Dinamarca

Aeroportos explorados com base numa autorização concedida nos termos do § 55(1) da *lov om luftfart, jf. lovbekendtgørelse n.º 731* de 21 de Junho de 2007

Alemanha

Aeroportos na acepção do artigo 38(2)(1) da *Luftverkehrs-Zulassungs-Ordnung* de 19 de Junho de 1964, com a última redacção que lhe foi dada em 5 de Janeiro de 2007

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):

AS Tallinna Lennujaam

Tallinn Airport GH AS

Irlanda

Aeroportos de Dublin, Cork e Shannon, geridos por *Aer Rianta-Irish Airports*

Aeroportos explorados com base numa *public use licence* concedida nos termos da *Irish Aviation Authority Act 1993* na sua versão alterada pela *Air Navigation and Transport (Amendment) Act 1998*, e em que quaisquer serviços aéreos previstos são realizados por um avião destinado ao transporte público de passageiros, correio ou carga

Grécia

Υπηρεσία Πολιτικής Αεροπορίας ('ΥΠΑ') explorados nos termos do Decreto Legislativo n.º 714/70, na sua versão alterada pela Lei n.º 1340/83; a organização da empresa é definida no Decreto Presidencial n.º 56/89 e nas suas versões mais recentes

A empresa *Διεθνής Αερολιμένας Αθηνών*, em Spata, que opera nos termos do Decreto Legislativo n.º 2338/95 *Κύρωση Σύμβασης Ανάπτυξης του Νέου Διεθνούς Αεροδρομίου της Αθήνας στα Σπάτα, Ίδρυση της εταιρείας 'Διεθνής Αερολιμένας Αθηνών Α.Ε.' έγκριση περιβαλλοντικών όρων και άλλες διατάξεις*

Φορείς Διαχείρισης, em conformidade com o Decreto Presidencial n.º 158/02 *Ίδρυση, κατασκευή, εξοπλισμός, οργάνωση, διοίκηση, λειτουργία και εκμετάλλευση πολιτικών αερολιμένων από φυσικά πρόσωπα, νομικά πρόσωπα ιδιωτικού δικαίου και Οργανισμούς Τοπικής Αυτοδιοίκησης* (Jornal Oficial grego A 137)

Espanha

Ente público Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea (AENA)

França

Aeroportos explorados por empresas públicas nos termos dos artigos L. 251-1, L.260-1 e L. 270-1 do *code de l'aviation civile*

Aeroportos explorados no âmbito de uma concessão atribuída pelo Estado nos termos do artigo R.223-2 do *code de l'aviation civile*

Aeroportos explorados nos termos de um *arrêté préfectoral* que autoriza uma ocupação temporária

Aeroportos cujo criador é uma autoridade pública que é objecto de uma convenção como previsto no artigo L. 221-1 do *code de l'aviation civile*

Aeroportos cuja propriedade foi transferida para autoridades regionais ou locais ou para um grupo das mesmas, nos termos da *Loi n.º 2004-809* de 13 de Agosto de 2004 *relative aux libertés et responsabilités locales*, nomeadamente o seu artigo 28.º:

Aérodrome d'Ajaccio Campo-dell'Oro

Aérodrome d'Avignon

Aérodrome de Bastia-Poretta

Aérodrome de Beauvais-Tillé

Aérodrome de Bergerac-Roumanière

Aérodrome de Biarritz-Anglet-Bayonne

Aérodrome de Brest Bretagne

Aérodrome de Calvi-Sainte-Catherine

Aérodrome de Carcassonne en Pays Cathare

Aérodrome de Dinard-Pleurtuit-Saint-Malo

Aérodrome de Figari-Sud Corse

Aérodrome de Lille-Lesquin

Aérodrome de Metz-Nancy-Lorraine

Aérodrome de Pau-Pyrénées

Aérodrome de Perpignan-Rivesaltes

Aérodrome de Poitiers-Biard

Aérodrome de Rennes-Saint-Jacques

Aeroportos civis propriedade do Estado cuja gestão foi concedida a uma *chambre de commerce et d'industrie* (artigo 7.º da *Loi n.º 2005-357* de 21 de Abril de 2005 *relative aux aéroports* e *Décret n.º 2007-444* de 23 de Fevereiro de 2007 *relatif aux aérodromes appartenant à l'Etat*):

Aérodrome de Marseille-Provence

Aérodrome d'Aix-les-Milles et Marignane-Berre

Aérodrome de Nice Côte-d'Azur et Cannes-Mandelieu

Aérodrome de Strasbourg-Entzheim

Aérodrome de Fort-de France-le Lamentin

Aérodrome de Pointe-à-Pitre-le Raizet

Aérodrome de Saint-Denis-Gillot

Outros aeroportos civis propriedade do Estado excluídos da transferência para as autoridades regionais e locais nos termos do *Décret n.º 2005-1070* de 24 de Agosto de 2005, na sua versão alterada:

Aérodrome de Saint-Pierre Pointe Blanche

Aérodrome de Nantes Atlantique et Saint-Nazaire-Montoir

Aéroports de Paris (*Loi n.º 2005-357* de 20 de Abril de 2005 e *Décret n.º 2005-828* de 20 de Julho de 2005)

Itália

A partir de 1 de Janeiro de 1996, Decreto Legislativo n.º 497 de 25 de Novembro de 1995, *relativo alla trasformazione dell'Azienda autonoma di assistenza al volo per il traffico aereo generale in ente pubblico economico, denominato ENAV, Ente nazionale di assistenza al volo*, várias vezes reconduzido e subsequentemente transformado em lei, *Legge n.º 665* de 21 de Dezembro de 1996, estabeleceu finalmente a transformação dessa entidade numa sociedade de capitais (S.p.A) a partir de 1 de Janeiro de 2001

Entidades gestoras criadas por leis especiais

Entidades gestoras de instalações aeroportuárias com base numa concessão atribuída nos termos do artigo 694.º do *Codice della navigazione*, *Regio Decreto n.º 327* de 30 de Março de 1942

Entidades aeroportuárias, incluindo as empresas gestonárias SEA (Milão) e ADR (Fiumicino)

Chipre

Letónia

Valsts akciju sabiedrība "Latvijas gaisa satiksme"

Valsts akciju sabiedrība "Starptautiskā lidosta "Rīga""

SIA "Aviasabiedrība "Liepāja"

Lituânia

Empresa estatal Aeroporto internacional de Vilnius

Empresa estatal Aeroporto de Kaunas

Empresa estatal Aeroporto internacional de Palanga

Empresa estatal "Oro navigacija"

Empresa municipal "Šiaulių oro uostas"

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio das instalações aeroportuárias em conformidade com a Lei sobre aviação da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 94-2918, 2000)

Luxemburgo

Aéroport du Findel.

Hungria

Aeroportos que operam nos termos dos artigos 162.º-163.º de *2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről* e *1995. évi XCVII. törvény a légiközlekedésről*

Budapest Ferihegy Nemzetközi Repülőtér gerido por *Budapest Airport Rt.* com base em *1995. évi XCVII. törvény a légiközlekedésről* e *83/2006. (XII. 13.) GKM rendelet a légiforgalmi irányító szolgálatot ellátó és a légiforgalmi szakszemélyzet képzését végző szervezetről.*

Malta

L-Ajruport Internazzjonali ta" Malta (Aeroporto internacional de Malta)

Países Baixos

Aeroportos explorados com base nos artigos 18 ss. da *Luchtvaartwet*. Por exemplo:

Luchthaven Schiphol

Áustria

Entidades competentes para fornecer instalações aeroportuárias nos termos da *Luftfahrtgesetz, BGBl. Nr. 253/1957*, na versão alterada

Polónia

–Empresa pública "Porty Lotnicze" que opera com base em *ustawa z dnia 23 października 1987 r. o przedsiębiorstwie państwowym "Porty Lotnicze"*

Port Lotniczy Bydgoszcz S.A.

Port Lotniczy Gdańsk Sp. z o.o.

Górnośląskie Towarzystwo Lotnicze S.A. Międzynarodowy Port Lotniczy Katowice

Międzynarodowy Port Lotniczy im. Jana Pawła II Kraków – Balice Sp. z o.o

Lotnisko Łódź Lublinek Sp. z o.o.

Port Lotniczy Poznań – Ławica Sp. z o.o.

Port Lotniczy Szczecin – Goleniów Sp. z o. o.

Port Lotniczy Wrocław S.A.

Port Lotniczy im. Fryderyka Chopina w Warszawie

Port Lotniczy Rzeszów – Jasionka

Porty Lotnicze „Mazury– Szczytno" Sp. z o. o. w Szczytnie

Port Lotniczy Zielona Góra – Babimost

Portugal

ANA — Aeroportos de Portugal, S.A., criada nos termos do Decreto-Lei n.º 404/98
de 18 de Dezembro 1998

NAV — Empresa Pública de Navegação Aérea de Portugal, E. P., criada nos termos do Decreto-Lei n.º 404/98 de 18 de Dezembro de 1998

ANAM — Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., criada nos termos do Decreto-Lei n.º 453/91 de 11 de Dezembro de 1991

Roménia

Compania Națională "Aeroporturi București" S.A.

Societatea Națională "Aeroportul Internațional Mihail Kogălniceanu-Constanța"

Societatea Națională "Aeroportul Internațional Timișoara-Traian Vuia"— S.A.

Regia Autonomă "Administrația Română a Serviciilor de Trafic Aerian ROMAT S.A.

Aeroporturile aflate în subordinea Consiliilor Locale

SC Aeroportul Arad S.A.

Regia Autonomă Aeroportul Bacău

Regia Autonomă Aeroportul Baia Mare

Regia Autonomă Aeroportul Cluj Napoca

Regia Autonomă Aeroportul Internațional Craiova

Regia Autonomă Aeroportul Iași

Regia Autonomă Aeroportul Oradea

Regia Autonomă Aeroportul Satu-Mare

Regia Autonomă Aeroportul Sibiu

Regia Autonomă Aeroportul Suceava

Regia Autonomă Aeroportul Târgu Mureș

Regia Autonomă Aeroportul Tulcea

Regia Autonomă Aeroportul Caransebeș

Eslovénia

Aeroportos civis públicos que operam nos termos do *Zakon o letalstvu (Uradni list RS, 18/01)*

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1589423	Letalski Center Cerklje Ob Krki	8263	Cerklje Ob Krki
1913301	Kontrola Zračnega Prometa D.O.O.	1000	Ljubljana
5142768	Aerodrom Ljubljana D.D.	4210	Brnik-Aerodrom
5500494	Aerodrom Portorož, D.O.O.	6333	Sečovelje – Sicciole

Eslováquia

Entidades que explorem aeroportos com base na autorização concedida pela autoridade estatal e entidades que fornecem serviços de telecomunicações aéreas nos termos da Lei n.º 143/1998 Coll. com a redacção dada pelas Lei n.º 57/2001 Coll., Lei n.º 37/2002 Coll., Lei n.º 136/2004 Coll. e Lei n.º 544/2004 Coll.

Por exemplo:

Letisko M.R.Štefánika, a.s., Bratislava

Letisko Poprad – Tatry, a.s.

Letisko Košice, a.s.

Finlândia

Aeroportos geridos pelo *Ilmailulaitos Finavia/Luftfartsverket Finavia*, ou por uma comuna ou por uma empresa pública nos termos da *ilmailulaki/luftfartslagen (1242/2005)* e *laki Ilmailulaitoksesta/lag om Luftfartsverket (1245/2005)*.

Suécia

Aeroportos públicos explorados nos termos da *luftfartslagen (1957:297)*

Aeroportos privados explorados mediante licença concedida ao abrigo da lei, sempre que essa licença corresponda aos critérios definidos no artigo 2.º, n.º 3, da "Directiva Serviços Públicos da UE"

Reino Unido

Uma autoridade local que explore uma zona geográfica a fim de permitir a utilização de um aeroporto ou de outros terminais por parte de transportadores aéreos

Um operador aeroportuário na acepção da *Airports Act 1986* que gira um aeroporto nos termos da *economic regulation* ao abrigo da parte IV da referida lei

Highland and Islands Airports Limited

Um operador aeroportuário na acepção da *Airports (Northern Ireland) Order 1994*

BAA Ltd.

VI. TRANSPORTE OU DISTRIBUIÇÃO DE GÁS OU ENERGIA TÉRMICA

Bélgica

Distrigaz

Autoridades locais e seus consórcios, neste sector das respectivas actividades

Fluxys

Bulgária

Entidades licenciadas para a produção ou o transporte de energia térmica nos termos do artigo 39.º, n.º 1, da *Законa за енергетиката (обн., ДВ,бр.107/09.12.2003)*:

АЕЦ Козлодуй — ЕАД

Брикел — ЕАД

‘Бул Еко Енергия’ ЕООД

‘ГЕРРАД’ АД

Девен АД

ТЕЦ ‘Марица 3’ — АД

‘Топлина електроенергия газ екология’ ООД

Топлофикация Бургас — ЕАД

Топлофикация Варна — ЕАД

Топлофикация Велико Търново — ЕАД

Топлофикация Враца — ЕАД

Топлофикация Габрово — ЕАД

Топлофикация Казанлък — ЕАД

Топлофикация Лозница — ЕАД

Топлофикация Перник — ЕАД

ЕВН България Топлофикация — Пловдив — ЕАД

Топлофикация Плевен — ЕАД

Топлофикация Правец — ЕАД

Топлофикация Разград — ЕАД

Топлофикация Русе — ЕАД

Топлофикация Сливен — ЕАД

Топлофикация София — ЕАД

Топлофикация Шумен — ЕАД

Топлофикация Ямбол — ЕАД

Entidades licenciadas para o transporte, a distribuição e o fornecimento ou abastecimento públicos de gás nos termos do artigo 39.º, n.º 1, da *Законa за енергетиката (обн., ДВ, бр.107/09.12.2003)*:

Булгаргаз ЕАД

Булгартрансгаз ЕАД

Балкангаз 2000 АД

Бургасгаз ЕАД

Варнагаз АД

Велбъждгаз АД

Газо-енергийно дружество-Елин Пелин ООД

Газинженеринг ООД
Газоснабдяване Асеновград АД
Газоснабдяване Бургас ЕАД
Газоснабдяване Враца ЕАД
Газоснабдяване Нова Загора АД
Газоснабдяване Нови Пазар АД
Газоснабдяване Попово АД
Газоснабдяване Първомай АД
Газоснабдяване Разград АД
Газоснабдяване Русе ЕАД
Газоснабдяване Стара Загора ООД
Добруджа газ АД
Дунавгаз АД
Каварна газ ООД
Камено-газ ЕООД
Кнежа газ ООД
Кожухгаз АД
Комекес АД
Консорциум Варна Про Енерджи ООД
Костинбродгаз ООД
Ловечгаз 96 АД
Монтанагаз АД
Овергаз Инк. АД

Павгаз АД
Плевенгаз АД
Правецгаз 1 АД
Примагаз АД
Промислено газоснабдяване ООД
Раховецгаз 96 АД
Рилагаз АД
Севлиевогаз-2000 АД
Сигаз АД
Ситигаз България АД
Софиягаз ЕАД
Трансгаз Енд Трейд АД
Хебросгаз АД
Централ газ АД
Черноморска технологична компания АД
Ямболгаз 92 АД

República Checa

Todas as entidades contratantes nos sectores que fornecem serviços no sector do gás e da energia térmica definidas na secção 4, n.º 1, alíneas c) e b) da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades contratantes:

RWE Transgas Net, s.r.o.

Pražská plynárenská, a.s.
Severomoravská plynárenská, a.s.
Plzeňská teplárenská, a.s.
Pražská teplárenská a.s.

Dinamarca

Entidades encarregadas da distribuição de gás ou energia térmica com base numa autorização concedida nos termos do § 4 da *lov om varmforsyning, jf. lovbekendtgørelse* n.º 347 de 17 de Julho de 2005

Entidades que transportam gás com base numa licença concedida nos termos do § 10 da *lov om naturgasforsyning, jf. lovbekendtgørelse* n.º 1116 de 8 de Maio de 2006

Entidades que transportam gás com base numa autorização concedida nos termos da *bekendtgørelse nr. 361 om rørledningsanlæg på dansk kontinentalsokkelområde til transport af kulbrinter* de 25 de Abril de 2006

Transporte de gás efectuado por *Energinet Danmark* ou filiais integralmente detidas por *Energinet Danmark* em conformidade com a *lov om Energinet Danmark* § 2, stk. 2 og 3, *jf. lovbekendtgørelse* n.º 1384 de 20 de Dezembro de 2004

Alemanha

Autarquias, organismos de direito público ou seus consórcios, ou empresas controladas pelo Estado, que fornecem energia a outras empresas, operam uma rede de abastecimento de energia ou têm capacidade para dispor de uma rede de abastecimento de energia por motivos de propriedade nos termos do § 3(18) da *Gesetz über die Elektrizitäts- und Gasversorgung (Energiewirtschaftsgesetz)* de 24 de Abril de 1998, com a última redacção que lhe foi dada em 9 de Dezembro de 2006.

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.2.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332)

AS Kohtla-Järve Soojus

AS Kuressaare Soojus

AS Võru Soojus

Irlanda

Bord Gáis Éireann

Outras entidades susceptíveis de receberem uma licença da *Commission for Energy Regulation*, a fim de desenvolverem actividades de distribuição ou transmissão de gás natural nos termos das *Gas Acts 1976 a 2002*

Entidades detentoras de uma licença concedida ao abrigo da *Electricity Regulation Act 1999* e que se encontram envolvidas na distribuição de energia térmica enquanto operadoras de *Combined Heat and Power Plants*

Grécia

Δημόσια Επιχείρηση Αερίου (Δ.ΕΠ.Α.) Α.Ε., que transporta e distribui gás nos termos da Lei n.º 2364/95, com a redacção dada pelas Lei n.º 2528/97, Lei n.º 2593/98 e Lei n.º 2773/99
Διαχειριστής Εθνικού Συστήματος Φυσικού Αερίου (ΔΕΣΦΑ) Α.Ε.

Espanha

Enagas, S.A.

Bahía de Bizkaia Gas, S.L.

Gasoducto Al Andalus, S.A.

Gasoducto de Extremadura, S.A.

Infraestructuras Gasistas de Navarra, S.A.

Regasificadora del Noroeste, S.A.

Sociedad de Gas de Euskadi, S.A.

Transportista Regional de Gas, S.A.

Unión Fenosa de Gas, S.A.

Bilbogas, S.A.

Compañía Española de Gas, S.A.

Distribución y Comercialización de Gas de Extremadura, S.A.

Distribuidora Regional de Gas, S.A.

Donostigas, S.A.

Gas Alicante, S.A.

Gas Andalucía, S.A.

Gas Aragón, S.A.

Gas Asturias, S.A.

Gas Castilla – La Mancha, S.A.

Gas Directo, S.A.

Gas Figueres, S.A.

- Gas Galicia SDG, S.A.
- Gas Hernani, S.A.
- Gas Natural de Cantabria, S.A.
- Gas Natural de Castilla y León, S.A.
- Gas Natural SDG, S.A.
- Gas Natural de Alava, S.A.
- Gas Natural de La Coruña, S.A.
- Gas Natural de Murcia SDG, S.A.
- Gas Navarra, S.A.
- Gas Pasaia, S.A.
- Gas Rioja, S.A.
- Gas y Servicios Mérida, S.L.
- Gesa Gas, S.A.
- Meridional de Gas, S.A.U.
- Sociedad del Gas Euskadi, S.A.
- Tolosa Gas, S.A.

França

Gás de France, entidade criada e explorada nos termos da *Loi n.º 46-628 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz* de 8 de Abril de 1946, na sua versão alterada

GRT Gaz, gestor da rede de transportes de gás

Entidades que distribuem gás, referidas no artigo 23.º da *Loi n°46-628 sur la nationalisation de l'électricité et du gaz* de 8 de Abril de 1946, na sua versão alterada (*sociétés d'économie mixte, régies* ou serviços similares compostos de entidades regionais ou locais). Por exemplo: Gaz de Bordeaux, Gaz de Strasbourg

Autoridades locais ou seus consórcios, encarregues da distribuição de energia térmica

Itália

SNAM Rete Gas SpA, S.G.M. e EDISON T. e S. para o transporte de gás

Entidades que distribuem gás, regidas pelo *testo unico delle leggi sull'assunzione dei pubblici servizi da parte dei comuni e delle province approvato con Regio Decreto No 2578*

de 15 de Outubro de 1925, pelo D.P.R. n.º 902 de 4 de Outubro de 1986 e pelos artigos 14.º e 15.º do Decreto Legislativo n.º 164 de 23 de Maio de 2000

Entidades que distribuem energia térmica ao público referidas no artigo 10.º da Lei n.º 308, de 29 de Maio de 1982 – *Norme sul contenimento dei consumi energetici, lo sviluppo delle fonti rinnovabili di energia, l'esercizio di centrali elettriche alimentate con combustibili diversi dagli idrocarburi*

Autoridades locais ou seus consórcios, encarregados do fornecimento público de energia térmica *Società di trasporto regionale*, cuja tarifa tenha sido aprovada pela *Autorità per l'energia elettrica ed il gas*.

Chipre

Letónia

Akciju sabiedrība ‘Latvijas gāze’

Entidades públicas de administrações locais fornecedoras de energia térmica ao público

Lituânia

Akcinė bendrovė ‘Lietuvos dujos’

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) que executam actividades de transporte, distribuição ou abastecimento de gás nos termos da Lei sobre o gás natural da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 89-2743, 2000; n.º 43-1626, 2007)

Entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) que executam actividades de fornecimento de energia térmica nos termos da Lei sobre a energia térmica da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 51-2254, 2003, n.º 130-5259, 2007)

Luxemburgo

Société de transport de gaz SOTEG S.A.

Gaswierk Esch-Uelzecht S.A.

Service industriel de la Ville de Dudelange

Service industriel de la Ville de Luxembourg

Autoridades locais ou seus consórcios, responsáveis pela distribuição de energia térmica

Hungria

Entidades que transportam ou distribuem gás nos termos dos artigos 162.º-163.º da 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről, com base numa autorização nos termos da 2003. évi XLII. törvény a földgázellátásról

Entidades que transportam ou distribuem energia térmica nos termos dos artigos 162.º-163.º da 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről, com base numa autorização nos termos da 2005. évi XVIII. törvény a távhőszolgáltatásról

Malta

Korporazzjoni Enemalta (Enemalta Corporation)

Países Baixos

Entidades que produzem, transportam ou distribuem gás com base numa licença (*vergunning*) concedida pelas autarquias locais nos termos da Lei Comunal (*Gemeentewet*). Por exemplo: NV Nederlandse Gasunie

Entidades locais e provinciais que transportam ou distribuem gás nos termos da *Gemeentewet* ou da *Provinciewet*.

Autoridades locais ou seus consórcios, que distribuem energia térmica ao público

Áustria

Entidades autorizadas a transportar ou a distribuir gás nos termos da *Energiewirtschaftsgesetz, dRGBL. I, pp. 1451-1935* ou da *Gaswirtschaftsgesetz, BGBL. I No 121/2000*, na versão em vigor

Entidades autorizadas a transportar ou distribuir energia térmica, nos termos da *Gewerbeordnung, BGBL. No 194/1994*, na versão em vigor

Polónia

Companhias energéticas na acepção de *ustawa z dnia 10 kwietnia 1997 r. Prawo energetyczne*, incluindo, entre outras:

Dolnośląska Spółka Gazownictwa Sp. z o.o. we Wrocławiu

Europol Gaz S.A. Warszawa

Gdańskie Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej Sp. z o.o.

Górnośląska Spółka Gazownictwa Sp. z o.o., Zabrze

Karpacka Spółka Gazownictwa Sp. z o.o. w Tarnowie

Komunalne Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej Sp. z o.o., Karczew

Mazowiecka Spółka Gazownictwa Sp. z o.o. Warszawa

Miejskie Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej S. A., Tarnów

OPEC Grudziądz Sp. z o.o.

Ostrowski Zakład Ciepłowniczy S.A., Ostrów Wielkopolski

Pomorska Spółka Gazownictwa Sp. z o.o., Gdańsk

Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej — Gliwice Sp. z o. o.

Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej w Dąbrowie Górniczej S.A.
Stołeczne Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej S.A., Warszawa
Wielkopolska Spółka Gazownictwa Sp. z o.o, Poznań
Wojewódzkie Przedsiębiorstwo Energetyki Ciepłej w Legnicy S.A.
Zakład Energetyki Ciepłej w Wołominie Sp. z o.o.
Zespół Elektrociepłowni Bydgoszcz S.A.
Zespół Elektrociepłowni Bytom S.A.
Elektrociepłownia Zabrze S.A.
Ciepłownia Łańcut Sp. z o.o.

Portugal

Entidades que transportam ou distribuem gás nos termos do:

Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, que estabelece os princípios gerais de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), bem como o exercício das actividades de recepção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural

Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do SNGN, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício daquelas actividades

Roménia

‘Societatea Națională de Transport Gaze Naturale Transgaz — S.A. Mediaș’

SC Ditrigaz Sud S.A.

E. ON Gaz România S.A.

E.ON Gaz Distribuție S.A. — Societăți de distribuție locală

Eslovénia

Entidades que transportam ou distribuem gás nos termos da *Energetski zakon (Uradni list RS, 79/99)* e entidades que transportam ou distribuem energia térmica nos termos de decisões emitidas pelas autarquias:

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5226406	Javno Podjetje Energetika Ljubljana D.O.O.	1000	Ljubljana
5796245	Podjetje Za Oskrbo Z Energijo Ogrevanje Piran D.O.O.		Piran / Pirano
5926823	Jeko — In, Javno Komunalno Podjetje, D.O.O., Jesenice	4270	Jesenice
1954288	Geoplin Plinovodi D.O.O.	1000	Ljubljana
5034477	Plinarna Maribor, Družba Za Proizvodnjo, Distribucijo Energentov, Trgovino In Storitve D.D.	2000	Maribor
5705754	Petrol Energetika D.O.O. Ravne Na Koroškem	2390	Ravne Na Koroškem

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5789656	Javno Podjetje Plinovod Sevnica	8290	Sevnica
5865379	Adriaplin Podjetje Za Distribucijo Zemeljskega Plina D.O.O. Ljubljana	1000	Ljubljana
5872928	Mestni Plinovodi Distribucija Plina D.O.O.	6000	Koper — Capodistria
5914531	Energetika Celje Javno Podjetje D.O.O.	3000	Celje
5015731	Javno Komunalno Podjetje Komunala Trbovlje D.O.O.	1420	Trbovlje
5067936	Komunala D.O.O. Javno Podjetje Murska Sobota	9000	Murska Sobota
5067804	Javno Komunalno Podjetje Komunala Kočevje D.O.O.	1330	Kočevje
1574558	Oks Občinske Komunalne Storitve D.O.O.Šempeter Pri Gorici	5290	Šempeter Pri Gorici
1616846	Energetika Preddvor, Energetsko Podjetje D.O.O.	4205	Preddvor
5107199	Javno Podjetje Toplotna Oskrba, D.O.O., Maribor	2000	Maribor
5231787	Javno Podjetje Komunalna Energetika NovaGorica D.O.O.	5000	Nova Gorica
5433215	Toplarna Železniki, Proizvodnja In Distribucija Toplotne Energije D.O.O.	4228	Železniki

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5545897	Toplarna Hrastnik, Javno Podjetje Za Proizvodnjo, Distribucijo In Prodajo Toplotne Energije, D.O.O.	1430	Hrastnik
5615402	Spitt D.O.O. Zreče	3214	Zreče
5678170	Energetika Nazarje D.O.O.	3331	Nazarje
5967678	Javno Podjetje Dom Nazarje, Podjetje Za Oskrbo Z Energijo In Vodo Ter Upravljanje Z Mestnimi Napravami D.O.O.	3331	Nazarje
5075556	Loška Komunala, Oskrba Z Vodo In Plinom, D.D.Škofja Loka	4220	Škofja Loka
5222109	Komunalno Podjetje Velenje D.O.O. Izvajanje Komunalnih Dejavnosti D.O.O.	3320	Velenje
5072107	Javno Komunalno Podjetje Slovenj Gradec D.O.O.	2380	Slovenj Gradec
5073162	Komunala Slovenska Bistrica, Podjetje Za Komunalne In Druge Storitve, D.O.O.,	2310	Slovenska Bistrica

Eslováquia

Entidades que fornecem ou operam, mediante autorização, no domínio da produção, distribuição, transporte, armazenamento e abastecimento de gás ao público nos termos da Lei n.º 656/2004 Coll.

Entidades que fornecem ou operam, mediante autorização, no domínio da produção, distribuição e abastecimento de energia térmica ao público nos termos da Lei n.º 657/2004 Coll.

Por exemplo:

Slovenský plynárenský priemysel, a.s.

Finlândia

Entidades públicas, ou outras, que operam o sistema da rede de transporte de gás e transportam ou distribuem gás com base numa licença concedida nos termos do capítulo 3(1) ou do capítulo 6(1) da *maakaasumarkkinalaki//naturgasmaknadslagen (508/2000)*; e entidades comunais ou empresas públicas que produzem, transportam, distribuem e fornecem energia térmica a redes.

Suécia

Entidades que transportam ou distribuem gás ou energia térmica com base numa concessão nos termos da *lagen (1978:160) om visa rörledning*

Reino Unido

Uma empresa pública transportadora de gás, como definida na secção 7(1) da *Gas Act 1986*

Uma pessoa autorizada a proceder ao fornecimento de gás nos termos do artigo 8.º da *Gas (Northern Ireland) Order 1996*

Uma autoridade local que fornece ou opera uma rede fixa que forneça ou venha a fornecer um serviço público relacionado com a produção, o transporte ou a distribuição de energia térmica

Uma pessoa que, ao abrigo da secção 6(1)(a) da *Electricity Act 1989*, tenha recebido uma licença que contemple as disposições referidas na secção 10(3) dessa lei.

VII. SERVIÇOS FERROVIÁRIOS

Bélgica

SNCB Holding/NMBS Holding

Société nationale des Chemins de fer belges//Nationale Maatschappij der Belgische Spoorwegen
Infrabel

Bulgária

Национална компания ‘Железопътна инфраструктура’

‘Български държавни железници’ ЕАД

‘БДЖ — Пътнически превози’ ЕООД

‘БДЖ — Тягов подвижен състав (Локомотиви)’ ЕООД

‘БДЖ — Товарни превози’ ЕООД

‘Българска Железопътна Компания’ АД

‘Булмаркет — ДМ’ ООД

República Checa

Todas as entidades contratantes nos sectores que prestam serviços no domínio dos transportes ferroviários definidas na secção 4, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades contratantes:

ČD Cargo, a.s.

České dráhy, a.s

Správa železniční dopravní cesty, státní organizace

Dinamarca

DSB

DSB S-tog A/S

Metroselskabet I/S

Alemanha

Deutsche Bahn AG

Outras empresas prestadoras de serviços de transporte ferroviário ao público nos termos do artigo 2, n.º 1, *Allgemeines Eisenbahngesetz* de 27 de Dezembro de 1993, com a última redacção que lhe foi dada em 26 de Fevereiro de 2008

Estónia

Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.2.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332)

AS Eesti Raudtee

AS Elektriraudtee

Irlanda

Iarnród Éireann [caminhos-de-ferro irlandeses]

Railway Procurement Agency

Grécia

Οργανισμός Σιδηροδρόμων Ελλάδος Α.Ε. ('*O.Σ.Ε. Α.Ε.*'), nos termos da Lei n.º 2671/98

'*ΕΡΓΟΣΕ Α.Ε.*', nos termos da Lei n.º 2366/95

Espanha

Ente público Administración de Infraestructuras Ferroviarias (ADIF)

Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles (RENFE)

Ferrocarriles de Vía Estrecha (FEVE)

Ferrocarrils de la Generalitat de Catalunya (FGC)

Eusko Trenbideak (Bilbao)

Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana. (FGV)

Serveis Ferroviaris de Mallorca (Ferrocarriles de Mallorca)

Ferrocarril de Soller

Funicular de Bulnes

França

Société nationale des chemins de fer français e outras redes ferroviárias de utilidade pública, referidas na *loi d'orientation des transports intérieurs n.º 82-1153* de 30 de Dezembro de 1982, Título II, capítulo 1.º

Réseau ferré de France, empresa pública criada pela Lei n.º 97-135 de 13 de Fevereiro de 1997

Itália

Ferrovie dello Stato S. p. A. incluindo *le Società partecipate*

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços ferroviários, com base numa concessão nos termos do art. 10.º do *Regio Decreto n.º 1447* de 9 de Maio de 1912, *che approva il testo unico delle disposizioni di legge per le ferrovie concesse all'industria privata, le tramvie a trazione meccanica e gli automobili*

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços ferroviários com base numa concessão nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 410 de 4 de Junho de 1949 — *Concorso dello Stato per la riattivazione dei pubblici servizi di trasporto in concessione*

Entidades, sociedades e empresas ou autoridades locais prestadoras de serviços ferroviários com base numa concessão nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 1221 de 2 de Agosto de 1952 — *Provvedimenti per l'esercizio ed il potenziamento di ferrovie e di altre linee di trasporto in regime di concessione*

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transporte público nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Decreto Legislativo n.º 422 de 19 de Novembro de 1997 – *Conferimento alle regioni ed agli enti locali di funzioni e compiti in materia di trasporto pubblico locale, a norma dell'articolo 4, comma 4, della L. 15 marzo 1997, n. 9* – alterado pelo Decreto Legislativo n.º 400 de 20 de Setembro de 1999 e pelo artigo 45.º da Lei n.º 166 de 1 de Agosto de 2002

Chipre

Letónia

Valsts akciju sabiedrība ‘Latvijas dzelzceļš’

Valsts akciju sabiedrība ‘Vaiņodes dzelzceļš’

Lituânia

Akcinė bendrovė ‘Lietuvos geležinkeliai’

Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (n.ºs 1 e 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio dos serviços ferroviários em conformidade com o código de transporte ferroviário da República da Lituânia (Jornal Oficial, n.º 72-2489, 2004)

Luxemburgo

Chemins de fer luxembourgeois (CFL)

Hungria

Entidades que prestam serviços de transporte ferroviário ao público nos termos dos artigos 162.º-163.º da *2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről* e *2005. évi CLXXXIII. törvény a vasúti közlekedésről*, com base numa autorização nos termos de *45/2006. (VII. 11.) GKM rendelet a vasúti társaságok működésének engedélyezéséről*

Por exemplo:

Magyar Államvasutak (MÁV)

Malta

Países Baixos

Entidades adjudicantes no domínio dos serviços ferroviários. Por exemplo:

Nederlandse Spoorwegen

ProRail

Áustria

Österreichische Bundesbahn

Schieneninfrastrukturfinanzierungs-Gesellschaft mbH, bem como

Entidades competentes para a prestação de serviços de transporte ferroviário nos termos da *Eisenbahngesetz, BGBl. Nr. 60/1957*, na versão em vigor.

Polónia

Entidades que prestam serviços de transporte ferroviário, que operam com base em *ustawa o komercjalizacji, restrukturyzacji i prywatyzacji przedsiębiorstwa państwowego 'Polskie Koleje Państwowe' z dnia 8 września 2000 r.*; incluindo, entre outras:

PKP Intercity Sp, z o.o.

PKP Przewozy Regionalne Sp. z o.o.

PKP Polskie Linie Kolejowe S.A.

‘Koleje Mazowieckie — KM’ Sp. z o.o.

PKP Szybka Kolej Miejska w Trójmieście Sp. z o.o.

PKP Warszawska Kolej Dojazdowa Sp. z o.o.

Portugal

CP — Caminhos-de-Ferro de Portugal, E.P., nos termos do Decreto-Lei n.º 109/77 de 23 de Março de 1977

REFER, E.P., nos termos do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril de 1997

RAVE, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 323-H/2000 de 19 de Dezembro de 2000

Fertagus, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 78/2005 de 13 de Abril de 2005.

Autoridades públicas e empresas públicas que prestem serviços ferroviários nos termos da Lei n.º 10/90 de 17 de Março de 1990

Empresas privadas que prestem serviços ferroviários nos termos da Lei n.º 10/90 de 17 de Março de 1990, quando detenham direitos especiais ou direitos exclusivos

Roménia

Compania Națională Căi Ferate — CFR

Societatea Națională de Transport Feroviar de Marfă ‘CFR — Marfă’

Societatea Națională de Transport Feroviar de Călători ‘CFR — Călători’

Eslovénia

Mat. št.	Naziv	POŠTNA ŠT.	KRAJ
5142733	Slovenske železnice, d. o. o.	1000	LJUBLJANA

Eslováquia

Entidades que explorem caminhos-de-ferro, teleférico e instalações conexas nos termos da Lei n.º 258/1993 Coll., na redacção dada pelas Lei n.º 152/1997 Coll. e Lei n.º 259/2001 Coll.

Entidades, que são transportadoras, que fornecem transporte ferroviário ao público nos termos da Lei n.º 164/1996 Coll., com a redacção que lhe foi dada pelas Lei n.º 58/1997 Coll., Lei n.º 260/2001 Coll., Lei n.º 416/2001 Coll. e Lei n.º 114/2004 Coll. e com base no Decreto Governamental n.º 662 de 7 de Julho de 2004

Por exemplo:

Železnice Slovenskej republiky, a.s.

Železničná spoločnosť Slovensko, a.s.

Finlândia

VR Osakeyhtiö//VR Aktiebolag

Suécia

Entidades públicas prestadoras de serviços ferroviários nos termos do *järnvägslagen (2004:519)* e *järnvägsförordningen (2004:526)*

Entidades públicas regionais e locais prestadoras de serviços de comunicações ferroviárias regionais ou locais nos termos da *lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik*

Entidades privadas prestadoras de serviços de transporte ferroviário nos termos de uma autorização concedida ao abrigo do *förordningen (1996:734) om statens spåranläggningar*, sempre que tal autorização cumpra os requisitos previstos no artigo 2.º, n.º 3, da "Directiva Serviços Públicos da UE".

Reino Unido

Network Rail plc

Eurotunnel plc

Northern Ireland Transport Holding Company

Northern Ireland Railways Company Limited

Prestadores de serviços ferroviários que operam com base em direitos especiais ou exclusivos concedidos pelo Ministério dos Transportes ou por qualquer outra autoridade competente

SUBSECÇÃO 4

MERCADORIAS

O Título VI do presente Acordo abrange todas as mercadorias.

SUBSECÇÃO 5

SERVIÇOS

Estão incluídos os seguintes serviços da Lista Universal de Serviços, que consta do documento MTN.GNS/W/120*:

Sector	Número de referência da Classificação Central de Produtos (CCP)
Serviços de manutenção e reparação	6112, 6122, 633, 886
Serviços de transporte terrestre, incluindo os serviços de veículos blindados e serviços de correio urgente, com excepção do transporte de correio	712 (exceptoo 71235), 7512, 87304
Serviços de transporte aéreo de passageiros e de mercadorias, com excepção do transporte de correio	73 (exceptoo 7321)
Transporte terrestre, exceptoo por via ferroviária, e aéreo de correio	71235, 7321
Serviços de telecomunicações	752**

Sector	Número de referência da Classificação Central de Produtos (CCP)
Serviços financeiros	ex 81
a) Serviços de seguros	812, 814
b) Serviços bancários e de investimentos***	
Serviços informáticos e serviços conexos	84
Serviços de contabilidade, auditoria e escrituração	862
Serviços de estudos de mercado e sondagens de opinião	864
Serviços de consultoria em gestão e afins	865, 866****
Serviços de arquitectura; serviços de engenharia e serviços de engenharia integrados, planeamento urbano e serviços de arquitectura paisagística; serviços conexos de consultoria científica e técnica; serviços de ensaios e de análise técnicos	867
Serviços de publicidade	871
Serviços de limpeza de edifícios e serviços de gestão de propriedades	874, 82201 a 82206
Serviços de edição e de impressão à obra ou de forma continuada	88442
Serviços de limpeza de gases de escape	9404
Serviços de redução do ruído	9405
Serviços de protecção natural e paisagística	9406
Outros serviços de protecção ambiental n.e.	9409

Notas da presente subsecção

1. * Com excepção dos contratos públicos de concessões de serviços e de serviços que as entidades têm de adquirir junto de outra entidade ao abrigo de um direito exclusivo estabelecido por força de disposição publicada legislativa, regulamentar ou administrativa.
2. ** Com excepção dos serviços de telefonia vocal, de telex, de radiotelefonia, de chamada de pessoas e de satélite.
3. ***Com excepção dos contratos ou da aquisição de serviços de agência fiscal ou de depósito, de serviços de liquidação e de gestão para instituições financeiras regulamentadas, ou de serviços relacionados com a venda, o reembolso ou a distribuição da dívida pública, incluindo empréstimos e obrigações do Estado, títulos de dívida e outros títulos.
Na Suécia, os pagamentos efectuados pelas entidades públicas ou em benefício destas devem ser transmitidos através do sistema sueco de conta postal (Postgiro).
4. **** Com excepção dos serviços de arbitragem e conciliação.

SUBSECÇÃO 6

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

A/ Serviços de construção:

Definição:

Entende-se por contrato de serviços de construção um contrato que tem por objectivo a realização, seja por que meio for, de obras de construção ou engenharia civil, na acepção da divisão 51 da Classificação Central de Produtos (em seguida, "divisão 51, CPC").

Lista da divisão 51, CPC:

Todos os serviços incluídos na lista da divisão 51.

B/ Concessões de obras:

Os contratos de concessões de obras, quando adjudicados por entidades incluídas nas listas das subsecções 1 e 2, e desde que o seu valor seja igual ou superior a 5 000 000 DSE, são abrangidos pelo princípio do tratamento nacional estabelecido no artigo 175.º, n.ºs 1 e 2, e aos artigos 173.º, 174.º, 179.º, 190.º e 294.º do presente Acordo.

Lista da divisão 51, CPC

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
SECÇÃO 5			CONSTRUÇÕES E TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO: TERRENOS	
DIVISÃO 51			TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	
511			Trabalhos preparatórios em estaleiros de construção	
	5111	51110	Trabalhos de inspecção do terreno	4510
	5112	51120	Oras de demolição	4510
	5113	51130	Formação e limpeza do estaleiro	4510
	5114	51140	Desaterros e terraplanagens	4510
	5115	51150	Trabalhos de preparação do estaleiro para mineração	4510
	5116	51160	Montagem de andaimes	4520
512			Trabalhos de construção de edifícios	
	5121	51210	Para edifícios de habitação unifamiliar (de 1 e 2 fogos)	4520
	5122	51220	Para edifícios de habitação multifamiliar (3 ou mais fogos)	4520
	5123	51230	Para armazéns e instalações industriais	4520
	5124	51240	Para edifícios comerciais	4520
	5125	51250	Para edifícios para recreação pública	4520
	5126	51260	Para hotéis, restaurantes e edifícios similares	4520
	5127	51270	Para edifícios escolares	4520
	5128	51280	Para edifícios para prestação de cuidados de saúde	4520
	5129	51290	Para outros edifícios	4520
513			Obras de construção para a engenharia civil	

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
SECÇÃO 5			CONSTRUÇÕES E TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO: TERRENOS	
DIVISÃO 51			TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	
	5131	51310	Para auto-estradas (exceptoo viadutos), arruamentos, estradas, vias férreas e pistas de aeroportos	4520
	5132	51320	Para pontes, viadutos, túneis e passagens subterrâneas	4520
	5133	51330	Para cursos de água, portos, barragens e outras obras hidráulicas	4520
	5134	51340	Para oleodutos ou gasodutos de longa distância, redes de comunicação e de transporte de energia eléctrica (cabos)	4520
	5135	51350	Para condutas e cablagem locais; obras associadas	4520
	5136	51360	Para instalações para as indústrias extractiva e transformadora	4520
	5137		Para construções desportivas e de recreação	
		51371	Para estádios e terrenos de desportos	4520
		51372	Para outras instalações desportivas e de recreação (por exemplo, piscinas, campos de ténis, campos de golfe)	4520
	5139	51390	Para obras de engenharia, n.e.	4520
514	5140	51400	Montagem e edificação de construções pré-fabricadas	4520
515			Obras de construção envolvendo trabalho especializado	
	5151	51510	Construção de fundações, incluindo cravação de estacas	4520
	5152	51520	Perfuração para poços de água	4520

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
SECÇÃO 5			CONSTRUÇÕES E TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO: TERRENOS	
DIVISÃO 51			TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	
	5153	51530	Construção de telhados e trabalhos de impermeabilização	4520
	5154	51540	Obras em betão	4520
	5155	51550	Moldagem de aço e montagem de estruturas de aço (incluindo soldadura)	4520
	5156	51560	Obras de alvenaria	4520
	5159	51590	Outras obras de construção envolvendo trabalho especializado	4520
516			Instalações	
	5161	51610	Obras de aquecimento, ventilação e climatização	4530
	5162	51620	Colocação de canalizações	4530
	5163	51630	Obras de construção para distribuição de gás	4530
	5164		Instalações eléctricas	
		51641	Instalação de cabos e acessórios eléctricos	4530
		51642	Obras de construção de alarmes contra incêndios	4530
		51643	Obras de construção de alarmes contra roubo	4530
		51644	Obras de construção de antenas residenciais	4530
		51649	Outras obras de instalações eléctricas	4530
	5165	51650	Obras de isolamento (instalações eléctricas, isolamento hidrófugo, térmico, sonoro)	4530
	5166	51660	Instalação de vedações e gradeamentos	4530

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
SECÇÃO 5			CONSTRUÇÕES E TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO: TERRENOS	
DIVISÃO 51			TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	
	5169		Outras instalações	
		51691	Instalação de elevadores e escadas rolantes	4530
		51699	Outras obras de instalações, n.e.	4530
517			Obras de acabamento de edifícios	
	5171	51710	Obras de envidraçamento e instalação de janelas	4540
	5172	51720	Obras de estucagem	4540
	5173	51730	Obras de pintura	4540
	5174	51740	Colocação de ladrilhos para revestimento de pavimentos e paredes	4540
	5175	51750	Outros tipos de revestimento de pavimentos e de paredes, e obras de colocação de papel de parede	4540
	5176	51760	Trabalhos de marcenaria e de carpintaria de madeira e de metal	4540
	5177	51770	Obras de decoração de instalações interiores	4540
	5178	51780	Trabalhos de ornamentação	4540
	5179	51790	Outras obras de acabamento de edifícios	4540
518	5180	51800	Serviços de aluguer relacionados com equipamento de construção ou demolição de edifícios ou de obras de engenharia civil, com operador	4550

SUBSECÇÃO 7

NOTAS GERAIS E EXTENSÕES/DERROGAÇÕES

1. Notas gerais:

- a) O Título VI do Acordo não se aplica a: contratos de produtos agrícolas celebrados com vista a programas de apoio agrícola e programas alimentares (por exemplo, ajuda alimentar, incluindo ajuda humanitária de emergência). Contudo, aplica-se aos contratos no âmbito do programa de ajuda alimentar para as pessoas mais necessitadas na UE, na medida em que o contrato for celebrado por ou em nome de uma autoridade/entidade contratante abrangida pelo Título VI do Acordo;
- b) O Título VI do Acordo não se aplica aos contratos de compra, desenvolvimento, produção ou co-produção de material de programas de radiodifusores e contratos para tempo de radiodifusão;
- c) O Título VI do Acordo não se aplica aos contratos públicos de concessões de serviços;
- d) Os contratos adjudicados por entidades adjudicantes abrangidas pelas subsecções 1 e 2 em relação a actividades nos domínios de água potável, electricidade, distribuição e transporte de gás, caminhos-de-ferro, transporte urbano, portos e aeroportos são abrangidos pela subsecção 3 e estão sujeitos aos limiares de valores a ele aplicáveis;

- e) A Finlândia reserva a sua posição no que respeita à aplicação do Título VI do Acordo às Ilhas Åland (*Ahvenanmaa*).

2. Extensões:

Para os prestadores do Peru: na subsecção 5, o âmbito abrange toda a divisão 94 da CPC (Eliminação de águas residuais e resíduos, serviços de saneamento e outros serviços de protecção ambiental).

3. Fórmula para calcular o limiar:

- a) O limiar é ajustado de dois em dois anos e cada ajustamento produz efeitos em 1 de Janeiro, com início em 1 de Janeiro de 2014;
- b) O cálculo dos valores dos limiares baseia-se na média dos valores diários dos DSE, expressos em euros, durante o período de 24 meses que termina no último dia do mês de Agosto anterior à revisão com efeitos a partir de 1 de Janeiro. O valor dos limiares assim revistos é, se necessário, arredondado até ao milhar de euros imediatamente inferior. Esta metodologia pode ser modificada pela UE e pela Colômbia ou pela UE e o Peru, como adequado, durante a reunião do Comité de Comércio, como descrito no artigo 12.º, n.º 4 do Acordo.

SECÇÃO C

PERU

SUBSECÇÃO 1

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades da administração central referidas na presente subsecção, no que diz respeito aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 130 000 DSE

Serviços:

Limiar: 130 000 DSE

Serviços de construção:

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

Salvo especificação em contrário, o Título VI do Acordo aplica-se a todas as agências tuteladas pelas entidades incluídas na lista em baixo.

1. Asamblea Nacional de Rectores
2. Banco Central de Reserva del Perú
3. Congreso de la República del Perú
4. Consejo Nacional de la Magistratura
5. Contraloría General de la República
6. Defensoría del Pueblo
7. Jurado Nacional de Elecciones
8. Ministerio del Ambiente
9. Ministerio de Agricultura
10. Ministerio de Comercio Exterior y Turismo
11. Ministerio de Defensa (ver nota 1)
12. Ministerio de Economía y Finanzas (ver nota 2)
13. Ministerio de Educación
14. Ministerio de Energía y Minas
15. Ministerio de Justicia
16. Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social
17. Ministerio de la Producción
18. Ministerio de Relaciones Exteriores

19. Ministerio de Salud
20. Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo
21. Ministerio de Transportes y Comunicaciones
22. Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento (ver nota 3)
23. Ministerio del Interior (ver nota 1)
24. Ministerio Público
25. Oficina Nacional de Procesos Electorales
26. Poder Judicial
27. Presidencia del Consejo de Ministros
28. Registro Nacional de Identificación y Estado Civil
29. Seguro Social de Salud (ESSALUD) (ver nota 4)
30. Superintendencia de Banca, Seguros y Administradora Privada de Fondos de Pensiones
31. Tribunal Constitucional
32. Universidad Nacional del Altiplano
33. Universidad del Centro del Perú
34. Universidad Mayor de San Marcos
35. Universidad Nacional Agraria de la Molina
36. Universidad Nacional Agraria de la Selva
37. Universidad Nacional Amazónica de Madre de Dios
38. Universidad Nacional Daniel Alcides Carrión
39. Universidad Nacional de Cajamarca
40. Universidad Nacional de Educación Enrique Guzman Valle
41. Universidad Nacional de Huancavelica
42. Universidad Nacional de Ingeniería

43. Universidad Nacional de la Amazonía Peruana
44. Universidad Nacional de Piura
45. Universidad Nacional de San Agustín
46. Universidad Nacional de Trujillo
47. Universidad Nacional de Tumbes
48. Universidad Nacional de Ucayali
49. Universidad Nacional del Callao
50. Universidad Nacional del Santa
51. Universidad Nacional Federico Villareal
52. Universidad Nacional Hermilio Valdizán
53. Universidad Nacional Jorge Basadre Grohmann
54. Universidad Nacional José F. Sanchez Carrión
55. Universidad Nacional Micaela Bastidas de Apurímac
56. Universidad Nacional San Antonio de Abad del Cusco
57. Universidad Nacional San Cristobal de Huamanga
58. Universidad Nacional San Martín
59. Universidad Nacional San Luis Gonzaga de Ica
60. Universidad Nacional Santiago Antúnez de Mayolo
61. Universidad Nacional Toribio Rodríguez de Mendoza
62. Universidad Pedro Ruiz Gallo

Notas da presente subsecção

1. Ministerio de Defensa and Ministerio del Interior: o Título VI do Acordo não abrange os contratos de vestuário (SH 6205) e calçado (SH 64011000) celebrados pelo Exército, pela Marinha, pela Força Aérea ou pela Policía Nacional do Peru.
2. Ministerio de Economía y Finanzas: o Título VI do Acordo não abrange os contratos celebrados pela *Agencia de Promoción de la Inversión Privada* (PROINVERSION), de serviços técnicos, jurídicos, financeiros, económicos ou serviços de consultoria similares, necessários para promover o investimento privado através da atribuição de concessões ou de outros meios como aumento do capital, empresas comuns, e contratos de serviços, locação e gestão.
3. Ministerio de Vivienda, Construcción y Saneamiento: o Título VI do Acordo não abrange os contratos celebrados pela *Comisión de Formalización de la Propiedad Informal* (COFOPRI).
4. Seguro Social de Salud (ESSALUD): o Título VI do Acordo não abrange os contratos de lençóis (SH 6301) e cobertores (SH 6302).

SUBSECÇÃO 2

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SUBCENTRAL

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades do nível subcentral das administrações públicas referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços:

Limiar: 200 000 DSE

Serviços de construção:

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

I. Nível regional das administrações públicas

1. Gobierno Regional de Amazonas
2. Gobierno Regional de Ancash
3. Gobierno Regional de Arequipa
4. Gobierno Regional de Ayacucho
5. Gobierno Regional de Apurimac
6. Gobierno Regional de Cajamarca

7. Gobierno Regional del Callao
8. Gobierno Regional de Cusco
9. Gobierno Regional de Ica
10. Gobierno Regional de Huancavelica
11. Gobierno Regional de Huánuco
12. Gobierno Regional de Junín
13. Gobierno Regional de la Libertad
14. Gobierno Regional de Lambayeque
15. Gobierno Regional de Lima
16. Gobierno Regional de Loreto
17. Gobierno Regional de Madre de Dios
18. Gobierno Regional de Moquegua
19. Gobierno Regional de Pasco
20. Gobierno Regional de Piura
21. Gobierno Regional de Puno
22. Gobierno Regional de San Martín
23. Gobierno Regional de Tacna
24. Gobierno Regional de Tumbes
25. Gobierno Regional de Ucayali

II. Nível local das administrações públicas

Estão abrangidas todos os municípios provinciais e distritais.

SUBSECÇÃO 3

OUTRAS ENTIDADES ABRANGIDAS

O Título VI do Acordo aplica-se às entidades referidas na presente subsecção, no que respeita aos contratos de mercadorias, serviços e serviços de construção abaixo indicados, quando se tiver estimado, nos termos do artigo 173.º, n.ºs 6 a 8, do Acordo, que o valor do contrato público é igual ou superior aos seguintes limiares correspondentes:

Mercadorias:

Limiar: 400 000 DSE

Serviços:

Limiar: 400 000 DSE

Serviços de construção:

Limiar: 5 000 000 DSE

Entidades adjudicantes:

1. Agro Banco
2. Banco de la Nación
3. Banco de Materiales

4. Compañía de Negociaciones Mobiliarias e Inmobiliarias S.A.
5. Corporación Financiera de Desarrollo S.A.
6. Corporación Peruana de Aeropuertos y Aviación Civil S.A. (CORPAC)
7. Electricidad del Perú S.A. (ELECTROPERU)
8. Empresa Eléctrica del Sur S.A.
9. Empresa de Administración de Infraestructura Eléctrica S.A.
10. Empresa de Generación Eléctrica de Machupicchu
11. Empresa Nacional de la Coca S.A. (ENACO)
12. Empresa Nacional de Puertos S.A. (ENAPU)
13. Empresa Peruana de Servicios Editoriales
14. Empresa Regional de Servicios Públicos de Electricidad del Oriente
15. Empresa Regional de Servicios Públicos de Electricidad del Sur Este S.A
16. Inmobiliaria Milenia S.A. (INMISA)
17. PERUPETRO
18. Petróleos del Perú (PETROPERU) (ver nota *infra*)
19. Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima (SEDAPAL)
20. Servicio Industrial de la Marina (SIMA)
21. Servicios Postales del Perú S.A
22. Sociedad Eléctrica del Sur Oeste

Nota da presente subsecção

Petróleos del Perú (PETROPERU): o Título VI do Acordo não abrange os contratos das seguintes mercadorias:

- a) Petróleo bruto
- b) Gasolina
- c) Propano
- d) Óleo diesel
- e) Butano
- f) Destilação média com baixo teor de enxofre ou gasóleo
- g) Gás natural
- h) Biodiesel
- i) Hidrocarbonetos acíclicos saturados
- j) Catalizadores
- k) Etanol
- l) Aditivos

SUBSECÇÃO 4

MERCADORIAS

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de mercadorias celebrados pelas entidades incluídas na lista das subsecções 1 a 3, sob reserva das respectivas notas das subsecções 1 a 3, e das notas gerais da subsecção 7.

SUBSECÇÃO 5

SERVIÇOS

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de serviços celebrados pelas entidades incluídas na lista das subsecções 1 a 3, sob reserva das respectivas notas das subsecções 1 a 3, e das notas gerais da subsecção 7.

O Título VI do Acordo não abrange os contratos dos seguintes serviços, como elaborados na Classificação Central dos Produto, versão 1.1:

(<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regist.asp?Cl=16>):

CPC 8221 Serviços de contabilidade e auditoria

CPC 8321 Serviços de arquitectura

CPC 8334 Serviços de engenharia e concepção

CPC 8335 Serviços de engenharia durante a fase de construção e instalação

CPC 82191 Serviços de arbitragem e de conciliação

No caso dos códigos CPC 8321, 8334 e 8335, o Título VI do Acordo aplica-se 5 anos após a data de entrada em vigor do presente Acordo.

SUBSECÇÃO 6

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

A. Serviços de construção

O Título VI do Acordo aplica-se a todos os contratos de serviços de construção celebrados pelas entidades incluídas na lista das subsecções 1 a 3, sob reserva das notas das respectivas subsecções, das notas gerais da subsecção 7, e da nota da presente subsecção.

B. Contratos de concessão de obras públicas

Os contratos de concessão de obras públicas, quando adjudicados por entidades das subsecções 1 e 2, e desde que o seu valor seja igual ou superior a 5 000 000 DSE, estão sujeitos ao princípio do tratamento nacional estabelecido no artigo 175.º, n.ºs 1 e 2 do Acordo e aos artigos 173.º, 174.º, 179.º, 190.º e 294.º do Acordo.

SUBSECÇÃO 7

NOTAS GERAIS E EXTENSÕES/DERROGAÇÕES

Salvo especificação em contrário, as seguintes notas gerais aplicam-se, sem excepção, ao Título VI do Acordo, incluindo a todas as subsecções da presente secção.

1. O Título VI do Acordo não se aplica aos programas de contratos públicos em nome de pequenas e microempresas.
2. O Título VI do Acordo não se aplica aos contratos de mercadorias para programas de assistência alimentar.
3. O Título VI do Acordo não se aplica aos contratos celebrados por uma entidade peruana através de outra entidade peruana.

4. O Título VI do Acordo não se aplica à aquisição de produtos da tecelagem e vestuário feitos com fibras de alpaca e lama.
5. O Título VI do Acordo não se aplica aos contratos celebrados por embaixadas, consulados e outras missões do serviço estrangeiro do Peru, exclusivamente com vista ao seu funcionamento e à sua gestão.

Para efeitos do Título VI do Acordo, os concursos públicos incluem acordos-quadro e leilões invertidos.

6. Fórmula para calcular o limiar
 - a) O limiar é ajustado de dois em dois anos e cada ajustamento produz efeitos em 1 de Janeiro, com início em 1 de Janeiro de 2014;
 - b) O cálculo dos valores dos limiares baseia-se na média dos valores diários dos DSE, expressos em Nuevos Soles, durante o período de 24 meses que termina no último dia do mês de Agosto anterior à revisão com efeitos a partir de 1 de Janeiro. O valor dos limiares assim revistos é, se necessário, arredondado até ao milhar de Nuevos Soles imediatamente inferior. Esta metodologia pode ser modificada pela UE e pelo Peru durante a reunião do Comité de Comércio, como descrito no artigo 12.º, n.º 4 do Acordo.

APÊNDICE 2

MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A CONTRATOS PÚBLICOS

1. União Europeia

Jornal Oficial da União Europeia

<http://simap.europa.eu>

Bélgica

Leis, decretos reais, portarias ministeriais e circulares ministeriais – le Moniteur Belge

Jurisprudência – Pasicrisie

Bulgária

Leis e regulamentação – Държавен вестник (Jornal Oficial)

Decisões judiciais – www.sac.government.bg

Decisão administrativa de aplicação geral e qualquer procedimento – www.aop.bg e www.cpc.bg

República Checa

Leis e regulamentação – Sbírka zákonů České republiky (colectânea de leis da República Checa)

Decisões do Serviço de protecção da concorrência – Colectânea de decisões do Serviço de protecção da concorrência

Dinamarca

Leis e regulamentação – Lovtidende

Decisões judiciais – Ugeskrift for Retsvaesen

Decisões e procedimentos administrativos – Ministerialtidende

Decisões do Conselho de arbitragem da contratação pública – Konkurrenceraaded Dokumentation

Alemanha

Legislação e regulamentação – Bundesanzeiger

Decisões judiciais: Entscheidungsammlungen des Bundesverfassungsgerichts, Bundesgerichtshofs, Bundesverwaltungsgerichts, Bundesfinanzhofs sowie der Oberlandesgerichte

Estónia

Leis, regulamentação e decisões administrativas de aplicação geral: Riigi Teataja

Decisões judiciais do Supremo Tribunal da Estónia: Riigi Teataja (parte 3)

Grécia

Jornal Oficial da República Helénica – epishmh efhmerida eurwpaikwn koinothtwn

Espanha

Legislação – Boletín Oficial del Estado

Decisões judiciais – nenhuma publicação oficial

França

Legislação – Journal Officiel de la République française

Jurisprudência – Recueil des arrêts du Conseil d'Etat

Revue des marchés publics

Irlanda

Legislação e regulamentação – Iris Oifigiuil (Jornal Oficial da Irlanda)

Itália

Legislação – Gazzetta Ufficiale

Jurisprudência – nenhuma publicação oficial

Chipre

Legislação – Jornal Oficial da República (Επίσημη Εφημερίδα της Δημοκρατίας)

Decisões judiciais: Decisões do Supremo Tribunal – Serviço de Publicação (Αποφάσεις Ανωτάτου

Δικαστηρίου 1999 – Τυπογραφείο της Δημοκρατίας)

Luxemburgo

Legislação – Memorial

Jurisprudência – Pasirisie

Hungria

Legislação – Magyar Közlöny (Jornal Oficial da Hungria)

Jurisprudência – Közbeszerzési Értesítő – a Közbeszerzések Tanácsa

Hivatalos Lapja (Boletim de Contratos Públicos – Jornal Oficial do Conselho de Contratos Públicos)

Letónia

Legislação – Latvijas vēstnesis (Jornal Oficial)

Lituânia

Leis, regulamentação e disposições administrativas – Jornal Oficial ("Valstybės Žinios") da República da Lituânia

Decisões judiciais, jurisprudência – Buletim do Supremo Tribunal da Lituânia "Teismų praktika"; Boletim do Supremo Tribunal Administrativo da Lituânia "Administracinių teismų praktika"

Malta

Legislação – Government Gazette

Países Baixos

Legislação – Nederlandse Staatscourant e/ou Staatsblad

Jurisprudência – nenhuma publicação oficial

Áustria

Legislação – Österreichisches Bundesgesetzblatt Amtsblatt zur Wiener Zeitung

Decisões judiciais, jurisprudência – Sammlung von Entscheidungen des Verfassungsgerichtshofes

Sammlung der Entscheidungen des Verwaltungsgerichtshofes –administrativrechtlicher und finanzrechtlicher Teil

Ämtliche Sammlung der Entscheidungen des OGH in Zivilsachen

Polónia

Legislação – *Dziennik Ustaw Rzeczypospolitej Polskiej* (Jornal das Leis da República da Polónia)

Decisões judiciais, jurisprudência – *Zamówienia publiczne w orzecznictwie. Wybrane orzeczenia*

zespołu arbitrów i Sądu Okręgowego w Warszawie (Seleção de decisões de painéis de arbitragem e Tribunal Regional em Varsóvia)

Portugal

Legislação – Diário da República Portuguesa 1.^a Série A e 2.^a série

Publicações judiciais – Boletim do Ministério da Justiça

Colectânea de Acordos do Supremo Tribunal Administrativo

Colectânea de Jurisprudência das Relações

Roménia

Leis e regulamentação – Monitorul Oficial al României (Jornal Oficial da Roménia)

Decisões judiciais, decisões administrativas de aplicação geral e qualquer procedimento –

www.anrmap.ro

Eslovénia

Legislação – Jornal Oficial da República da Eslovénia

Decisões judiciais – nenhuma publicação oficial

Eslováquia

Legislação – Zbierka zákonov (Colectânea de Leis)

Decisões judiciais – nenhuma publicação oficial

Finlândia

Suomen Säädoskokielma – Finlands Författningssamling (Colectânea das Leis da Finlândia)

Suécia

Svensk Författningssamling (Colectânea das Leis da Suécia)

Reino Unido

Legislação – HM Stationery Office

Jurisprudência – Law Reports

"Organismos públicos" – HM Stationery Office

2. Colômbia

Portal dos contratos públicos da República da Colômbia:

<http://www.contratos.gov.co>

3. Peru

Legislação e jurisprudência: www.osce.gob.pe

Oportunidades de celebração de contratos públicos de mercadorias e serviços: www.seace.gob.pe

Oportunidades no domínio das concessões de obras públicas: www.proinversion.gob.pe

APÊNDICE 3

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA A PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIOS

1. União Europeia

Jornal Oficial da União Europeia

<http://simap.europa.eu>

2. Colômbia

Portal dos contratos públicos da República da Colômbia:

<http://www.contratos.gov.co>

3. Peru

Oportunidades de celebração de contratos públicos de mercadorias e serviços: www.seace.gob.pe

Oportunidades no domínio das concessões de obras públicas: www.proinversion.gob.pe

APÊNDICE 4

ANÚNCIO DOS CONCURSOS PREVISTOS

Os anúncios de concursos previstos devem conter as seguintes informações:

- a) Nome e endereço da entidade adjudicante e outras informações necessárias para contactar essa entidade e obter todos os documentos relevantes referentes ao concurso, respectivo custo e condições de pagamento, se aplicável;
- b) Descrição do concurso, incluindo a natureza e a quantidade das mercadorias ou dos serviços a fornecer ou, se a quantidade não for conhecida, a quantidade estimada;
- c) Prazo para o fornecimento das mercadorias ou a prestação de serviços ou a duração do contrato;
- d) Método de contratação que será utilizado, indicando se está previsto o recurso ao procedimento por negociação ou ao leilão electrónico;
- e) Se aplicável, o endereço e o prazo para a apresentação de pedidos de participação no concurso;
- f) Endereço e prazo para apresentação de propostas;

- g) Língua ou línguas nas quais as propostas ou pedidos de participação podem ser apresentados, caso seja distinta de uma das línguas oficiais da Parte da entidade adjudicante;
- h) Lista e descrição sucinta das condições de participação dos fornecedores, especificando nomeadamente os certificados e documentos específicos a apresentar pelos fornecedores, a menos que tais requisitos sejam mencionados na documentação do concurso que é facultada a todos os fornecedores interessados ao mesmo tempo que o anúncio de concurso previsto; e
- i) Quando, em conformidade com o artigo 179.º do Acordo, uma entidade adjudicante tem a intenção de seleccionar um número limitado de fornecedores qualificados que convidará a apresentar propostas, os critérios que serão utilizados para esta selecção e, se aplicável, qualquer restrição ao número de fornecedores que serão autorizados a apresentar propostas.

APÊNDICE 5

ANÚNCIO QUE CONVIDA OS FORNECEDORES INTERESSADOS A SOLICITAR A SUA INCLUSÃO NUMA LISTA PARA UTILIZAÇÕES MÚLTIPLAS

Os anúncios que convidam os fornecedores interessados a solicitar a sua inclusão numa lista para utilizações múltiplas deverá incluir as seguintes informações:

- a) Descrição dos bens e serviços, ou das categorias de bens e serviços, em relação aos quais a lista pode ser utilizada;
- b) Condições de participação que os fornecedores devem satisfazer e os métodos que a entidade adjudicante utiliza para verificar se tal é o caso;
- c) Nome e endereço da entidade adjudicante e outras informações necessárias para a contactar e obter todos os documentos pertinentes relativos à lista; e
- d) Período de validade da lista e os meios utilizados para a respectiva renovação ou encerramento ou, caso o período de validade não seja mencionado, uma indicação do método utilizado para comunicar que a utilização da lista foi encerrada.

APÊNDICE 6

PRAZOS

1. A entidade adjudicante que recorre ao procedimento selectivo estabelecerá que o prazo para a apresentação dos pedidos de participação não deverá, em princípio, ser inferior a 25 dias a contar da data de publicação do anúncio de concurso previsto. Quando uma situação de urgência, devidamente fundamentada pela entidade adjudicante, tornar materialmente impossível observar este prazo, este pode ser reduzido para não menos de dez dias.
2. Excepto nos casos previstos no n.º 3, a entidade adjudicante fixará um prazo para a apresentação de propostas não inferior a 40 dias a contar da data na qual:
 - a) No caso de um concurso público, o anúncio de concurso previsto foi publicado; ou
 - b) No caso de procedimento selectivo, a entidade notificar os fornecedores de que serão convidados a apresentar propostas, quer se recorra ou não a uma lista para utilizações múltiplas.

3. Uma entidade adjudicante pode reduzir para um mínimo de dez dias o prazo para apresentação de propostas previsto no n.º 2 sempre que:
- a) A entidade adjudicante tenha publicado um anúncio de concurso programado em conformidade com o artigo 177.º, n.º 2, do Acordo, pelo menos 40 dias e não mais do que 12 meses antes da publicação do anúncio de concurso previsto, e que o anúncio de concurso programado contenha as seguintes informações:
 - i) Descrição do concurso;
 - ii) Prazos aproximados para a apresentação de propostas ou pedidos de participação;
 - iii) Endereço no qual podem ser obtidos os documentos referentes ao concurso; e
 - iv) Maior número de informações disponíveis consideradas necessárias para o anúncio de concurso previsto nos termos do Apêndice 4.
 - b) No caso de contratos renováveis, a entidade adjudicante indique num anúncio inicial de concurso previsto que os prazos para apresentação de propostas serão fixados, em conformidade com o presente número, em anúncios posteriores;

- c) Uma situação de urgência, devidamente fundamentada pela entidade adjudicante, torne materialmente impossível cumprir este prazo; ou
 - d) A entidade adjudicante celebre contratos de mercadorias ou serviços comerciais em que o preço seja o único critério de adjudicação.
4. Uma entidade adjudicante pode reduzir em cinco dias o prazo para apresentação de propostas fixado no n.º 2 por cada uma das razões seguintes:
- a) O anúncio de concurso previsto é publicado por via electrónica;
 - b) Toda a documentação do concurso pode ser consultada por via electrónica a partir da data da publicação do anúncio de concurso previsto; e
 - c) As propostas podem ser recebidas por via electrónica pela entidade adjudicante.
5. A utilização do n.º 4, em conjugação com o n.º 3, não poderá dar origem, em caso algum, à redução dos prazos para a apresentação de propostas previstos no n.º 2 para menos de 10 dias a contar da data da publicação do anúncio de concurso previsto.

6. Sem prejuízo de qualquer outro prazo neste apêndice, quando a entidade adjudicante comprar mercadorias ou serviços comerciais, quando o preço não for o único critério de adjudicação, pode reduzir o prazo para apresentação de propostas fixado no n.º 2 para um mínimo de 15 dias, desde que a entidade adjudicante:
- a) Publique por meios electrónicos, simultaneamente, tanto o anúncio de concurso previsto como a documentação completa relativa ao concurso; e
 - b) Aceite propostas apresentadas por via electrónica.

APÊNDICE 7

ANÚNCIOS DE ADJUDICAÇÃO

O anúncio referido no artigo 188.º, n.º 2, do Acordo contém pelo menos as seguintes informações:

- a) Descrição dos bens ou serviços objecto do contrato;
- b) Nome e endereço da entidade adjudicante;

- c) Nome e endereço do fornecedor ao qual foi adjudicado o contrato;
- d) Valor da proposta adjudicada ou das propostas mais e menos elevadas que foram tidas em conta na adjudicação do contrato;
- e) Data de adjudicação; e
- f) Método de contratação utilizado e, caso se tenha recorrido ao procedimento limitado, descrição das circunstâncias que justificam o recurso a esse procedimento.

APÊNDICE 8

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO CONCURSO

Tal como referido no artigo 182.º, n.º 1, do Acordo, a menos que figurem no anúncio de concurso previsto, a documentação do concurso deve incluir uma descrição completa dos seguintes elementos:

- a) O concurso, nomeadamente a natureza e a quantidade de bens e serviços a fornecer ou uma estimativa da quantidade nos casos em que não seja conhecida, bem como todas as condições a preencher, como especificações técnicas, certificação da avaliação da conformidade, planos, desenhos ou instruções;

- b) As condições de participação dos fornecedores, incluindo uma lista das informações e documentos que devem apresentar;
- c) Todos os critérios de avaliação que serão aplicados pela entidade adjudicante na adjudicação do contrato, indicando a sua importância relativa, excepto se o preço for o único critério;
- d) Caso a entidade adjudicante proceda ao concurso por via electrónica, as condições em matéria de autenticação e codificação de informações ou outro equipamento necessário para a recepção de informações por via electrónica;
- e) Caso a entidade adjudicante recorra a um leilão electrónico, as regras que regem este método, incluindo a identificação dos elementos da proposta relativos aos critérios de avaliação com base nos quais o leilão será realizado;
- f) Caso a sessão de abertura das propostas seja pública, a data, hora e lugar desta sessão e, se for caso disso, as pessoas autorizadas a estar presentes;
- g) Quaisquer outras condições, incluindo as modalidades de pagamento e as eventuais restrições no que respeita ao modo de apresentação das propostas, por exemplo, em papel ou por via electrónica; e
- h) As eventuais datas para a entrega de mercadorias ou a prestação de serviços
